


# INFORMS

INFORMATIVO  
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO  
COM AS PRINCIPAIS  
NOTÍCIAS DOS SETORES  
PORTUÁRIO E DE  
NAVEGAÇÃO

Edição 181/2025  
Data: 19/11/2025



## ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

<b>A TRIBUNA DIGITAL (SP).....</b>	<b>4</b>
AMPLIAÇÃO DA PRIVATIZAÇÃO DE SERVIÇOS PORTUÁRIOS É DEFENDIDA POR ESPECIALISTAS .....	4
ARTHUR MAIA DEFENDE DESBUROCRATIZAÇÃO E MUDANÇA NO LICENCIAMENTO PARA ACELERAR INVESTIMENTOS PORTUÁRIOS .....	5
ANTAQ DEFENDE MAIS RITMO NAS CONCESSÕES E APONTA CONTRATOS TRANSITÓRIOS COMO SOLUÇÃO .....	7
DOCUMENTO COP PORTOS É ENTREGUE AO GOVERNO FEDERAL EM BRASÍLIA .....	8
<b>ME – MOVIMENTO ECONÔMICO .....</b>	<b>9</b>
INFRA AVALIA AJUSTES NO PROJETO DO TRECHO SALGUEIRO–SUAPE DA FERROVIA .....	9
CARTA DE SUAPE: SETOR PRODUTIVO DE PE SUGERE MUDANÇAS NA TRANSNORDESTINA .....	12
<b>ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....</b>	<b>14</b>
EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO PODEM FLEXIBILIZAR ESQUEMAS OPERACIONAIS PARA AS FESTIVIDADES DE FINAL DE ANO .....	14
GOVERNO FEDERAL SANCIONA LEI QUE GARANTE SIMPLIFICAÇÃO DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA .....	15
<b>GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF .....</b>	<b>15</b>
AMPLIAR LEVARÁ CONEXÃO E DESENVOLVIMENTO PARA O MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE (MT).....	15
NOS EMIRADOS ÁRABES, MINISTRO SILVIO COSTA FILHO SE REÚNE COM AUTORIDADES E SETOR PRODUTIVO SOBRE LOGÍSTICA INTEGRADA.....	17
AÇÕES INTERMINISTERIAIS AMPLIAM MODERNIZAÇÃO DAS HIDROVIAS E REFORÇAM ATENDIMENTO A COMUNIDADES RIBEIRINHAS.....	18
GRUPO MEXICANO ANUNCIA A COMPRA DAS OPERAÇÕES DA MOTIVA NOS AEROPORTOS DO BRASIL .....	20
GOVERNO FEDERAL ANUNCIA CRIAÇÃO DE PROGRAMAS DE DESCARBONIZAÇÃO DA NAVEGAÇÃO DURANTE A COP30 .....	21
COP30 DEBATE IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS RESILIENTES A DESASTRES .....	22
NO PRIMEIRO DIA DA MISSÃO DUBAI, MINISTRO SILVIO COSTA FILHO ANUNCIA VENDA DE JATOS DA EMBRAER .....	24
PORTOS DO SUDESTE BATEM RECORDE E ATINGEM 186,7 MILHÕES DE TONELADAS NO 3º TRIMESTRE .....	25
"PRECISAMOS TORNAR OS RIOS BRASILEIROS MAIS ESTRATÉGICOS NO ENFRENTAMENTO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS", AFIRMA SECRETÁRIO DE HIDROVIAS .....	27
NOS EMIRADOS ÁRABES, MINISTRO SILVIO COSTA FILHO SE REÚNE COM AUTORIDADES E SETOR PRODUTIVO SOBRE LOGÍSTICA INTEGRADA.....	28
AÇÕES INTERMINISTERIAIS AMPLIAM MODERNIZAÇÃO DAS HIDROVIAS E REFORÇAM ATENDIMENTO A COMUNIDADES RIBEIRINHAS.....	29
GOVERNO FEDERAL ANUNCIA CRIAÇÃO DE PROGRAMAS DE DESCARBONIZAÇÃO DA NAVEGAÇÃO DURANTE A COP30 .....	31
<b>GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF .....</b>	<b>32</b>
NO TCU, MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES OFICIALIZA CONTRATO DA MALHA SUDESTE E GARANTE R\$ 3,8 BILHÕES PARA MODERNIZAÇÃO FERROVIÁRIA .....	32
MINISTRO DOS TRANSPORTES LANÇA POLÍTICA NACIONAL DE CONCESSÕES FERROVIÁRIAS E CARTEIRA DE PROJETOS PARA 2026.....	33
AMAZONAS PASSA A INTEGRAR SISTEMA NACIONAL QUE PERMITE INDICAR O REAL INFRATOR PELA CARTEIRA DIGITAL DE TRÂNSITO.....	34
DEMANDA HISTÓRICA DA POPULAÇÃO, PONTE ENTREGUE POR PRESIDENTE LULA E RENAN FILHO NESTA TERÇA (18) CONECTA TOCANTINS E PARÁ.....	35
<b>BE NEWS – BRASIL EXPORT .....</b>	<b>37</b>
EDITORIAL – O FIM DO USO DOS COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS, UMA PAUTA NECESSÁRIA .....	37
OPINIÃO – ARTIGOS - A CONSTRUÇÃO DE UMA GOVERNANÇA TRABALHISTA INTELIGENTE: ENTRE O CONTROLE DE PASSIVOS E A PREVENÇÃO ESTRUTURAL .....	37
COP30 – PRESIDÊNCIA DA COP PROPÕE DISCUSSÃO DE TEXTO FINAL DA CONFERÊNCIA NESTA QUARTA-FEIRA .....	40
“É FRUSTRANTE FICARMOS PREOCUPADOS SÓ COM ‘PALAVRINHA’ QUE VAI SAIR NO DOCUMENTO FINAL, DIZ TONI .....	41
ASTRINI SOBRE MANIFESTAÇÕES: “NÃO DEIXAM DIPLOMATAS ESQUECEREM POR QUE ESTÃO AQUI” .....	41
APÓS FOCAR EM FUNDO DE FLORESTAS, BRASIL MIRA ROTEIRO PARA REDUZIR USO DE COMBUSTÍVEL FÓSSIL .....	42
PLANO COM BASE NOS OCEANOS PODE CORTAR 35% DAS EMISSÕES DE CO2 ATÉ 2050.....	43
BRASILEIROS ‘INVADEM’ PERÍL DE PREMIÊ ALEMÃO APÓS CRÍTICA A BELÉM; LULA TAMBÉM RESPONDE .....	44
MAIS DE 2 MIL DRONES IRREGULARES SÃO IDENTIFICADOS EM ÁREAS SENSÍVEIS DA COP30 .....	46
CÂMARA APROVA TEXTO-BASE DO PROJETO DE LEI ANTIFACÇÃO .....	46
NACIONAL HUB – CURTAS - ANAC TRANSFERE 189 TERRENOS A VIRACOPOS E REACENDE DISPUTA COM CONCESSIONÁRIA.....	48
Terrenos transferidos.....	48
Anac explica .....	48



<i>ABV critica</i> .....	48
<i>Mais salas multissensoriais</i> .....	48
<i>Funcionamento</i> .....	48
REGIÃO NORTE - PONTE ENTRE PARÁ E TOCANTINS É INAUGURADA COM R\$ 232 MILHÕES EM INVESTIMENTOS .....	49
REGIÃO SUL - RIO GRANDE DO SUL DISCUTE CONCESSÃO DE RODOVIAS DO BLOCO 1 EM AUDIÊNCIAS PÚBLICAS .....	50
REGIÃO NORTE - PAVIMENTAÇÃO PROSEGUE EM NOVO TRECHO DA BR-156 NO AMAPÁ.....	51
PORTO DE SANTOS - TCU: PARECER DO LEILÃO DO TECON SANTOS 10 ESTÁ NA PAUTA DESTA TERÇA-FEIRA (18) .....	52
REGIÃO SUDESTE - SUDESTE BATE RECORDE E MOVIMENTA 186 MI DE TONELADAS.....	54
NACIONAL - EM DUBAI, BRASIL BUSCA AMPLIAR APORTES E EMBRAER FECHA NOVOS ACORDOS .....	54
MOTIVA VENDE 20 AEROPORTOS A COMPANHIA MEXICANA POR R\$ 11,5 BILHÕES .....	55
PROGRAMA SOCIOAMBIENTAL DA PETROBRAS DESTINA R\$ 29 MILHÕES A INICIATIVAS EM CUBATÃO.....	56
RENAULT E GEELY AMPLIAM COOPERAÇÃO COM APORTE DE R\$ 3,8 BI NO PR.....	58
MCTI LIBERA R\$ 300 MILHÕES PARA IMPULSIONAR INOVAÇÃO NAS REGIÕES MENOS ATENDIDAS .....	60
PF APONTA POSSÍVEL FRAUDE DE R\$ 12 BI NA TENTAVA DE VENDA DO BANCO MASTER .....	61
LIQUIDAÇÃO DO MASTER FOI MOTIVADA POR FALTA DE CONDIÇÕES DE PAGAR DÍVIDAS, DIZ BC .....	62
JUSTIÇA DETERMINA AFASTAMENTO DO PRESIDENTE DO BRB.....	63
INVESTIDORES DO BANCO MASTER TERÃO RESSARCIMENTO LIMITADO AO TETO DO FGC .....	63
ECONOMIA CRESCE 0,1% NO TERCEIRO TRIMESTRE E MANTÉM RITMO FRACO, APONTA FGV .....	65
PRIMEIRA TURMA DO STF IMPÕE ATÉ 24 ANOS DE PRISÃO A ENVOLVIDOS NO PLANO GOLPISTA .....	67
OPINIÃO – ARTIGOS - QUANTO VALE A SUA ATENÇÃO NO AMBIENTE DIGITAL? .....	68
SENADO DOS EUA APROVA PROJETO DE LEI PARA DIVULGAÇÃO DOS ARQUIVOS DE EPSTEIN .....	70
<b>JORNAL O GLOBO – RJ.....</b>	<b>71</b>
MESMO COM QUEDA DO PETRÓLEO, GASOLINA E GÁS DE COZINHA NÃO RECUAM EM 2025, MOSTRA LEVANTAMENTO.....	71
BANCO CENTRAL AFIRMA QUE LIQUIDAÇÃO DO MASTER NÃO TRAZ RISCO SISTÊMICO .....	72
COM GREVE DE PILOTOS NO CHILE, LATAM ESTENDE GRADE DE VOOS SUSPENSOS ATÉ 24 DE NOVEMBRO .....	73
BALANÇA COMERCIAL FORTE NÃO REDUZ URGÊNCIA DE ACORDO COM OS EUA, ALERTA ECONOMISTA DA FGV .....	74
IBANEIS INDICA EX-PRESIDENTE DA CAIXA PARA O BRB E RECUA DE NOMEAÇÃO DE EX-SUPERINTENDENTE DE BANCO PÚBLICO .....	75
BNDES ABRE NOVA CONSULTA DE CRÉDITO PARA EXPORTADORES AFETADOS PELO TARIFAÇÃO .....	76
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO SP .....</b>	<b>77</b>
VALE TESTA BIODIESEL B30 E B50 EM CAMINHÕES FORA DE ESTRADA .....	77
DISTRIBUIDORAS DE COMBUSTÍVEIS APURAM ALTA EM VOLUMES COMERCIALIZADOS APÓS CARBONO OCULTO .....	78
INSTRUMENTOS FINANCEIROS GERAM VALOR A PARTIR DA BIOECONOMIA NA AMAZÔNIA .....	80
<b>VALOR ECONÔMICO (SP).....</b>	<b>81</b>
AXIA ENERGIA ENTRA EM FASE DE CRESCIMENTO E PODE AVALIAR PARCERIAS PARA MEGA LEILÕES .....	81
LEILÃO DO TECON SANTOS 10 ABRE DIVERGÊNCIA NO TCU, E VOTAÇÃO É ADIADA .....	83
<b>PORTAL PORTOS E NAVIOS.....</b>	<b>85</b>
ALIANÇA SE APROXIMA DOS 50% DE REDUÇÃO DAS EMISSÕES DE CO <sub>2</sub> .....	85
MARINHA VAI INCORPORAR 'TONELERO' AO SETOR OPERATIVO E LANÇAR 'ALMIRANTE KARAM' NA PRÓXIMA SEMANA .....	86
CNPQ E MCTI FINANCIARÃO R\$ 8,6 MILHÕES PARA INOVAÇÃO EM CONSTRUÇÃO NAVAL E MODAL AQUAVIÁRIO.....	87
COP30: MPOR LANÇA PLANOS DE DESCARBONIZAÇÃO DO SETOR AQUAVIÁRIO .....	87
APS REGISTRA LUCRO DE R\$ 135 MILHÕES NO 3º TRIMESTRE .....	88
COP30: ENTIDADES DO SETOR AQUAVIÁRIO LANÇAM CARTA EM DEFESA DA NAVEGAÇÃO INTERIOR .....	89
NOVA VERSÃO DO EDITAL PARA OFERTA PERMANENTE TEM INCLUSÃO DE 275 BLOCOS E 5 ÁREAS MARGINAIS .....	91
KONGSBERG EQUIPARÁ REBOCADORES COM TECNOLOGIA DE PROPULSORES E GUINCHOS ELÉTRICOS .....	92
PORTOS DO SUDESTE MOVIMENTARAM 187 MILHÕES DE TONELADAS NO 3º TRIMESTRE.....	92
ABIOVE PREVÊ PRODUÇÃO DE 177,7 MILHÕES DE TONELADAS DE SOJA EM 2026 .....	93
CONTENEIRO DA NOVA GERAÇÃO DA ONE ATRACA EM PARANAGUÁ.....	93
ABIOVE PREVÊ PRODUÇÃO DE 177,7 MILHÕES DE TONELADAS DE SOJA EM 2026 .....	94
COM DIVERGÊNCIA, TCU ADIA DECISÃO SOBRE REGRAS DO LEILÃO DO NOVO TECON PARA 8 DE DEZEMBRO .....	95
<b>MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA .....</b>	<b>95</b>
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM .....	95



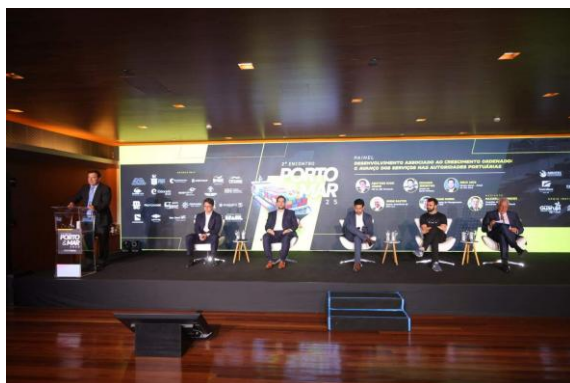


## A TRIBUNA DIGITAL (SP)

### AMPLIAÇÃO DA PRIVATIZAÇÃO DE SERVIÇOS PORTUÁRIOS É DEFENDIDA POR ESPECIALISTAS

Painel no Encontro Porto & Mar aponta que iniciativas privadas podem acelerar investimentos, reduzir burocracia e melhorar a eficiência nos portos

**Por Ted Sartori 19 de novembro de 2025 às 06:54**



***No Encontro Porto & Mar, em Brasília, integrantes do painel debateram sobre o desenvolvimento associado ao crescimento ordenado e o papel das autoridades portuárias no País (Dimmy Falcão/Especial para A Tribuna)***

A iniciativa privada é o caminho para assumir os serviços portuários. Foi a conclusão dos integrantes do painel “Desenvolvimento associado ao crescimento ordenado: o avanço dos serviços nas autoridades portuárias”, dentro do 2º Encontro Porto & Mar, nesta terça-feira (18), em Brasília.

O diretor-presidente da Infra S.A., Jorge Bastos, usou como exemplo a concessão do canal de acesso de Paranaguá (PR). Para ele, foi um marco, um modelo que ainda vai passar pelas fases naturais de adaptação.

“A Infra tentou modelar da melhor maneira. São funções como dragagem, sinalização náutica, levantamento hidrográfico, monitoramento ambiental, que eram feitos pela Autoridade Portuária. Acho fundamental passar (o serviço) para a iniciativa privada e, ao longo do tempo, ver o andamento desse contrato e as modificações que podem ser feitas”, explica.

O CEO da JBS Terminais, Aristides Russi Jr., acredita que falta disciplina para melhores serviços nos portos. Para ele, não é uma questão apenas da Autoridade Portuária.

“As decisões, às vezes, não são favoráveis para A ou B, mas elas foram tomadas, acredito eu, pensando no melhor para País, segundo a legislação. Quando a gente começa toda hora a questionar os órgãos e as agências, não deixando que elas trabalhem, começamos a frear as coisas. Tem que ter fair play (jogo limpo)”, afirma, sugerindo a entrega para o privado. “Temos as agências e os órgãos de controle para intervir no momento necessário e coisas mais prioritárias para o País (governo) cuidar”.

#### **Descompasso**

O diretor da Garin Partners, Eduardo Jeronymo, traz um interessante exemplo do descompasso entre o público e o privado. “Em Barra do Riacho, em Aracruz (ES), fizeram aprofundamento do canal em dois dias, algo projetado para dois, três meses. E em Santos se fala nisso há mais de cinco anos. Tudo (aquaviário, ferroviário e rodoviário) deveria ser passado para o privado, que sabe que aquilo vai destravar mais os investimentos do parceiro que está ali no Porto e vai querer executar aquilo o mais rápido possível”, diz.

#### **Exemplo e mudança de curso**

O gerente de Planejamento da Ferrovia Interna do Porto de Santos (Fips), Tiago Nunes, traz a própria experiência para justificar o sucesso do privado nesses serviços portuários.

“Veio para poder, de certa forma, desburocratizar muita coisa. Não seria possível fazer o tanto de obras e de investimentos que a gente está fazendo se não fosse dessa maneira. A gente tem um desafio muito simples, que é mais do que dobrar de capacidade em cinco anos: sair de 50 milhões de toneladas e chegar até 105 milhões de toneladas - 115 milhões de toneladas, se for olhar até 2030”, projeta.

Ele ressalta que há investimentos nos terminais de grãos da Ponta da Praia, em Santos. “Independentemente de onde eles estão, são grandes players de produção. Cabe a nós agora, como ferrovia, chegar mais rápido lá para reduzir esse tempo de circulação, além de investimentos extremamente disruptivos, como a pera ferroviária, em Outeirinhos, em Santos”, completa.



**Consultor de assuntos portuários do Grupo Tribuna, Maxwell Rodrigues destacou a importância dos serviços das Autoridades Portuárias no Brasil. Ele lembrou que o investimento privado acontece nas concessões, mas é necessário endereçar os acessos rodoviários, ferroviários e aquaviários. “A segunda onda de investimentos precisa tratar com muita responsabilidade esses três pilares”, pontuou (Dimmy Falcão/Especial para A Tribuna).**

Já Erick Aeck, diretor-geral no Brasil da Van Oord, empresa holandesa de construção naval e dragagem, foi por outro caminho: mudar o curso das licitações envolvendo dragagem. Segundo ele, geralmente a licitação começa com o menor preço e só depois será avaliado quem é ou não é técnico.

“Isso acaba estimulando aventureiros a entrarem no processo de licitação, chegando a preços muito baixos e gerando a posterior judicialização. Se não incentivarmos aventureiros a entrarem nesses processos, vamos conseguir diminuir a judicialização. Você não vê empresas sérias de dragagem brigando sem motivo uma com a outra”, analisa.

**Fonte: A Tribuna Digital - SP**

**Data: 19/11/2025**

## ARTHUR MAIA DEFENDE DESBUROCRATIZAÇÃO E MUDANÇA NO LICENCIAMENTO PARA ACELERAR INVESTIMENTOS PORTUÁRIOS

Relator do PL 733 aponta entraves ambientais, prazos irregulares e excesso de etapas como fatores que travam concessões e obras nos portos brasileiros

**Por Ted Sartori 19 de novembro de 2025 às 10:30**



**Maia disse que diminuir burocracia é fundamental para que se tenha concessões mais rápidas nos portos (Dimmy Falcão/Especial para A Tribuna)**

Reduzir a burocracia, facilitar o licenciamento ambiental, padronizar tempo de contratos e exclusividade de mão de obra. Foram os pontos destacados pelo deputado federal Arthur Oliveira Maia (União-BR), relator do Projeto de Lei (PL) 733/2025 (nova Lei dos Portos) na Câmara dos Deputados, em sua palestra no 2º Encontro Porto & Mar, nesta terça-feira (18), em Brasília. O parecer deve ser apresentado

no início do próximo ano.

Maia explicou que diminuir a burocracia é fundamental para que se tenha concessões mais rápidas, contratos que sejam executados com mais eficiência e sem tanta judicialização. “Sabemos que,

nesta quarta-feira (19), para fazer uma ampliação em uma estrutura portuária, o projeto tem que passar por diversos órgãos e, muitas vezes, acaba voltando para o órgão de origem. Isso tem sido extremamente penoso para o setor”.

### Licenciamentos

Sobre o licenciamento ambiental, o relator reclamou da atuação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) com relação a seguidos pedidos de licença para dragagens de manutenção. “Não há nenhum sentido uma empresa ficar fazendo repetidamente isso”, afirma.

Ele acrescenta que o objetivo é fazer com que o licenciamento seja feito de forma unificada também nos portos, tanto para a construção quanto para o funcionamento dos complexos. “Depois de vários anos para conseguir a licença e de outros tantos anos para a construção, o porto ficou pronto e vai ser necessário que se faça novo licenciamento para o porto funcionar. É fora de qualquer lógica”.

Arthur Maia também acredita que o tempo de prorrogação de contratos seja uniformizado. “Temos contratos de dez, 15, 25 e 35 anos. Isso tem causado uma dificuldade concorrencial no setor. Temos que saber aqui no Brasil qual será o tempo que julgaremos pertinente”, exemplifica o deputado.



### **Nery destaca nível de evolução (Dimmy Falcão/Especial para A Tribuna)**

#### **Planejamento é item essencial**

Ex-diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), o consultor Eduardo Nery palestrou no evento e afirmou que o planejamento é a chave para que a segunda onda de investimentos nos portos aconteça de forma eficiente.

“O planejamento tem que ser bem integrado. Nesta quarta-feira (19) ele é cercado de complexidades. Os ministérios de Portos e Aeroportos e de Transportes, por exemplo, têm de trabalhar de maneira integrada para que haja um planejamento urgente”, argumenta. “Talvez haja uma carência tão grande de investimento que não sentimos ainda essa dor, como se pudéssemos nos dar ao luxo de considerar planejamento uma peça acessória”, emenda.

Para Nery, o País já tem um nível de evolução institucional para liderar a América Latina. “Quando a gente discutia processos de concessão hidroviária, eu sentia até orgulho quando apresentava nossa modelagem de concessões, muito à frente dos países da América do Sul, assim como não devemos nada à modelagem realizada em países de referência, mas em planejamento estamos muito atrás”, comentou o ex-diretor da Antaq.



### **O diretor-presidente de A Tribuna, Marcos Clemente Santini (Dimmy Falcão/Especial para A Tribuna)**

#### **Infraestrutura**

O diretor-presidente de A Tribuna, Marcos Clemente Santini, fez a abertura do evento e destacou o compromisso do Grupo Tribuna com o setor portuário e marítimo brasileiro. Ele lembrou que, desde a Lei dos Portos (12.815/2013), houve um crescimento muito grande dos portos brasileiros, proporcionando a entrada de capital privado, acelerando processos e desburocratizando etapas estruturantes. Santini, porém, lembrou que ainda há muitos problemas na infraestrutura de acesso aos complexos portuários. “Não podemos mais conviver com propostas de projetos que demandam décadas para sair do papel”, afirmou.



Fonte: A Tribuna Digital - SP  
Data: 19/11/2025

## ANTAQ DEFENDE MAIS RITMO NAS CONCESSÕES E APONTA CONTRATOS TRANSITÓRIOS COMO SOLUÇÃO

Debates no Encontro Porto & Mar reforçam necessidade de agilidade regulatória e mostram desafios para TCU e Cade nas análises do setor portuário

**Por Ted Sartori 19 de novembro de 2025**



**Barros fala em tirar o peso do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental dos arrendamentos (Dimmy Falcão/Especial para A Tribuna)**

O superintendente de Outorgas da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Renildo Barros, defendeu em palestra no Encontro Porto & Mar que as concessões sejam feitas com mais volume e rapidez. Quando isso não ocorre, uma das soluções é o contrato transitório, aquele que ocupa o espaço temporariamente, enquanto a licitação da área não

acontece. O período permitido mudou de seis meses para um ano.

“Vinte por cento da movimentação portuária nacional está em contrato transitório. Na minha perspectiva, isso resolve uma dor que eu não resolveria com o arrendamento, que tem um rito que dura aproximadamente dois anos para que aconteça. Se não fosse o contrato transitório, não teria pujança e o poder atual de operação portuária”, afirma, citando os casos concretos. “É um instrumento para que essas empresas se sintam seguras para que a operação portuária possa acontecer com eficiência”.

Outra providência, mas envolvendo arrendamento portuário, é um projeto que está acontecendo na Antaq de tirar o peso do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA), do reequilíbrio de contrato e até da própria licitação portuária e do investimento no setor.

“É eliminar o preço do acompanhamento do Capex (despesas de capital, que corresponde aos gastos que uma empresa faz para adquirir, melhorar ou manter ativos de longo prazo, como imóveis, equipamentos, maquinários e infraestrutura). Na sequência, imprimir maior inteligência aos contratos, criar um equilíbrio automático”, detalha Barros.



**Simões: análise de 13 processos de concessões portuárias neste ano (Dimmy Falcão/Especial para A Tribuna)**

### Área técnica do TCU analisa riscos em projetos

O auditor-chefe da Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Portuária e Ferroviária (AudPortoFerrovia) do Tribunal de Contas da União (TCU), Rafael Menin Simões, revelou que 13 processos envolvendo concessões portuárias foram encaminhados ao órgão neste ano.

O número foi citado na palestra com o tema Concessões na Visão do TCU, que o responsável por essa área técnica do Tribunal fez nesta terça-feira (18), durante o 2º Encontro Porto & Mar 2025, em Brasília. A maioria dos processos foi sobre arrendamentos (nove). Os mais complexos envolveram o

Terminal de Contêineres (Tecon) Santos 10, no cais do Saboó (STS10), no Porto de Santos, e o canal de acesso ao Porto de Paranaguá, no Paraná.

“São processos muito complexos e o prazo para análise acaba sendo grande. A gente faz uma seleção com base em risco e materialidade. Fazemos a análise completa da grande maioria dos processos, ou aqueles de maior relevância e materialidade. Para alguns tipos de processos mais simples, de menor risco, pedimos ao plenário que dispense a análise”, explica.

### Detalhamento

Os cuidados passam por atenção aos itens de maior relevância, aprimoramento de metodologias, estudos atualizados. São analisadas as premissas de projetos, ou seja, se refletem aquilo que o TCU quer, se os investimentos vão ser cumpridos e se a qualidade do serviço será atendida.

A área técnica do Tribunal também avalia se os documentos jurídicos refletem os estudos, a modelagem e a alocação de risco. A AudPortoFerrovia também verifica a clareza na interpretação das cláusulas contratuais e trata de risco de conflito de interesse.

***Felipe Mundim, falou sobre a importância do Cade no evento (Dimmy Falcão/Especial para A Tribuna)***

### Cade

O superintendente-adjunto do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Felipe Mundim, falou sobre a importância do órgão no evento. Segundo ele, a atuação é transversal, não setorial. “Atua em todos os setores da economia. E a análise de anticompetição é aquela em que a gente atua de uma forma preventiva para evitar que empresas adquiram poder de mercado e exerçam de forma anticompetitiva após a concretização daquele contrato”, explica, contabilizando o trabalho envolvendo o setor portuário.

**Fonte: A Tribuna Digital - SP**

**Data: 19/11/2025**

## DOCUMENTO COP PORTOS É ENTREGUE AO GOVERNO FEDERAL EM BRASÍLIA

Contribuição técnico-jurídica do setor portuário para a conferência climática foi levada  
**Por Bárbara Farias 18 de novembro de 2025**



***Brasil pode liderar descarbonização marítima, com metas graduais, incentivos econômicos verdes e governança digital, diz relatório técnico (Alexsander Ferraz/AT)***

O Grupo Tribuna entregou nesta segunda-feira (18) o documento técnico-jurídico COP Portos Sustentáveis ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), em Brasília. O material, que identifica o potencial e os desafios dos portos brasileiros para a transição energética, será enviado à 30ª

Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), que acontece em Belém, no Pará. O evento começou no último dia 10 e se encerrará na sexta-feira.

O documento foi entregue ao chefe de gabinete do MDIC, Pedro Guerra, que o endereçará ao vice-presidente e ministro do MDIC, Geraldo Alckmin. Participaram o diretor Comercial do Grupo Tribuna, Demetrio Amono, o consultor para assuntos portuários, Maxwell Rodrigues, e a diretora-executiva da Associação Brasileira de Entidades Portuárias e Hidroviárias (Abeph), Gilmara Temóteo.





### **Pedro Guerra, chefe de gabinete de Alckmin, recebe o documento (Divulgação)**

O texto, com 126 páginas, apresenta um panorama do processo de descarbonização no setor portuário, evidenciando que o País tem vantagens competitivas naturais e iniciativas práticas já em curso em alguns portos. O material foi produzido pela comissão jurídica da COP Portos Sustentáveis, constituída pelos advogados Cristina Wadner e Fábio Silveira, a partir de coleta de dados de portos e contribuições de entes públicos e privados nos encontros realizados no Porto de Paranaguá (PR), em 15 de julho, no Complexo Industrial e Portuário de Suape (PE), em 13 de agosto, e no Porto de Santos, no dia 2 de setembro.

“A partir de visitas técnicas e benchmarks internacionais, demonstra-se que o Brasil reúne condições para liderar a descarbonização marítima, desde que adote metas graduais, incentivos econômicos verdes e governança digital interoperável”, diz o texto.

O documento indica também o potencial brasileiro em biocombustíveis marítimos e a necessidade de uma decisão estratégica sobre combustíveis prioritários. Aponta a oportunidade de monetização via mercado de carbono e a importância de padronização metodológica.

O diagnóstico do setor portuário identificou que, “mesmo com limitações de infraestrutura elétrica, a expansão é considerada viável mediante planejamento conjunto e padrões técnicos internacionais. A cooperação global surge como elemento-chave, e a COP30 é vista como oportunidade histórica para consolidar o Brasil como potência verde. Por fim, afirma-se que metas, financiamento e dados formam o núcleo da estratégia nacional, posicionando os portos como ativos climáticos e modelos de uma transição energética justa, com potencial de liderança internacional”.

“É um relatório robusto e fiel à visão de todas as áreas do setor portuário. O documento reúne percepções de armadores, terminais e autoridades portuárias, após visitas a portos com perfis distintos: Paranaguá, Santos e Suape e, por isso, deve se tornar referência quando o assunto é descarbonização dos portos brasileiros”, comemorou Amono.

Maxwell Rodrigues ressaltou que foi entregue um documento técnico elaborado por especialistas onde foi pontuado o que é possível realizar. “Ao longo dos três encontros percebemos que os portos do Brasil avançaram no tema e que pelo Brasil ser um país com dimensões continentais existem iniciativas no norte que não são compartilhadas com o sul e vice-versa”.

Rodrigues pontua que não se pode perder a oportunidade de implementar projetos sustentáveis. “Não somente na proteção da fauna e da flora, mas que contribuem com a vida do cidadão e com a economia. Em 2026, daremos continuidade nesse projeto tão bem estruturado”.

**Fonte: A Tribuna Digital - SP**

**Data: 18/11/2025**



## **ME – MOVIMENTO ECONÔMICO**

### **INFRA AVALIA AJUSTES NO PROJETO DO TRECHO SALGUEIRO-SUAPE DA FERROVIA**

No sexto encontro do Conexões Transnordestina, diretor da Intra diz que pode rever alguns aspectos técnicos do trecho Salgueiro-Suape, caso haja "estudos consistentes"

**Por Ângela Fernanda Belfort - De Recife [angela.belfort@movimentoeconomico.com.br](mailto:angela.belfort@movimentoeconomico.com.br)**



***O último encontro do Conexões Transnordestina ocorreu no auditório do centro administrativo de Suape. Foto: Ricardo Labastier/ Sudene***

A Infra S. A. já considera a possibilidade de fazer mudanças no projeto da ferrovia Transnordestina em Pernambuco. Nesta terça-feira (18), no evento final do Conexões Transnordestina, o diretor de Empreendimentos da Infra S.A., André Luis Ludolfo, afirmou que, caso haja “estudos consistentes” a estatal vai analisar a possibilidade de modificar algumas questões técnicas que fazem parte do antigo projeto no

trecho entre Salgueiro e Suape.

“A gente vai analisar as contribuições (do evento), e posteriormente, quando a gente for executar a parte de superestrutura, certamente vamos ter algum estudo, alguma motivação para tomar a melhor decisão: se vai ser a bitola mista ou a larga”, disse o executivo depois da sua apresentação no encerramento do ciclo do seminário promovido pelo portal Movimento Econômico, no Centro Administrativo do Porto de Suape.

Os especialistas em transporte que participaram de outras edições do Conexões Transnordestina, como os professores Maurício Pina e Fernando Jordão, defenderam que a bitola larga não era a mais adequada para o transporte de cargas de densidades leve e média, como as previstas para serem movimentadas no trecho Salgueiro-Suape, como por exemplo, a gipsita, grãos e combustíveis, entre outras.

Responsável pela retomada das obras do trecho Salgueiro-Suape da Transnordestina, a Infra S.A. lançou, no dia 31 de outubro, um edital para contratar uma empresa para fazer o projeto executivo e retomar as obras do trecho pernambucano da ferrovia. A concorrência vai contratar uma empresa para construir a infraestrutura de 73 km que ligam Custódia a Arcoverde com um orçamento estimado em R\$ 415 milhões. Neste caso, a infraestrutura é fazer a terraplenagem e a movimentação de terra, deixando a plataforma pronta para receber os dormentes e trilhos, que formam a superestrutura da ferrovia.

André Luis Ludolfo disse também que a estatal vai fazer outra licitação, ainda este ano, para contratar uma empresa que faça a fiscalização das obras do trecho Custódia-Arcoverde. A expectativa é de que as obras deste trecho comecem no primeiro trimestre de 2026 já que a abertura das propostas ocorre no dia 08 de janeiro.

Segundo Ludolfo, no próximo semestre, devem ser realizadas as licitações para as obras de mais três trechos da Ferrovia Salgueiro-Suape: o SPS6 (Pesqueira-Cachoeirinha), o SPS 7 (Cachoeirinha-Belém de Maria) e o SPS (Arcoverde-Pesqueira).

Já com relação aos helpers, uma terceira locomotiva necessária para tracionar o trem, quando há grandes declives ou rampas, Ludolfo afirmou que a Infra trabalha com declives mais suaves do que as inicialmente previstas no projeto do trecho Salgueiro-Suape realizado pela TLSA, concessionária que fez o projeto das obras iniciadas em 2006. Segundo o diretor, “no nosso entendimento não está previsto helpers. E essa é uma preocupação exagerada”, comentou Ludolfo.

O projeto original da Transnordestina previa a presença de helpers em 88 km do trecho Salgueiro Suape e isso retiraria a competitividade desta ferrovia, quando comparasse com o trecho Salgueiro Pecém, que não vai precisar destes helpers.

No projeto original, a Transnordestina começava na cidade de Eliseu Martins, no Piauí, seguia até Salgueiro e depois se dividia em dois grandes ramais: um que iria para Suape, em Pernambuco, e outro para o Porto de Pecém, no Ceará. O que chegaria em Suape está com as obras paralisadas

desde 2016. O que segue para Pecém teve as suas obras retomadas em 2023 e deve ficar pronto em 2027.



**Foram discutidos ajustes no projeto do trecho Salgueiro-Suape da Transnordestina. Foto: Paulo Almeida/Folha de Pernambuco**

### Conexões Transnordestina

O seminário Conexões Transnordestina lotou o auditório do entro administrativo de Suape com um público formado por empresários, especialistas do setor de transporte, técnicos do governo do Estado. Antes de chegar a Suape, o evento passou por cinco cidades: Salgueiro, Petrolina, Araripina, Belo Jardim e Caruaru.

A sexta edição do evento contou com a participação da governadora Raquel Lyra, que recebeu a Carta de Suape assinada por representantes de 14 instituições, falando da importância da retomada das obras Salgueiro-Suape e indicando alguns ajustes que podem ser feitos no projeto. “A Transnordestina é de grande importância para que possamos garantir a competitividade para Pernambuco”, argumentou a governadora Raquel Lyra, acrescentando que é necessária uma união e mobilização política em torno do projeto.

O superintendente da Sudene, Francisco Alexandre, comentou que os debates gerados pelo evento agregaram bastante, porque trouxe o conhecimento de uma obra que é estruturante, importante e necessária para todo nosso estado e toda a região. “Esse movimento, chega ao seu final com bastante êxito e sucesso naquilo que foi pretendido, que foi trazer para a sociedade um debate que está na ordem do dia, que é melhoria para o Estado, mecanismo que a gente possa induzir o crescimento do Estado de Pernambuco”.

O presidente do Grupo EQM e presidente do Movimento Econômico, Eduardo de Queiroz Monteiro, argumentou que a Transnordestina não só uma ferrovia, mas um eixo de desenvolvimento, uma ferrovia de integração. “Pernambuco é um estado muito cumprido, de logística muito difícil e nós não podemos prescindir do caráter estratégico dessa obra, que ao meu ver tá muito acima das questões políticas. Nós temos que unir Pernambuco e eu acho que é esse movimento que o Movimento Econômico tem feito, de trazer essa pauta independente da cor partidária, da ideologia política. Nós estamos aqui discutindo o que é melhor para o desenvolvimento de Pernambuco”, contou o empresário.

Também participaram do evento o presidente da Adesa, Daniel Torres Araripe que entregou a Carta de Suape a governadora Raquel Lyra; o professor e especialista em transporte, Maurício Pina; o professor da UPE Guilherme Magalhães; e a jornalista e CEO do Movimento Econômico, Patrícia Raposo, que fez a mediação do debate. “Desde julho, que percorremos cidades do Sertão e Agreste. Era preciso ouvir a população local, os gestores, os empresários, entender os desafios desta obra que tem o poder de transformar a economia de Pernambuco.

O Conexões teve seis edições e passou pelas cidades de Salgueiro, Petrolina, Araripina, Belo Jardim e Caruaru antes de chegar em Suape, mostrando o impacto e o tipo de carga que poderia usar o trecho Salgueiro Suape em cada uma dessas regiões. O evento é uma realização do Movimento Econômico e contou com o patrocínio da Sudene e do Porto de Suape.

Também presente no seminário, o prefeito de Salgueiro, Fabinho Lisandro, destacou os debates realizados sobre a Transnordestina. “Iniciamos essa discussão na cidade de Salgueiro, que é o ponto de interseção da Transnordestina. Pernambuco não pode mais perder oportunidades, essa tem sido a tônica”, destacou o gestor municipal.

Também acompanharam o evento o secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Guilherme Cavalcanti; o presidente do Complexo Industrial Portuário de Pernambuco, Armando Monteiro



Bisneto; o especialista em Transporte, Fernando Jordão, o prefeito de Agrestina, Josué Mendes, entre outros

### Situação da ferrovia Salgueiro-Suape

O trecho Salgueiro-Suape teve suas obras iniciadas em 2006. Com uma extensão de 544 km, as obras estão paralisadas, pelo menos, desde 2016. Em Pernambuco, 179 quilômetros da rodovia estão concluídos, o que representa 38% da obra no Estado.

A previsão é de que o trecho Salgueiro-Suape seja concluído em 2029 com a futura retomada das obras. A intenção do governo federal é bancar o início das obras com recursos públicos e depois fazer uma licitação para uma empresa privada operar o trecho pernambucano ou via concessão ou por uma Parceria Público-Privada (PPP)

**Fonte: ME – Movimento Econômico**

**Data: 19/11/2025**

### CARTA DE SUAPE: SETOR PRODUTIVO DE PE SUGERE MUDANÇAS NA TRANSNORDESTINA

Representantes de 14 instituições entregaram a Carta de Suape à governadora Raquel Lyra com sugestões para ajustes técnicos na Transnordestina. Principal demanda: adoção de bitola mista no trecho Salgueiro-Suape para melhorar competitividade

**Por Ângela Fernanda Belfort - De Recife [angela.belfort@movimentoeconomico.com.br](mailto:angela.belfort@movimentoeconomico.com.br)**



**Presidente da Agência de Desenvolvimento Econômico e Social do Araripe (Adesa), Daniel Torres, entrega Carta de Suape à governadora de Pernambuco, Raquel Lyra, no encerramento da série de seminários Conexões Transnordestina. Foto: Paulo Almeida/Folha de Pernambuco**

Na última edição do Seminário Conexões Transnordestina, nesta terça-feira (18) o ponto alto do evento foi a leitura da Carta de Suape, um documento assinado por representantes de 14 instituições e entregue às autoridades, – incluindo a governadora

Raquel Lyra – com as sugestões de gestores, técnicos, setor produtivo e sociedade civil organizada.

O documento pede ao Governo Federal, que através da Infra S. A., ajuste o projeto às necessidades das cargas de Pernambuco, e solicita ao governo do Estado que mobilize seus técnicos para a elaboração urgente de um estudo preliminar de traçado do trecho, com foco na obtenção de licença ambiental e avaliação de viabilidade para desapropriações.

Segundo a Carta de Suape, os pedidos acima formam uma condição essencial para que Pernambuco não fique à margem de uma das principais obras de infraestrutura do Nordeste. O documento diz que o trecho Salgueiro-Suape da Transnordestina pode perder competitividade, caso não sejam feitos os ajustes técnicos sugeridos.

Todos os signatários ressaltam a importância da retomada das obras do trecho Salgueiro-Suape da Transnordestina, considerando que o mesmo vai trazer desenvolvimento para Pernambuco e estados vizinhos.

### Infra lançou edital para trecho Custódia-Arcoverde

Estatual do governo federal, a Infra S.A é quem está à frente da retomada das obras do trecho Salgueiro-Suape que, até agora, será bancado com recursos públicos. A Infra lançou, no último dia 31 de outubro, um edital para contratar obras de um trecho de 73 km entre Custódia e Arcoverde que

tem um orçamento estimado em R\$ 415 milhões. A expectativa é de que a abertura das propostas ocorra em janeiro e as obras comecem no primeiro trimestre de 2026.

Inteira, a linha férrea Salgueiro-Suape tem 544 km, dos quais 179 km foram finalizados pela TLSA, concessionária que estava à frente das obras, quando elas foram iniciadas em 2006.

A Carta de Suape também incorporou sugestões e informações de especialistas, técnicos e empresários que participaram dos cinco seminários Conexões Transnordestina que ocorreram, desde julho último, e foram realizados em Salgueiro, Araripina, Petrolina, Belo Jardim e Caruaru. O Conexões Transnordestina foi realizado pelo Movimento Econômico com o patrocínio da Sudene.



**Leitura da Carta de Suape no seminário Conexões Transnordestina realizado na sede do complexo portuário pernambucano. Foto: Paulo Almeida/Folha de Pernambuco**

### **Ajustes no trecho Salgueiro-Suape da Transnordestina**

Os ajustes técnicos e operacionais pedidos pela Carta de Suape são a adoção de bitola mista em todo o trecho Salgueiro-Suape por ser mais apropriada às cargas que podem passar pelos trilhos pernambucanos, como gipsita, grãos, combustíveis, consideradas de densidade leve e média.

Os 179 km do trecho pernambucano construído está em bitola larga e o trecho que será contratado também prevê a implantação da bitola larga, que é mais apropriada, por exemplo, pra cargas mais densas, como o minério de ferro. Já é senso comum que o minério de ferro deve ser transportado pelo trecho Salgueiro-Missão Velha, porque há conversas entre a concessionária e a dona da mina.

Outro pedido do documento é com relação ao perfil do traçado do projeto da ferrovia pernambucana que apresenta 88 quilômetros com fortes declividades que vão exigir uma locomotiva auxiliar, chamada helper para tracionar os vagões que levam as cargas no trecho Salgueiro-Suape. Isso não ocorre no trecho entre Salgueiro-Porto de Pecém.

Segundo o documento, os helpers vão deixar mais caras as cargas escoadas pelo trecho Salgueiro Suape, comparando com o trecho Eliseu Martins-Salgueiro-Pecém da Transnordestina, que teve suas obras retomadas em 2023 e deve ser concluído em 2027. O trecho que vai para o porto cearense também foi implantado todo em bitola mista.

Somente para o leitor entender, quando os dois trechos estiverem prontos, o pernambucano terá um custo mais alto, caso continue com a bitola larga e precise do helper. Isso significa que as cargas poderão migrar para o trecho cearense que poderá ser mais eficiente e cobrar mais barato.



As entidades argumentam que o potencial de carga é decisivo para a sustentabilidade do trecho Salgueiro-Suape. A intenção do governo federal, no futuro, é fazer uma concessão ou uma Parceria Público-Privada para uma empresa explorar o trecho Salgueiro-Suape.

**Seminário em Suape foi o último da série de cinco eventos do Conexão Transnordestina realizados com a participação do setor produtivo de Pernambuco. Foto: Paulo Almeida/Folha de Pernambuco**

O documento também sugere ajustes no traçado, considerado “afastado” de algumas áreas de produção como, por exemplo, em Belo Jardim, que vai passar a 16 km da empresa Baterias Moura. A empresa poderá ser uma grande usuária dos trens no transporte das baterias fabricadas lá e dos materiais usados para fazer a reciclagem das mesmas.

Também defende que seja dada prioridade no trecho dentre Belém de Maria e Suape, essencial para o início das operações. Este trecho é formado por dois subtrechos: Belém de Maria-Ribeirão com 57 km e Ribeirão Suape com 85 km. Para realizar esta obra, é necessário ter as desapropriações e, como consequência disso, a imissão de posse da área, o que não foi feito até agora, 19 anos depois do início das primeiras obras.

A carta é assinada por representantes da Agência de Desenvolvimento Econômico e Social da Araripe (Adesa), Associação Avícola de Pernambuco (Avipe), CDL Salgueiro, Comissão de Logística do CRA-PE, Grupo Prol da Transnordestina em PE, Instituto Ovos Brasil, Núcleo Gestor da Cadeia Têxtil e de Confecções de Pernambuco, Prefeitura de Araripina, Prefeitura de Salgueiro, Prefeitura de Trindade, Sindicato das Indústrias do Gesso do Estado de Pernambuco ( Sindugesso), Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Petróleo e Gás Natural dos Estados de Pernambuco e Paraíba, Sindicato dos Ferroviários do Nordeste e Universidade do Vale do São Francisco

**Fonte: ME – Movimento Econômico**

**Data: 19/11/2025**



## ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

### EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO PODEM FLEXIBILIZAR ESQUEMAS OPERACIONAIS PARA AS FESTIVIDADES DE FINAL DE ANO

A empresa deve fixar informativos nas embarcações e nos postos de venda de passagens para comunicar sobre as alterações aos usuários



**Belém - Outeiro Terminal (61).jpg**

Brasília 19/11/2025 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) comunica os procedimentos para eventuais alterações dos esquemas operacionais das Empresas Brasileiras de Navegação (EBN's) que prestam serviços no transporte de passageiros ou passageiros e cargas (misto).

Os pedidos deverão ser apresentados pelas autorizadas por meio eletrônico, através do

Sistema Eletrônico de Informação - SEI, disponível no site da ANTAQ, até o dia 10 de dezembro de 2025.

A alteração tem como objetivo abarcar o potencial aumento da demanda de passageiros e cargas no período de festividades de final de ano. Também se adequa à necessidade de alteração de esquemas operacionais por parte de empresas brasileiras de navegação.

As empresas devem apresentar o esquema operacional relativo à data, dias e horários que serão alterados. As alterações de esquema operacional deferidas pela Gerência de Outorgas de Autorização, da Agência, deverão ser divulgadas aos usuários com antecedência mínima de 15 dias. Concedida a permissão, a empresa deve fixar informativos nas embarcações e nos postos de venda de passagens a fim de comunicar sobre as alterações aos usuários.





A flexibilização será de caráter temporário e limita-se ao período de 15 de dezembro de 2025 a 5 de janeiro de 2026. Após esse prazo, as empresas devem retomar o cumprimento dos esquemas operacionais determinados nos termos de autorização das EBNs.

As informações sobre as regras e os documentos necessários para solicitar a flexibilização estão disponíveis no processo SEI 50300.016224/2022-41.

**Fonte:** ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

**Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ**

**Fone:** (61) 2029-6520 - **FAX:** (61) 2029-6517 - **E-mail:** [asc@antag.gov.br](mailto:asc@antag.gov.br)

**Data:** 19/11/2025

## GOVERNO FEDERAL SANCIONA LEI QUE GARANTE SIMPLIFICAÇÃO DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA

A política estabelece padrões para que todos os órgãos comuniquem de forma mais objetiva e centrada nas pessoas

Brasília, 17/11/2025 - Foi publicada, nesta segunda-feira (17), a Lei nº 15.263/2025, que cria a Política Nacional de Linguagem Simples. A nova legislação é válida para os órgãos públicos de todas as esferas - União, estados, Distrito Federal e municípios.

Com isso, espera-se que a comunicação com a população seja feita de forma mais clara, direta e acessível, fortalecendo o direito à informação e à participação social, garantindo que qualquer pessoa consiga encontrar a informação que precisa e entenda o que está sendo comunicado.

Além disso, o Governo pretende facilitar o acesso dos cidadãos ao poder público, reduzir custos administrativos, diminuir retrabalho, melhorar a qualidade do atendimento e fortalecer a transparência ativa.

A nova lei define objetivos da comunicação centrada no indivíduo, busca facilitar a comunicação para pessoas com deficiência e define padrões que todos os órgãos e entidades públicas devem seguir na redação de conteúdo.

Também é determinado que os poderes estabeleçam diretrizes complementares, fluxos e ferramentas necessárias para colocar a Política Nacional de Linguagem Simples em prática, como a revisão de portais e documentos oficiais, capacitação de equipes, criação de manuais, padronização de formulários e testes de usabilidade com cidadãos.

**Fonte:** ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

**Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ**

**Fone:** (61) 2029-6520 - **FAX:** (61) 2029-6517 - **E-mail:** [asc@antag.gov.br](mailto:asc@antag.gov.br)

**Data:** 19/11/2025



Presidência da República



Portos e Aeroportos

## GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

### AMPLIAR LEVARÁ CONEXÃO E DESENVOLVIMENTO PARA O MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE (MT)

Com investimento de R\$ 24,69 milhões, modernização do terminal é vista como a solução logística definitiva para o Araguaia-Xingu, superando o desafio da BR-158 e impulsionando o agronegócio regional transferência



Com uma população de 12.127 habitantes e um cenário econômico em expansão, o município de Porto Alegre do Norte, no Mato Grosso (MT) desponta como um novo polo de oportunidades na região Araguaia-Xingu. Impulsionada pela chegada de grandes empreendimentos, como uma usina de etanol e um novo frigorífico, a cidade vê no Aeroporto Municipal Desidério Martin Brunetta o vetor fundamental para o desenvolvimento e geração de emprego e renda.

***Vista da cidade de Porto Alegre do Norte (MT) - Foto: Prefeitura de Porto Alegre do Norte (MT) Norte\_03.jpeg***

A infraestrutura aeroportuária ganha ainda mais, já que o terminal faz parte da primeira fase do Programa AmpliAR. Com um investimento previsto (Capex) de R\$ 24,69 milhões, a estrutura é a peça-chave para destravar a logística de uma das regiões mais promissoras de Mato Grosso.

"Impulsionar a economia e o desenvolvimento regional é prioridade do governo do presidente Lula. Com o Programa Ampliar, estamos levando infraestrutura de qualidade para o interior do Brasil. Esse investimento vai conectar a força produtiva local, gerar emprego e, fundamentalmente, encurtar distâncias", destacou o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.

Localizada estrategicamente entre os rios Araguaia e Tapirapé, Porto Alegre do Norte faz parte de uma microrregião composta por 14 municípios. A modernização do terminal vai atender a demanda crescente do agronegócio, que tem na região um polo de cultivo de soja, milho e arroz, além de uma forte bacia leiteira e um comércio pulsante.

De acordo com a prefeitura do município, a concessão e os investimentos previstos são aguardados como a solução para um desafio histórico: a dependência logística de um trecho de 120 km de estrada de chão na BR-158, que frequentemente apresenta condições precárias de tráfego.

### **Turismo e Capacidade Operacional**

Além do viés corporativo, a infraestrutura apoiará o turismo e os grandes eventos que já movimentam a economia local. A cidade sedia a Dinâmica de Empreendimentos e Empreendedores, maior feira de negócios da região que atrai mais de 15 mil pessoas, período em que o aeroporto e a rede hoteleira atingem 100% da capacidade. O turismo ecológico também será beneficiado, facilitando o acesso a eventos como o Rally do Varjão e as Canoagens Ecológicas.

O prefeito Carlos Tomazetto reforça o impacto transformador do projeto. "Esse aeroporto representa dignidade, desenvolvimento e segurança para nossa população e para toda a região. Sabemos das dificuldades de acesso pela BR-158 e por isso esse avanço é tão importante. Com essa estrutura funcionando, teremos mais agilidade para salvar vidas, fortalecer o turismo, impulsionar nossos grandes eventos e criar novas oportunidades de negócios", afirmou.

### **Incentivo ao desenvolvimento**

O AmpliAR colocará em oferta pública 19 aeroportos regionais localizados na Amazônia Legal e no Nordeste, regiões onde há déficit acentuado de infraestrutura aeroportuária. Por meio de processo competitivo simplificado, as concessionárias, com contratos de concessão vigentes com a União e que não estejam em extinção, poderão disputar os aeroportos por meio do maior deságio percentual ao preço mínimo estabelecido pelo governo no Plano Aeroviário Nacional (PAN). O leilão da primeira fase do programa está previsto para o próximo dia 27 novembro.

Na primeira etapa do AmpliAR, foram colocados em oferta pública os seguintes aeroportos: Tarauacá (AC), Barcelos (AM), Itacoatiara (AM), Parintins (AM), Itaituba (PA), Cacoal (RO), Vilhena (RO), Araguaína (TO), Porto Alegre do Norte (MT), Barreirinhas (MA), Guanambi (BA), Lençóis (BA), Paulo

Afonso (BA), São Raimundo Nonato (PI), Araripina (PE), Garanhuns (PE), Serra Talhada (PE), Jericoacoara (CE) e Canoa Quebrada (CE).

**Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF**

**Data: 19/11/2025**

## **NOS EMIRADOS ÁRABES, MINISTRO SILVIO COSTA FILHO SE REÚNE COM AUTORIDADES E SETOR PRODUTIVO SOBRE LOGÍSTICA INTEGRADA**

Ampliação da conectividade aérea e modernização portuária também constaram da agenda do segundo dia de missão oficial em Dubai



***O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, se reuniu nesta quarta-feira com o secretário de Infraestrutura e Transportes dos Emirados Árabes, Xeiq Mohammed Al Mansouri***

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, se reuniu nesta quarta-feira com o secretário de Infraestrutura e Transportes dos Emirados Árabes, Xeiq Mohammed Al Mansouri, em seu segundo dia de agenda oficial em Dubai. Entre os principais temas da missão, o ministro busca reforçar e estabelecer parcerias sobre logística integrada, ampliação

da conectividade aérea e diversificação de rotas entre Emirados Árabes e Brasil, além de atrair investimentos para a carteira de projetos do Ministério, que inclui arrendamentos e concessões de portos, aeroportos e hidrovias.

“Foi uma reunião muito produtiva. Conversamos sobre logística integrada, descarbonização e modelos de modernização portuária, que fazem dos Emirados uma referência mundial”, afirmou o ministro. “Essa troca é fundamental para aproximar o Brasil de tecnologias avançadas, atrair investimentos e fortalecer o trabalho que estamos conduzindo no governo do presidente Lula para modernizar nossos portos e corredores logísticos”, acrescentou.

Entre outros objetivos da agenda, que prevê reuniões com o setor público e privado dos Emirados Árabes, estão temas para estreitar a cooperação técnica e a parceria tecnológica entre os dois países e dialogar sobre a agenda da sustentabilidade, descarbonização do transporte marítimo e expansão dos biocombustíveis. No primeiro dia de missão, na terça-feira (18), o ministro percorreu a Dubai Airshow, feira comercial global da indústria aeroespacial, com mais de 1.500 expositores e 148 mil participantes.

Também na manhã desta quarta-feira, Costa Filho se reuniu CEO da Dnata, Steve Allen, que opera em vários aeroportos do Brasil, para debater parcerias que fortaleçam a aviação brasileira. “A Dnata tem uma importância institucional significativa para nosso país e demonstra a confiança que cada vez mais o mercado internacional tem no Brasil e na aviação brasileira”, afirmou o ministro. “Queremos cada vez mais estreitar as nossas relações e, por orientação do presidente Lula, ampliar a agenda internacional, que é fundamental para o desenvolvimento do Brasil, e a Dnata faz parte dessa construção coletiva”, acrescentou.

### **Ampliação da malha aérea**

Com o objetivo de aumentar a conectividade aérea e diversificar as rotas de voos internacionais para o Brasil, Costa Filho se reuniu com Tim Clark, presidente da Emirates Airlines, uma das maiores companhias aéreas do mundo. Entre os assuntos acordados na reunião está a possibilidade da empresa ampliar, a partir dos próximos anos, o número de voos para o país, com foco no Nordeste.



"Nós tivemos uma reunião muito produtiva e otimista com representantes da Emirates e tenho certeza que teremos novas operações aéreas para o nosso país. Estou trabalhando fortemente para levar um voo de Dubai, da Emirates, para o Nordeste", assegurou.

Com uma frota estimada em 260 aeronaves das fabricantes Airbus e Boeing, a Emirates Airlines possui operações aéreas em 148 destinos espalhados em todos os continentes. No Brasil, a companhia possui conexões nos aeroportos de São Paulo/Guarulhos e Rio de Janeiro/Galeão, além de contar com acordo de codeshare - parceria comercial entre companhias aéreas para vender assentos em voos que são operados por uma empresa associada - com Azul, Gol e Latam.

**Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF**

**Data: 19/11/2025**

## AÇÕES INTERMINISTERIAIS AMPLIAM MODERNIZAÇÃO DAS HIDROVIAS E REFORÇAM ATENDIMENTO A COMUNIDADES RIBEIRINHAS

Dragagem, monitoramento climático e sinalização náutica se unem a iniciativas sociais e turísticas para garantir serviços e desenvolvimento



***A navegação, coordenada pelo governo, garante o abastecimento e serviços essenciais nas regiões que dependem do rio. - Foto: Ilustração***

O governo federal está ampliando ações de modernização das hidrovias e de atendimento a comunidades ribeirinhas por meio da atuação conjunta entre os ministérios de Portos e Aeroportos (MPor), do Desenvolvimento Social (MDS), do Turismo (MTur) e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). A iniciativa reúne obras de dragagem, monitoramento climático, sinalização náutica e uso da navegação para garantir abastecimento, assistência social e novas oportunidades econômicas na região Norte.

Nas regiões ribeirinhas do Norte, onde a mobilidade depende historicamente dos ciclos das águas, os rios cumprem papel essencial na integração do território. Nesses espaços, as hidrovias têm sido uma rede de infraestrutura estratégica e uma política de Estado voltada a transformar rios em vias que garantem direitos, oportunidades e desenvolvimento às populações.

Com foco na eficiência operacional e na segurança da navegação, MPor e Dnit conduzem ações de modernização das principais rotas hidroviárias do país. As iniciativas incluem monitoramento climático, dragagens planejadas, recuperação de trechos críticos e aprimoramento da sinalização náutica. Ao mesmo tempo, avançam as concessões, que ampliam investimentos, elevam padrões de segurança e reduzem custos logísticos, um diferencial para um modal com menor impacto ambiental e que é até 40% mais econômico em relação a outros meios de transporte.





De acordo com o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, investir em hidrovias é ampliar a presença do Estado. "Quando o governo direciona recursos para monitoramento, dragagem, sinalização e concessões, promove mais que melhorias operacionais e assegura cidadania", afirma.

A manutenção permanente das hidrovias, especialmente em regiões sujeitas a variações climáticas extremas, tem caráter prioritário. Para o secretário Nacional de Hidrovias e Navegação, Otto Burlier, essa estratégia é essencial para manter a navegação. "Entre o monitoramento e as dragagens planejadas, todo o conjunto de ações tem um objetivo central: manter a navegação sem parar. Hidrovias estruturadas permitem a circulação regular de alimentos, remédios e políticas públicas para as populações que dependem do rio", concluiu.

### Como as hidrovias levam cidadania às regiões ribeirinhas





#### MPor garante:

##### Navegação segura e contínua

-  Dragagens planejadas
-  Sinalização náutica
-  Recuperação de trechos críticos
-  Planos de gestão hidroviária (Amazônia e principais bacias)




#### MDS entrega:

##### Assistência onde só o rio alcança

-  Distribui comida e cestas básicas para as famílias.
-  Oferece tecnologias para que as comunidades tenham acesso à água.
-  Apoiar diretamente os povos indígenas.
-  Faz o cadastro social (CadÚnico) e atende as famílias em emergências, chegando de barco

#### MTur gera:

##### Turismo fluvial que movimenta a economia

-  Promove viagens de cruzeiro e passeios de barco.
-  Gera renda para a comunidade local: barqueiros, guias, artesãos e cozinheiros.
-  Impulsiona pequenos negócios e ajuda a manter as tradições ribeirinhas.

MINISTÉRIO DO TURISMO

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME

MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS

GOVERNO DO BRASIL  
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

### Infográfico - Como as hidrovias levam cidadania à população ribeirinha

#### Proteção social que navega

Em áreas onde não há acesso terrestre, o Ministério do Desenvolvimento Social tem usado as hidrovias para levar políticas públicas a populações isoladas. Pelos rios chegam alimentos, tecnologias de acesso à água, atendimento social, ações emergenciais e iniciativas voltadas à segurança alimentar.

A navegação também permite a busca ativa do Cadastro Único (CadÚnico), o atendimento móvel do Sistema Único de Assistência Social (MobSUAS) e o acompanhamento de povos e comunidades tradicionais por equipes que percorrem longas distâncias em embarcações da assistência social.

Nesse território, dois instrumentos se complementam: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que compra a produção da agricultura familiar e fortalece cooperativas e associações ribeirinhas; e a Ação de Distribuição de Alimentos (ADA), responsável pela entrega de cestas em situações de emergência, especialmente em períodos de estiagem ou cheia. Ambos usam a logística fluvial para garantir que o apoio chegue a quem mais precisa.

“Além de ampliar a cobertura do programa, nós facilitamos o acesso das populações indígena, quilombola e de outras comunidades tradicionais, como extrativistas, mulheres e jovens rurais. Criamos um modelo de ingresso mais adequado à realidade desses grupos, com o objetivo de garantir que o Programa de Aquisição de Alimentos chegue a quem realmente precisa. Da mesma forma, pelo Programa Cisternas, seguimos trabalhando em parceria com organizações da sociedade civil para levar segurança hídrica à populações extrativistas e ribeirinhas”, afirmou a secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Lilian Rahal.

Nos últimos três anos, o MDS destinou R\$ 452 milhões ao PAA, garantindo a compra de produção local e a distribuição de 73 mil toneladas de alimentos. Na região Norte, a ADA levou mais de 800 mil cestas por meio dos rios. No mesmo período, foram instaladas 8.663 tecnologias de acesso à água, com meta de 16.800 até 2026.

#### Turismo fluvial regional

O turismo fluvial tem avançado como atividade econômica importante em regiões onde os rios são a principal via de deslocamento. Um estudo do Ministério do Turismo, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mostra que o segmento aumenta a renda local e qualifica atividades produtivas nas comunidades que dependem da navegação.

Na Amazônia, cruzeiros que passam por Manaus, Santarém, Parintins e Barcelos demonstram o potencial do setor para integrar natureza, cultura e economia.

O avanço do turismo fluvial ocorre com a integração regional, em que há o fortalecimento de rotas oficiais, melhoria de atracadouros, qualificação de trabalhadores, segurança náutica e interiorização do turismo; e também com a inclusão ribeirinha, com geração de renda, profissionalização de barqueiros e guias, valorização do artesanato e incentivo a roteiros culturais.

Além do impacto na economia, a navegação tem papel central para levar políticas públicas a áreas de difícil acesso. O esforço interministerial reforça o uso das hidrovias para garantir serviços essenciais, renda e presença do Estado em regiões onde barcos são o único meio de chegada.

**Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF**

**Data: 19/11/2025**

## GRUPO MEXICANO ANUNCIA A COMPRA DAS OPERAÇÕES DA MOTIVA NOS AEROPORTOS DO BRASIL

O anúncio foi feito hoje ao ministro do MPor, Silvio Costa Filho, que ressaltou o fortalecimento do mercado da aviação brasileira



***Grupo mexicano vai ampliar relações comerciais entre Brasil e México e fortalecer turismo de negócios e de lazer - Foto: Aeroporto Confins/Divulgação***

O grupo mexicano Aeropuerto de Cancún, subsidiária do Grupo Aeroportuario del Sureste (ASUR), anunciou nesta terça-feira (18) ao ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, a aquisição da operação da Motiva (ex-CCR) no Brasil, que administra 17 aeroportos no país, em nove estados, incluindo o aeroporto de Confins (MG) e o aeroporto de São Luís (MA). A operação tem valor total de R\$ 5 bilhões e envolve ativos em outros países da América Latina. A empresa mexicana possui ampla experiência em gestão aeroportuária. O grupo, atualmente, opera nove aeroportos no México e outros sete na América Latina.

“A vinda de um player mexicano vai ampliar as relações comerciais entre Brasil e México e fortalecer o turismo de negócios e de lazer entre os dois países. Nós estamos falando da maior transação aeroportuária em curso no mundo”, afirmou o ministro. “O investimento de R\$ 5 bilhões por uma operadora internacional no Brasil é uma demonstração de confiança no crescimento da aviação no país”, acrescentou.

“Nós estamos falando da maior transação aeroportuária em curso no mundo” Silvio Costa Filho

“Esses novos investimentos dialogam com a agenda do Ministério de Portos e Aeroportos de buscar a ampliação de novas concessões no Brasil. Nós estamos vivenciando o maior volume de investimentos da história em infraestrutura do setor aeroportuário. Nesses últimos dois anos e meio do governo Lula, já incluímos quase 30 milhões de passageiros a mais na aviação brasileira, o que é fruto do crescimento econômico e do turismo no Brasil”, acrescentou o ministro.

O ministro evidenciou a possibilidade de ampliação dos voos entre os dois países e de incremento do turismo de lazer e de negócios. Pela posição geográfica estratégica dos dois países da América Latina, ao sul e ao norte, Brasil e México podem ser hubs aeroportuários, com conexão entre Estados Unidos e os países sul-americanos.



A operação representa ainda maior dinamismo e diversidade para o setor aeroportuário brasileiro, que passará a ter outro operador estrangeiro. A aquisição reflete também, na opinião do ministro, a atratividade do setor de transporte aéreo nacional, valorizando os ativos brasileiros e criando novas oportunidades de negócio para outros aeroportos no país.

Neste ano, de janeiro a setembro, foram registrados 1.375 voos entre os dois países, uma alta de 17% em relação ao mesmo período do ano passado, e 253 mil passageiros transportados, com crescimento de 15,4% frente a 2024.

**Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF**

**Data: 19/11/2025**

## GOVERNO FEDERAL ANUNCIA CRIAÇÃO DE PROGRAMAS DE DESCARBONIZAÇÃO DA NAVEGAÇÃO DURANTE A COP30

Iniciativas lançadas pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) visam reduzir emissões de gases, promover eficiência energética e modernizar infraestruturas portuárias e hidroviárias, alinhando o setor à agenda climática global



***Iniciativas visam reduzir emissões de gases, promover eficiência energética e modernizar portos e hidrovias - Foto: Eduardo Oliveira/MPor***

O Ministério de Portos e Aeroportos anunciou nesta terça (18), em Belém (PA), a criação do Programa Nacional de Descarbonização de Portos (PND-Portos) e do Programa Nacional de Descarbonização da Navegação (PND-Navegação). A portaria que institui as iniciativas foi assinada pelo ministro em exercício, Tomé Franca, durante um ato oficial, como parte da programação do MPor na COP30.

A medida representa um marco na agenda climática do ministério e consolida o compromisso do Brasil com a Política Nacional sobre Mudança do Clima e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Também participaram do ato Thayrine Oliveira, secretária-executiva adjunta; Otto Luiz Burler, secretário nacional substituto de Hidrovias e Navegação; e Bruno Neri, diretor de Novas Outorgas e Políticas Regulatórias Portuárias.

Os programas são instrumentos centrais para a implementação da Política de Sustentabilidade do Ministério, instituída pela Portaria 58, de 2025 e visam reduzir progressivamente as emissões de gases de efeito estufa (GEE), incentivar a eficiência energética e modernizar as infraestruturas portuárias e da navegação nacional. A iniciativa alinha o Brasil à agenda global de transição energética e inovação tecnológica.

O ministro em exercício do MPor, Tomé Franca, destacou a relevância desta iniciativa como um passo concreto para a transição energética no setor. “Assinar esta portaria aqui, em Belém, no coração da COP30, é um passo concreto e decisivo do MPor. O PND-Portos e o PND-Navegação são instrumentos que vão guiar a transição energética do setor aquaviário, alinhando o Brasil às melhores práticas globais. Estamos criando os incentivos para reduzir emissões de gases de efeito estufa, modernizar a frota com combustíveis sustentáveis e tornar nossos portos mais eficientes”, disse.

Bruno Neri representou o MPor em mesa-redonda sobre o tema, ocasião em que destacou o compromisso do ministério. “É motivo de alegria assinarmos esta portaria num evento tão especial,

como é a COP30, pois isso é uma confirmação do compromisso que nós, como ministério, através do ministro Silvio Costa Filho, temos assumido em relação à política de sustentabilidade”, disse.

### **Ações estratégicas**

Os programas serão estruturados em cooperação com outros atores públicos e privados. O PND-Portos, sob responsabilidade da Secretaria Nacional de Portos (SNP), estará focado na gestão de emissões diretas e indiretas, na adoção de energia limpa, na eletrificação de equipamentos e na inclusão de critérios de sustentabilidade nos contratos de concessão portuária.

Já o PND-Navegação, liderado pela Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação (SNHN), irá contemplar o incentivo a combustíveis sustentáveis, o aprimoramento da eficiência operacional, a modernização da frota e o fortalecimento da infraestrutura de abastecimento.

A estruturação técnica dos programas conta com o apoio do Laboratório de Transportes e Logística da Universidade Federal de Santa Catarina (LabTrans/UFSC). Este apoio técnico inclui o planejamento da transição energética no transporte aquaviário e a criação de uma solução integrada para registrar, monitorar e divulgar os indicadores climáticos do setor.

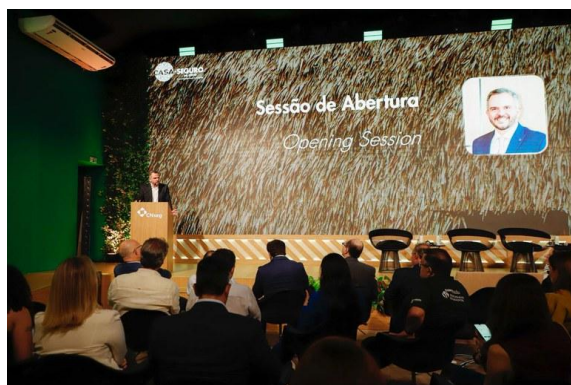
A portaria fortalece a governança climática do MPor e traduz em ações concretas os compromissos internacionais assumidos pelo país, tornando-se uma referência para a construção de uma matriz logística de baixo carbono e resiliente.

**Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF**

**Data: 19/11/2025**

## **COP30 DEBATE IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS RESILIENTES A DESASTRES**

Painel apresentado por representantes do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) durante a conferência lançou também o guia de seguros para concessões e PPPs para colaborar nas relações



***Investir em infraestruturas resilientes protege comunidades, fortalece a segurança logística e impulsiona o desenvolvimento - Foto: Eduardo Oliveira/MPor***

O ministro em exercício de Portos e Aeroportos (MPor), Tomé Franca, participou, nesta terça-feira (18), do painel “Da Visão à Ação: Alavancando a Infraestrutura Resiliente a Desastres (DRI) para Estratégias Nacionais de Adaptação Robustas”, realizado durante a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30), em Belém (PA).

O painel teve como foco demonstrar que o investimento em infraestruturas resilientes a desastres pode acelerar a implementação de estratégias nacionais de adaptação, protegendo comunidades vulneráveis, fortalecendo a segurança logística e impulsionando o desenvolvimento sustentável. Também participaram do painel representantes dos ministérios do Meio Ambiente e dos Transportes e da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Em sua fala, o Tomé Franca lembrou o trabalho de recuperação do Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre, após as chuvas que afetaram o Rio Grande do Sul no ano passado. “Quando o aeroporto ficou 20 dias submerso, percebemos como o estado parou, como o desastre afetou toda a região parando a movimentação de pessoas, mercadorias e insumos. Por isso é importante termos em mente todos os cenários que possam gerar impactos que paralisem essas estruturas para nos anteciparmos e sermos mais ágeis em ações emergenciais de recuperação”, salientou.

O representante do MPor destacou ainda que portos e aeroportos preparados para eventos extremos garantem o bom funcionamento do país em situações de enchentes ou seca extrema, por exemplo. “Quando levamos melhorias na infraestrutura de transporte, levamos em paralelo melhorias sociais, fortalecemos as relações comerciais e mantemos as condições para que a roda da economia permaneça girando”, declarou Franca.

### **Guia de seguros para concessões e PPPs**

No espaço Casa do Seguro, organizado pela Confederação Nacional das Seguradoras (CNSeg), foi lançado o Guia Prático de Seguros e Capitalização para Concessões e PPPs. O material orienta contratadas e contratantes de seguros, com especial atenção às relações após eventos climáticos extremos. Participaram do lançamento, além do Ministério de Portos e Aeroportos, a CNSeg, a Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos e a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base.

“O seguro é importante na hora que precisamos usar e ele não funciona. É um produto que precisamos convencer da sua importância, antes que precise ser acionado. Esse trabalho que fizemos junto a associações mostrou como é importante tratarmos os seguros também pelo lado de quem contrata, destacando que não pode ser apenas uma questão de preço, mas da qualidade do serviço que foi disponibilizado”, afirmou a diretora de Assuntos Econômicos do MPor, **Helena Venceslau**.

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF*  
*Data: 19/11/2025*

### **Aeroportos de João Pessoa (PB) e Aracaju (SE) inauguram salas multissensoriais para pessoas neurodivergentes**

Espaços oferecem ambiente que ajudam a minimizar estímulos e reduzir o estresse dos passageiros nos terminais aeroportuários



***Salas multissensoriais estão instalada em 11 aeroportos do país. Foto: Aena Brasil***

#### **Sala Multissensorial**

Em um compromisso para ampliar o acolhimento de famílias neurodivergentes, os aeroportos de João Pessoa, na Paraíba (PB), e de Aracaju, em Sergipe (SE), inauguraram, na última sexta-feira (14), salas multissensoriais para atender passageiros com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Com essas unidades, já são 11 salas instaladas no país apenas neste ano. A iniciativa integra o Programa de Acolhimento ao Passageiro com TEA, do Ministério de

Portos e Aeroportos.

Para o ministro Sílvio Costa Filho, a adesão dos terminais ao programa nacional de inclusão demonstra o interesse do setor em melhorar e adaptar a experiência de passageiros com TEA. “O crescimento do número dessas salas mostra que estamos no caminho certo, promovendo dignidade, respeito e, acima de tudo, acolhimento. Nosso objetivo é chegar a 20 espaços como este até o fim de 2026”, afirmou.

Em João Pessoa, a sala está localizada na área de embarque, próxima ao canal de inspeção, e tem capacidade para receber um passageiro e um acompanhante por vez. Já em Aracaju, a sala fica próxima ao portão 1 e pode receber até oito pessoas. Em ambas, o funcionamento é gratuito e aberto 24 horas por dia.

As salas multissensoriais oferecem um ambiente de descompressão, com elementos que ajudam a minimizar estímulos capazes de causar desequilíbrio emocional, além de reduzir o estresse do ambiente aeroportuário, proporcionando alívio em relação aos estímulos externos e promovendo



bem-estar. Atualmente, já existem salas multissensoriais em aeroportos de São Paulo - Congonhas (SP), Florianópolis (SC), Rio de Janeiro - Galeão e Santos Dumont (RJ), Natal (RN), Recife (PE), Vitória (ES) e Campo Grande (MS), Maceió (AL).

De acordo com a Aena Brasil, administradora dos aeroportos, as salas contam com investimentos que incluem tecnologia IoT, que possibilita a conexão via internet de aparelhos e sistemas, e inteligência artificial. Os espaços dispõem de técnicas de videomodelagem para conferir previsibilidade aos passageiros, controle por dispositivos móveis, assistente de inteligência artificial multilíngue e mobiliário adaptável para garantir conforto aos usuários.

Como complemento às ações de inclusão, o ministério lançou também a Cartilha Inclusão Dentro e Fora do Avião, escrita por Aline Campos e ilustrada por Luana Chinalia. O material traz, de forma lúdica, a história de duas crianças neurodivergentes e apresenta orientações sobre direitos, recursos e boas práticas para garantir uma viagem mais tranquila.

A cartilha está disponível para download no site do MPor (<https://www.gov.br/portos-e-aeroportos/pt-br/assuntos/transporte-aereo/programa-tea>) e também nas salas multissensoriais espalhadas pelos aeroportos brasileiros.

**Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF**

**Data: 19/11/2025**

## **NO PRIMEIRO DIA DA MISSÃO DUBAI, MINISTRO SILVIO COSTA FILHO ANUNCIA VENDA DE JATOS DA EMBRAER**

Ministro também tratou de acordos de conectividade e proteção do espaço aéreo em encontros com lideranças locais da aviação civil e com o presidente da Interpol



***Agendas visam ampliar a cooperação com a região e apresentar portfólio de oportunidades de investimentos***

O Ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, iniciou nesta terça-feira (18), sua agenda oficial em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, para ampliar a cooperação com a região e apresentar portfólio de oportunidades de investimentos nos setores portuário e aeroviário brasileiros.

Já no primeiro dia, Costa Filho e o presidente da empresa brasileira, Embraer, Francisco Gomes Neto, anunciaram a venda de até 20 novos jatos comerciais e parcerias na área de Defesa. Um dos destaques foi o acordo firmado com a Air Côte d'Ivoire, companhia aérea nacional da Costa do Marfim, que assinou um pedido para quatro aeronaves E175, com direito de compra para oito unidades adicionais. O início das entregas está previsto para o primeiro semestre de 2027.

Outro acordo celebrado foi com a Helvetic Airways, da Suíça, que realizou um novo pedido firme para três jatos E195-E2, com direitos de compra adicionais para cinco aeronaves. A primeira entrega está estimada para o final de 2026.

Além dos contratos comerciais, a Embraer assinou dois Memorandos de Entendimento (MoUs) com as empresas Advanced Military Maintenance, Repair and Overhaul Center (AMMROC) e Global Aerospace Logistics (GAL), sediadas nos Emirados Árabes, marcando um passo significativo na expansão da presença da Embraer Defesa e suporte no Oriente Médio.

"A Embraer é um grande ativo para o Brasil e eu não tenho dúvida que, com esses novos acordos, a companhia se fortalece cada vez mais no cenário mundial. A produção de novas aeronaves significa

novos negócios sendo abertos e mais empregos sendo gerados no nosso país", avaliou o ministro Silvio Costa Filho.

Na comitiva do ministro estão presentes também o titular da Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC), Daniel Longo, o diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Tiago Faierstein.

### Encontros com autoridades

A programação incluiu também encontros com o diretor da Autoridade Geral de Aviação Civil da Arábia Saudita (GACA), Abdulaziz Al-Duailej; com o major-general Dr. Ahmed Naser Al-Raisi, presidente da Interpol e inspetor geral do Ministério do Interior dos Emirados Árabes Unidos; e com o diretor geral da Autoridade de Aviação Civil dos Emirados Árabes Unidos, Saif Mohammed Al-Suwaidi.

Entre os temas discutidos, estiveram investimentos dos Emirados Árabes Unidos (EAU) na produção do combustível sustentável de aviação (SAF) no Brasil; expansão da conectividade entre Brasil e EAU, com a ampliação dos serviços para Dubai e o restabelecimento de rotas para Abu Dhabi; atração de investimentos para a melhoria da infraestrutura aeroportuária brasileira; cooperação técnica no desenvolvimento de eVTOLs (veículos elétricos de decolagem e aterrissagem vertical); além de eleições para o Conselho da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI).

Para o ministro Silvio Costa Filho, esses encontros são de grande relevância para os projetos do governo brasileiro. "Iniciamos diálogos fundamentais para ampliar nossa conectividade e discutimos a segurança do espaço aéreo global, pauta prioritária para o Brasil. Estamos aqui para mostrar que o Brasil é um parceiro seguro, previsível e aberto a investimentos que gerem desenvolvimento e aproximem nossas nações", disse ele.

**Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF**

**Data: 19/11/2025**

## PORTOS DO SUDESTE BATEM RECORDE E ATINGEM 186,7 MILHÕES DE TONELADAS NO 3º TRIMESTRE



Movimentação de graneis líquidos, liderada por petróleo, disparou 21,6%; Terminais Autorizados (TUPs) crescem 13,6% no período

**Porto do Açu (RJ) teve um crescimento de 38,06%, atingindo 17,8 milhões de toneladas. Foto: Vosmar Rosa (MPor)**

A movimentação de cargas nos portos da Região Sudeste atingiu o recorde histórico de 186,7 milhões de toneladas no terceiro trimestre de 2025 (de julho a setembro), um crescimento expressivo de 9,10% em comparação com o mesmo período do ano anterior. De acordo com dados do estatístico da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), o desempenho foi liderado pela operação dos Terminais Autorizados (TUPs) e pela forte demanda por commodities de granel, especialmente petróleo e minério de ferro.

O principal motor do crescimento foram os Terminais Autorizados (privados), que viram sua movimentação saltar 13,60%, atingindo 124,5 milhões de toneladas. Em contrapartida, os Portos Organizados (públicos) registraram um crescimento mais modesto de 1,09%, totalizando 62,2 milhões de toneladas.

O desempenho recorde da região foi ancorado por terminais especializados em commodities. O Terminal de Petróleo (TPET/TOIL) em Açu (RJ) foi o principal destaque, com um crescimento de

38,06%, atingindo 17,8 milhões de toneladas. O Terminal Aquaviário de Angra dos Reis (RJ) não ficou atrás, crescendo 25,34% (18,8 milhões de toneladas). Juntos, esses dois terminais, focados em petróleo bruto, foram os principais responsáveis pela alta no granel líquido.



### Desempenho dos portos do Sudeste

Este crescimento representa uma aceleração significativa em relação aos últimos anos, superando um patamar que se mostrava estável. No terceiro trimestre de 2023, a movimentação foi de 170,9 milhões de toneladas, e no mesmo período de 2024, de 171,1 milhões de toneladas.

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, o recorde histórico é a prova de uma gestão voltada para a eficiência e a integração logística. “O crescimento no Sudeste, impulsionado pela performance dos terminais privados, mostra que a modernização e a confiança do investidor estão colocando o Brasil em um novo patamar de competitividade global”, destacou o ministro.

### Desempenho dos Portos Públicos

Os Portos Organizados (públicos) mantiveram sua posição como pilares estratégicos para a economia nacional, movimentando um total de 62,2 milhões de toneladas no trimestre. O Porto de Santos (SP) continua sendo o maior complexo portuário da região, sendo responsável por 38,4 milhões de toneladas e registrando um crescimento de 2,68%.

O destaque em Santos foi o dinamismo no mercado interno, onde a movimentação de cabotagem cresceu expressivos 22,54%, impulsionada por contêineres e outras cargas. O Porto de Itaguaí (RJ), focado em minério de ferro, manteve seu patamar robusto com 17,3 milhões de toneladas, apresentando apenas uma leve variação negativa de -1,4% em relação ao forte desempenho do ano anterior.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF  
Data: 19/11/2025



### "PRECISAMOS TORNAR OS RIOS BRASILEIROS MAIS ESTRATÉGICOS NO ENFRENTAMENTO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS", AFIRMA SECRETÁRIO DE HIDROVIAS

Durante painel na COP30, Otto Burlier destacou importância de financiamento, governança integrada e infraestrutura adaptada para navegação



#### Diálogos Hidroviáveis

A força do evento abre caminho para mais investimentos e ações conjuntas entre ministérios, impulsionando projetos que modernizam e tornam mais resilientes as hidrovias do país. - Foto: Divulgação/CNT

O secretário Nacional de Hidrovias e Navegações, Otto Burlier, defendeu durante a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, a COP30, nesta segunda-feira (17), em Belém (PA), a modernização e a adaptação climática das hidrovias brasileiras durante o painel “Diálogos Hidroviáveis – Navegação Interior”. Realizado na Green Zone e promovido pela Agência de Desenvolvimento Sustentável das Hidrovias e dos Corredores de Exportação (Adecon), o debate reforçou a urgência de ampliar financiamento, fortalecer a governança e preparar a infraestrutura

hidroviária para eventos climáticos extremos — das secas severas na Amazônia às cheias intensas no Sul do país.

Ao abrir as discussões, Otto Burlier destacou a urgência no debate e nas ações para a agenda climática nacional. “Precisamos tornar os rios brasileiros mais estratégicos no enfrentamento às mudanças climáticas. A adaptação das hidrovias não é mais uma alternativa futura, é uma necessidade urgente. A logística brasileira depende dos rios, especialmente na Amazônia, e precisamos garantir que eles continuem navegáveis mesmo diante das mudanças climáticas. Isso significa financiamento estruturado, planejamento de longo prazo e governança integrada”, afirmou.

O diretor do Departamento de Gestão Hidroviária, Eliezé Bulhões ressaltou avanços recentes na gestão hidroviária, com foco em adaptação climática. Segundo ele, nos últimos 18 meses a Secretaria estruturou um novo modelo de governança baseado em monitoramento climático, planejamento de dragagens e ações emergenciais para assegurar a continuidade da navegação. “A modernização da infraestrutura hidroviária é essencial para garantir competitividade logística, segurança das comunidades ribeirinhas e redução das emissões no transporte”, concluiu.

#### Diálogos Hidroviáveis

Criado para ampliar a visibilidade da navegação interior e seu papel na transição ecológica, o evento Diálogos Hidroviáveis reúne, anualmente, governo, especialistas, empresas e entidades do setor para discutir soluções que tornem os rios brasileiros mais resilientes e estratégicos frente às mudanças climáticas. A iniciativa busca consolidar os rios como vias de transporte limpas, eficientes e essenciais para a integração social e a redução de emissões.

Durante o encontro, o presidente da Agência de Desenvolvimento Sustentável das Hidrovias e dos Corredores de Exportação (Adecon), Adalberto Tokarski, reforçou a importância de recolocar os rios no centro do planejamento nacional. “O Brasil guarda um tesouro logístico nos seus rios, capaz de impulsionar uma transição ecológica real, com menos emissões e maior eficiência”, afirmou. Ao citar rios como Amazonas, Tocantins, Madeira e Tapajós, destacou o potencial das hidrovias para descarbonizar o transporte e reduzir impactos ambientais.

Além do MPor, participaram representantes de entidades como a Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Navegação Interior (Abani), a Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), a Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop) e a Associação dos Terminais

Portuários e Estações de Transbordo de Cargas da Bacia Amazônica (Amport). Todas defenderam que a COP30 marque a consolidação definitiva da navegação interior na agenda climática.

A expectativa é que a projeção do evento impulse investimentos, amplie a cooperação entre ministérios e estimule novos projetos voltados à modernização e à resiliência dos corredores hidroviários do país.

**Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF**

**Data: 19/11/2025**

### **NOS EMIRADOS ÁRABES, MINISTRO SILVIO COSTA FILHO SE REÚNE COM AUTORIDADES E SETOR PRODUTIVO SOBRE LOGÍSTICA INTEGRADA**

Ampliação da conectividade aérea e modernização portuária também constaram da agenda do segundo dia de missão oficial em Dubai



***O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, se reuniu nesta quarta-feira com o secretário de Infraestrutura e Transportes dos Emirados Árabes, Xeiue Mohammed Al Mansouri***

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, se reuniu nesta quarta-feira com o secretário de Infraestrutura e Transportes dos Emirados Árabes, Xeiue Mohammed Al Mansouri, em seu segundo dia de agenda oficial em Dubai. Entre os principais temas da missão, o ministro busca reforçar e estabelecer parcerias sobre logística integrada, ampliação da conectividade aérea e diversificação de rotas entre Emirados Árabes e Brasil, além de atrair investimentos para a carteira de projetos do Ministério, que inclui arrendamentos e concessões de portos, aeroportos e hidrovias.

“Foi uma reunião muito produtiva. Conversamos sobre logística integrada, descarbonização e modelos de modernização portuária, que fazem dos Emirados uma referência mundial”, afirmou o ministro. “Essa troca é fundamental para aproximar o Brasil de tecnologias avançadas, atrair investimentos e fortalecer o trabalho que estamos conduzindo no governo do presidente Lula para modernizar nossos portos e corredores logísticos”, acrescentou.

Entre outros objetivos da agenda, que prevê reuniões com o setor público e privado dos Emirados Árabes, estão temas para estreitar a cooperação técnica e a parceria tecnológica entre os dois países e dialogar sobre a agenda da sustentabilidade, descarbonização do transporte marítimo e expansão dos biocombustíveis. No primeiro dia de missão, na terça-feira (18), o ministro percorreu a Dubai Airshow, feira comercial global da indústria aeroespacial, com mais de 1.500 expositores e 148 mil participantes.

Também na manhã desta quarta-feira, Costa Filho se reuniu CEO da Dnata, Steve Allen, que opera em vários aeroportos do Brasil, para debater parcerias que fortaleçam a aviação brasileira. “A Dnata tem uma importância institucional significativa para nosso país e demonstra a confiança que cada vez mais o mercado internacional tem no Brasil e na aviação brasileira”, afirmou o ministro. “Queremos cada vez mais estreitar as nossas relações e, por orientação do presidente Lula, ampliar

a agenda internacional, que é fundamental para o desenvolvimento do Brasil, e a Dnata faz parte dessa construção coletiva”, acrescentou.

### **Ampliação da malha aérea**

Com o objetivo de aumentar a conectividade aérea e diversificar as rotas de voos internacionais para o Brasil, Costa Filho se reuniu com Tim Clark, presidente da Emirates Airlines, uma das maiores companhias aéreas do mundo. Entre os assuntos acordados na reunião está a possibilidade da empresa ampliar, a partir dos próximos anos, o número de voos para o país, com foco no Nordeste. "Nós tivemos uma reunião muito produtiva e otimista com representantes da Emirates e tenho certeza que teremos novas operações aéreas para o nosso país. Estou trabalhando fortemente para levar um voo de Dubai, da Emirates, para o Nordeste", assegurou.

Com uma frota estimada em 260 aeronaves das fabricantes Airbus e Boeing, a Emirates Airlines possui operações aéreas em 148 destinos espalhados em todos os continentes. No Brasil, a companhia possui conexões nos aeroportos de São Paulo/Guarulhos e Rio de Janeiro/Galeão, além de contar com acordo de codeshare - parceria comercial entre companhias aéreas para vender assentos em voos que são operados por uma empresa associada - com Azul, Gol e Latam.

**Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF**

**Data: 19/11/2025**

## **AÇÕES INTERMINISTERIAIS AMPLIAM MODERNIZAÇÃO DAS HIDROVIAS E REFORÇAM ATENDIMENTO A COMUNIDADES RIBEIRINHAS**

Dragagem, monitoramento climático e sinalização náutica se unem a iniciativas sociais e turísticas para garantir serviços e desenvolvimento



***A navegação, coordenada pelo governo, garante o abastecimento e serviços essenciais nas regiões que dependem do rio. - Foto: Ilustração***

O governo federal está ampliando ações de modernização das hidrovias e de atendimento a comunidades ribeirinhas por meio da atuação conjunta entre os ministérios de Portos e Aeroportos (MPor), do Desenvolvimento Social (MDS), do Turismo (MTur) e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). A iniciativa reúne obras de dragagem, monitoramento climático, sinalização náutica e uso da navegação para garantir abastecimento, assistência social e novas oportunidades econômicas na região Norte.

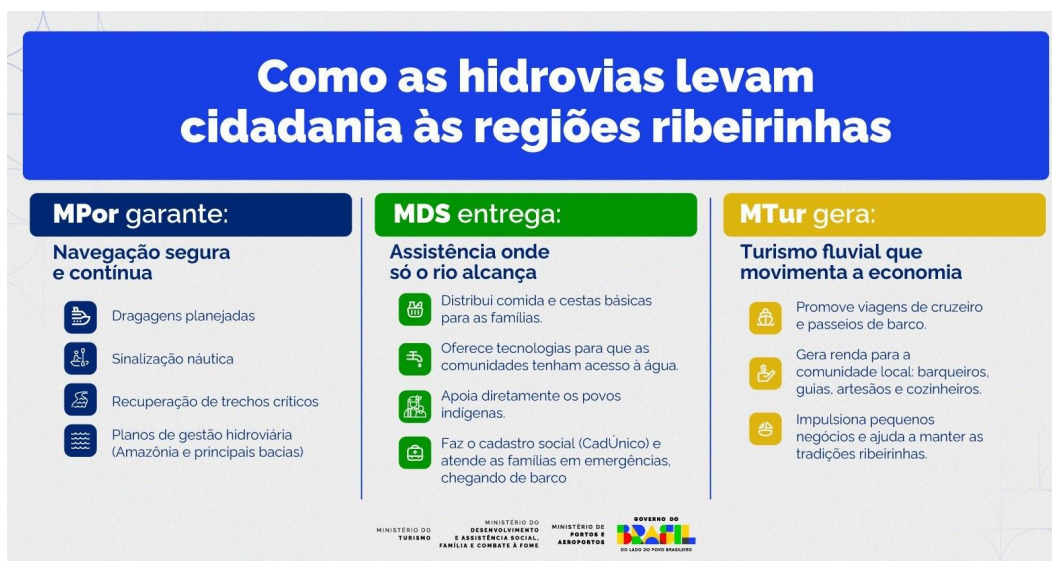
Nas regiões ribeirinhas do Norte, onde a mobilidade depende historicamente dos ciclos das águas, os rios cumprem papel essencial na integração do território. Nesses espaços, as hidrovias têm sido uma rede de infraestrutura estratégica e uma política de Estado voltada a transformar rios em vias que garantem direitos, oportunidades e desenvolvimento às populações.

Com foco na eficiência operacional e na segurança da navegação, MPor e Dnit conduzem ações de modernização das principais rotas hidroviárias do país. As iniciativas incluem monitoramento climático, dragagens planejadas, recuperação de trechos críticos e aprimoramento da sinalização náutica. Ao mesmo tempo, avançam as concessões, que ampliam investimentos, elevam padrões de segurança e reduzem custos logísticos, um diferencial para um modal com menor impacto ambiental e que é até 40% mais econômico em relação a outros meios de transporte.



De acordo com o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, investir em hidrovias é ampliar a presença do Estado. “Quando o governo direciona recursos para monitoramento, dragagem, sinalização e concessões, promove mais que melhorias operacionais e assegura cidadania”, afirma.

A manutenção permanente das hidrovias, especialmente em regiões sujeitas a variações climáticas extremas, tem caráter prioritário. Para o secretário Nacional de Hidrovias e Navegação, Otto Burlier, essa estratégia é essencial para manter a navegação. “Entre o monitoramento e as dragagens planejadas, todo o conjunto de ações tem um objetivo central: manter a navegação sem parar. Hidrovias estruturadas permitem a circulação regular de alimentos, remédios e políticas públicas para as populações que dependem do rio”, concluiu.



**Infográfico - Como as hidrovias levam cidadania à população ribeirinha**

### Proteção social que navega

Em áreas onde não há acesso terrestre, o Ministério do Desenvolvimento Social tem usado as hidrovias para levar políticas públicas a populações isoladas. Pelos rios chegam alimentos, tecnologias de acesso à água, atendimento social, ações emergenciais e iniciativas voltadas à segurança alimentar.

A navegação também permite a busca ativa do Cadastro Único (CadÚnico), o atendimento móvel do Sistema Único de Assistência Social (MobSUAS) e o acompanhamento de povos e comunidades tradicionais por equipes que percorrem longas distâncias em embarcações da assistência social.

Nesse território, dois instrumentos se complementam: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que compra a produção da agricultura familiar e fortalece cooperativas e associações ribeirinhas; e a Ação de Distribuição de Alimentos (ADA), responsável pela entrega de cestas em situações de emergência, especialmente em períodos de estiagem ou cheia. Ambos usam a logística fluvial para garantir que o apoio chegue a quem mais precisa.

“Além de ampliar a cobertura do programa, nós facilitamos o acesso das populações indígena, quilombola e de outras comunidades tradicionais, como extrativistas, mulheres e jovens rurais. Criamos um modelo de ingresso mais adequado à realidade desses grupos, com o objetivo de garantir que o Programa de Aquisição de Alimentos chegue a quem realmente precisa. Da mesma forma, pelo Programa Cisternas, seguimos trabalhando em parceria com organizações da sociedade civil para levar segurança hídrica à populações extrativistas e ribeirinhas”, afirmou a secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Lillian Rahal.

Nos últimos três anos, o MDS destinou R\$ 452 milhões ao PAA, garantindo a compra de produção local e a distribuição de 73 mil toneladas de alimentos. Na região Norte, a ADA levou mais de 800 mil

cestas por meio dos rios. No mesmo período, foram instaladas 8.663 tecnologias de acesso à água, com meta de 16.800 até 2026.

### Turismo fluvial regional

O turismo fluvial tem avançado como atividade econômica importante em regiões onde os rios são a principal via de deslocamento. Um estudo do Ministério do Turismo, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mostra que o segmento aumenta a renda local e qualifica atividades produtivas nas comunidades que dependem da navegação.

Na Amazônia, cruzeiros que passam por Manaus, Santarém, Parintins e Barcelos demonstram o potencial do setor para integrar natureza, cultura e economia.

O avanço do turismo fluvial ocorre com a integração regional, em que há o fortalecimento de rotas oficiais, melhoria de atracadouros, qualificação de trabalhadores, segurança náutica e interiorização do turismo; e também com a inclusão ribeirinha, com geração de renda, profissionalização de barqueiros e guias, valorização do artesanato e incentivo a roteiros culturais.

Além do impacto na economia, a navegação tem papel central para levar políticas públicas a áreas de difícil acesso. O esforço interministerial reforça o uso das hidrovias para garantir serviços essenciais, renda e presença do Estado em regiões onde barcos são o único meio de chegada.

**Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF**

**Data: 19/11/2025**

## GOVERNO FEDERAL ANUNCIA CRIAÇÃO DE PROGRAMAS DE DESCARBONIZAÇÃO DA NAVEGAÇÃO DURANTE A COP30

Iniciativas lançadas pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) visam reduzir emissões de gases, promover eficiência energética e modernizar infraestruturas portuárias e hidroviárias, alinhando o setor à agenda climática global



**Iniciativas visam reduzir emissões de gases, promover eficiência energética e modernizar portos e hidrovias - Foto: Eduardo Oliveira/MPor**

O Ministério de Portos e Aeroportos anunciou nesta terça (18), em Belém (PA), a criação do Programa Nacional de Descarbonização de Portos (PND-Portos) e do Programa Nacional de Descarbonização da Navegação (PND-Navegação). A portaria que institui as iniciativas foi assinada pelo ministro em exercício, Tomé Franca, durante um ato oficial, como parte da programação do MPor na COP30.

A medida representa um marco na agenda climática do ministério e consolida o compromisso do Brasil com a Política Nacional sobre Mudança do Clima e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Também participaram do ato Thayrine Oliveira, secretária-executiva adjunta; Otto Luiz Burlier, secretário nacional substituto de Hidrovias e Navegação; e Bruno Neri, diretor de Novas Outorgas e Políticas Regulatórias Portuárias.

Os programas são instrumentos centrais para a implementação da Política de Sustentabilidade do Ministério, instituída pela Portaria 58, de 2025 e visam reduzir progressivamente as emissões de gases de efeito estufa (GEE), incentivar a eficiência energética e modernizar as infraestruturas portuárias e da navegação nacional. A iniciativa alinha o Brasil à agenda global de transição energética e inovação tecnológica.

O ministro em exercício do MPor, Tomé Franca, destacou a relevância desta iniciativa como um passo concreto para a transição energética no setor. “Assinar esta portaria aqui, em Belém, no coração da COP30, é um passo concreto e decisivo do MPor. O PND-Portos e o PND-Navegação são instrumentos que vão guiar a transição energética do setor aquaviário, alinhando o Brasil às melhores práticas globais. Estamos criando os incentivos para reduzir emissões de gases de efeito estufa, modernizar a frota com combustíveis sustentáveis e tornar nossos portos mais eficientes”, disse.

Bruno Neri representou o MPor em mesa-redonda sobre o tema, ocasião em que destacou o compromisso do ministério. “É motivo de alegria assinarmos esta portaria num evento tão especial, como é a COP30, pois isso é uma confirmação do compromisso que nós, como ministério, através do ministro Silvío Costa Filho, temos assumido em relação à política de sustentabilidade”, disse.

### Ações estratégicas

Os programas serão estruturados em cooperação com outros atores públicos e privados. O PND-Portos, sob responsabilidade da Secretaria Nacional de Portos (SNP), estará focado na gestão de emissões diretas e indiretas, na adoção de energia limpa, na eletrificação de equipamentos e na inclusão de critérios de sustentabilidade nos contratos de concessão portuária.

Já o PND-Navegação, liderado pela Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação (SNHN), irá contemplar o incentivo a combustíveis sustentáveis, o aprimoramento da eficiência operacional, a modernização da frota e o fortalecimento da infraestrutura de abastecimento.

A estruturação técnica dos programas conta com o apoio do Laboratório de Transportes e Logística da Universidade Federal de Santa Catarina (LabTrans/UFSC). Este apoio técnico inclui o planejamento da transição energética no transporte aquaviário e a criação de uma solução integrada para registrar, monitorar e divulgar os indicadores climáticos do setor.

A portaria fortalece a governança climática do MPor e traduz em ações concretas os compromissos internacionais assumidos pelo país, tornando-se uma referência para a construção de uma matriz logística de baixo carbono e resiliente.

**Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF**

**Data: 19/11/2025**

## GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

### NO TCU, MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES OFICIALIZA CONTRATO DA MALHA SUDESTE E GARANTE R\$ 3,8 BILHÕES PARA MODERNIZAÇÃO FERROVIÁRIA



Investimentos ampliam capacidade e eficiência do transporte ferroviário, fortalecendo o escoamento de cargas estratégicas entre Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo

***Assinado no TCU o contrato de concessão da Malha Sudeste, que prevê R\$ 3,8 bilhões em investimentos para ampliar a eficiência operacional e o escoamento de cargas. – Foto: Divulgação/ANTT***

O Governo Federal avançou na modernização da infraestrutura ferroviária do país. Nesta terça-feira (18), foi assinado, no Tribunal de Contas da União





(TCU), o contrato de concessão da Malha Sudeste, que prevê R\$ 3,8 bilhões em investimentos voltados à melhoria da eficiência operacional e do transporte de cargas.

A oficialização do acordo decorre de uma solução consensual aprovada pelo TCU, envolvendo o Ministério dos Transportes, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF) e a concessionária MRS Logística.

O mecanismo demonstra a atuação conjunta entre o Governo Federal, a agência reguladora e o setor privado, proporcionando segurança jurídica e estabilidade ao projeto. A repactuação acrescenta cerca de R\$ 2,8 bilhões em outorga a ser paga pela concessionária, contribuindo para o reequilíbrio contratual e para a execução do Plano de Investimentos.

A Malha Sudeste desempenha papel relevante no transporte de cargas de grande volume, como minério de ferro, produtos siderúrgicos e agrícolas, ao conectar polos produtivos aos portos de Santos (SP) e Itaguaí (RJ).

Entre os investimentos previstos estão intervenções em municípios que demandam ações para reduzir conflitos entre a ferrovia e o trânsito urbano, como Barra Mansa (RJ), Barra do Piraí (RJ) e Ibirité (MG), com o objetivo de melhorar as condições de segurança nas regiões.

**Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF**  
**Data: 19/11/2025**

## **MINISTRO DOS TRANSPORTES LANÇA POLÍTICA NACIONAL DE CONCESSÕES FERROVIÁRIAS E CARTEIRA DE PROJETOS PARA 2026**

Pipeline prevê oito leilões ferroviários e 14 rodoviários; evento acontece na próxima terça (25)

O ministro dos Transportes, Renan Filho, lança na próxima terça-feira (25) a Política Nacional de Concessões Ferroviárias e a carteira de projetos da pasta para 2026.

Inédita, a Política Nacional de Concessões Ferroviárias estabelece diretrizes estratégicas para o desenvolvimento do modal no Brasil, integrando planejamento, governança e sustentabilidade.

A pasta prevê realizar no próximo ano oito leilões de ferrovias, que irão alavancar mais de R\$ 600 bilhões no setor. Cerca de 9 mil quilômetros de trilhos serão concedidos.

Já no setor rodoviário, serão 14 concessões, abrangendo 7.295 quilômetros de rodovias, com investimento de R\$158 bilhões e geração de mais de 1,1 milhão de postos de trabalho.

Em menos de três anos à frente da pasta, Renan Filho já realizou 21 leilões rodoviários, com investimento que ultrapassa os R\$233 bilhões.

Após a apresentação, o ministro dos Transportes concederá entrevista coletiva sobre os detalhes dos projetos.

### **Cobertura de imprensa**

Não há necessidade de credenciamento prévio para os jornalistas interessados na cobertura do evento, que também será transmitido pelo canal do Ministério dos Transportes no YouTube.

### **Serviço**

Lançamento da Política Nacional de Concessões Ferroviárias e da carteira de projetos 2026

Data: Terça-feira, 25 de novembro

Horário: 10h

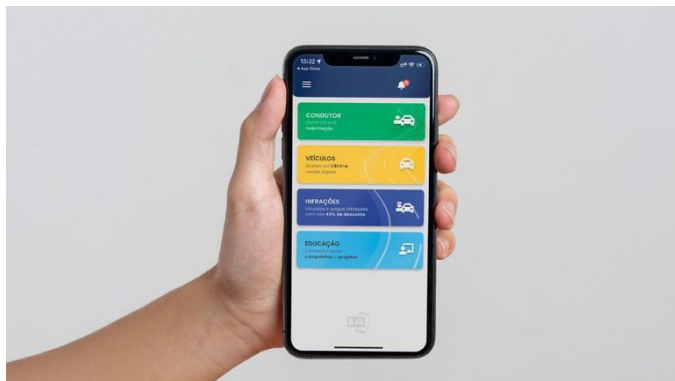
Local: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, 6º andar, Sala Interativa

**Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF**

**Data: 19/11/2025**

## AMAZONAS PASSA A INTEGRAR SISTEMA NACIONAL QUE PERMITE INDICAR O REAL INFRATOR PELA CARTEIRA DIGITAL DE TRÂNSITO

Ferramenta digital elimina burocracias e garante mais segurança no processo de transferência de multas no estado



***Motoristas do Amazonas já podem indicar o condutor responsável pela infração por meio da Carteira Digital de Trânsito. Foto: MT***

Motoristas do Amazonas agora contam com uma solução mais prática e moderna para lidar com infrações de trânsito. A partir desta terça-feira (18), o Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas (Detran-AM) passa a integrar o Sistema Nacional de Indicação do Real Infrator, permitindo que o proprietário do veículo

indique, de forma totalmente on-line, o condutor responsável pela infração por meio do aplicativo Carteira Digital de Trânsito (CDT).



Desenvolvida pelo Ministério dos Transportes, por meio da Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran), em parceria com Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), a ferramenta amplia a digitalização dos serviços de trânsito no estado e torna o processo de transferência de multas mais simples e seguro.

“A ferramenta traz mais praticidade para o cidadão, evita transtornos e garante que apenas o condutor responsável pela infração seja penalizado. Na prática, é mais eficiência e menos burocracia”, destaca Ailton Nunes, coordenador-geral de Planejamento, Gestão e Controle da Senatran.

Além do Amazonas, os estados do Acre e do Pará também passaram recentemente a integrar o sistema, ampliando o alcance da funcionalidade na região Norte. Ao todo, o serviço já está disponível em 15 estados e no Distrito Federal.

### Como funciona

**Para indicar o real infrator, o proprietário do veículo deve:**

1. Acessar o aplicativo Carteira Digital de Trânsito (CDT).
2. Selecionar a autuação desejada e clicar na opção “Indicar Real Infrator”.
3. Preencher os dados do condutor (nome e CPF).
4. Aguardar a confirmação da pessoa indicada, que receberá uma notificação no aplicativo para validar sua responsabilidade pela infração.

Após a confirmação, a penalidade passa a ser atribuída ao condutor indicado, e não ao proprietário do veículo.

### Requisitos necessários

- O sistema é destinado exclusivamente a pessoas físicas.
- Proprietário e condutor devem possuir CNH Digital (CNH-e).
- É necessário ter conta gov.br com nível prata ou ouro.
- A indicação deve ser realizada dentro do prazo informado na notificação da multa, geralmente de até 30 dias.

A digitalização do processo evita deslocamentos a unidades de atendimento presencial e impede que proprietários sejam penalizados por infrações que não cometeram, garantindo maior segurança, transparência e eficiência na aplicação das penalidades.

**Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF**

**Data: 19/11/2025**

## DEMANDA HISTÓRICA DA POPULAÇÃO, PONTE ENTREGUE POR PRESIDENTE LULA E RENAN FILHO NESTA TERÇA (18) CONECTA TOCANTINS E PARÁ

Com investimento de R\$232 milhões, estrutura substitui balsas e amplia competitividade do setor agrícola



**Ponte que liga Pará e Tocantins é entregue pelo presidente Lula e pelo ministro Renan Filho. Foto: Ricardo Stuckert / PR**

Separados pelas águas do Rio Araguaia, os moradores de Xambioá, no Tocantins, e São Geraldo do Araguaia, no Pará, sempre dependeram de balsas para cruzar de um lado para o outro do rio. Uma realidade que passa a mudar a partir desta terça-feira (18), com a entrega da ponte que integra de forma definitiva os dois estados.

“Eu sei o sacrifício que era pra todo mundo a travessia por balsas. Não era justo as pessoas pagarem para atravessar o rio, mas agora o Estado está garantindo o direito do povo brasileiro de ir e vir. Não houve nenhum momento da história do Brasil em que foram feitas tantas obras como agora”, disse o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Inaugurada pelo presidente Lula e pelo ministro dos Transportes, Renan Filho, a estrutura, de pouco mais de dois quilômetros de extensão, recebeu investimento de R\$232,3 milhões, sendo R\$28 milhões pelo Novo PAC.

“Essa obra que está sendo hoje festejada é um sonho de 40 anos. O presidente Lula sempre me disse: vamos levar todas as obras adiante. Por isso, em nome de todos os trabalhadores, do povo de Xambioá, de São Geraldo do Araguaia, do povo do Sul do Pará, do Norte do Tocantins, eu digo: presidente, nós concluímos essa ponte para ligar o Norte do Brasil e garantir um novo acesso à rota de produção dessa região”, celebrou Renan Filho.

Até então, pedestres, carros e caminhões dependiam exclusivamente de balsas para cruzar o rio, com um custo que chegava a R\$326, dependendo do tipo de veículo e horário.

“O valor que a gente gasta aqui com balsa é exorbitante, porque tem um fluxo muito alto, em torno de 30 a 50 caminhões por dia. Agora vamos reduzir esse gasto e conseguir atender nossos clientes com mais qualidade e rapidez”, disse Caleb Carvalho, transportador de uma empresa de cimento.

Além do impacto financeiro, o deslocamento levava cerca de 20 minutos, com esperas de até meia hora entre uma saída e outra. Agora, a travessia sobre a ponte será feita em aproximadamente dois minutos, sem nenhum tipo de cobrança para a população.



“A travessia é muito demorada, se temos algum compromisso em Araguaína, sempre tem que sair uma hora antes, por causa da balsa. Agora, com a ponte, vai virar uma cidade só. Estamos felizes demais. Quero ser uma das primeiras a colocar meu carro nessa ponte”, comemorou a paraense Carline Alves, moradora de São Geraldo do Araguaia.

A obra beneficia diretamente mais de 35 mil habitantes das duas cidades, além de toda a população dos municípios vizinhos.



“Quantas vezes um pai, uma mãe de família, não perdeu a vida porque estava numa ambulância e não conseguia atravessar para o outro lado por conta da balsa, por conta do atraso? Quantas vezes um produtor rural teve que pagar um frete mais caro para poder escoar a sua produção? Agora a integração de dois estados permitirá que o Norte do Brasil cresça cada vez mais”, afirmou o governador do Pará, Helder Barbalho.

### Conexão estratégica

Além de aproximar pessoas, a ponte sobre o rio Araguaia se conecta diretamente à BR-153, uma das principais rotas de escoamento da produção de Tocantins e Pará, transformando a logística entre o Norte e o Centro-Oeste do país.

“Não tem nada melhor do que a gente ver o sonho de muitos e muitos tocantinenses realizados. Essa obra nos dá a certeza de que o cidadão que está em Belém, hoje chega lá no extremo Sul do Brasil através da nossa BR-153. É a última ponte que faltava ser construída nessa rodovia, que é, sem dúvida alguma, uma das mais importantes rodovias brasileiras”, comemorou o governador do Tocantins, Laurez Moreira.

A estrutura é especialmente estratégica para a economia do Matopiba, região que compreende Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, considerada a grande fronteira agrícola nacional e responsável por aproximadamente 10% da produção brasileira de grãos e fibras, com destaque para soja, milho e algodão.

A nova ligação reduz custos operacionais, amplia a competitividade do transporte rodoviário e favorece a integração multimodal com a Ferrovia Norte-Sul e a Hidrovia Tocantins–Araguaia, expandindo o alcance logístico do país.

**Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF**  
**Data: 19/11/2025**

## BE NEWS

### BE NEWS – BRASIL EXPORT

#### EDITORIAL – O FIM DO USO DOS COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS, UMA PAUTA NECESSÁRIA

DA REDAÇÃO [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)

A evolução das negociações na 30ª Conferência do Clima (COP30), em Belém (PA), transcende a simples definição de metas de mitigação e coloca em xeque o núcleo da matriz energética global. O debate sobre o processo de transição rumo ao fim do uso dos combustíveis fósseis, ainda que informalmente inserido na agenda, emerge como o tema central que confronta a urgência climática com a realidade da dependência econômica.

O cenário atual, marcado pelo endosso de nações como Reino Unido e Alemanha à proposta brasileira de construção de um roteiro, demonstra que a comunidade internacional está disposta a avançar. O apoio vocalizado por líderes da Comissão Europeia e pelo secretário da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês), Simon Stiell, reforça a percepção de que a COP30 é o momento de transformar a intenção política em submissões formais. A expectativa é que a conferência promova estratégias concretas para a redução do uso de combustíveis fósseis, uma pauta que não pode mais ser protelada.

A defesa da criação desse mapa de transição, fortemente liderada pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, é um imperativo ético e econômico. A permanência de subsídios “ineficientes” para a produção de energia fóssil, criticada pela ministra, distorce o mercado e inibe os investimentos maciços em energias renováveis. O Brasil, como um dos principais players na produção de bioenergia, tem a responsabilidade de liderar esse movimento.

Contudo, a credibilidade do roteiro brasileiro é colocada sob escrutínio pela ambivalência da política energética nacional. O fato de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao mesmo tempo que defende o fim da dependência fóssil nos palanques da COP, apoiar a exploração de uma nova fronteira de petróleo na Margem Equatorial, expõe a complexa tensão entre o desenvolvimento de curto prazo e os compromissos climáticos de longo prazo.

Torna-se essencial que a COP30 defina estratégias que alinhem o discurso do “fim dos fósseis” com ações concretas para a transição. Isso passa por fechar um acordo que, no mínimo, fixe uma data para a elaboração desse mapa do caminho em COPs subsequentes, como defende a diplomacia brasileira. O mundo espera que as negociações políticas, agora conduzidas por ministros, superem o jogo de interesses e garantam que o abandono da dependência de combustíveis fósseis seja um caminho justo, factível e irreversível. O tempo da indecisão já se esgotou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/11/2025

#### OPINIÃO – ARTIGOS - A CONSTRUÇÃO DE UMA GOVERNANÇA TRABALHISTA INTELIGENTE: ENTRE O CONTROLE DE PASSIVOS E A PREVENÇÃO ESTRUTURAL



##### THIAGO BENITO ROBLES

Advogado especialista em Direito Portuário, sócio na Advocacia Ruy de Mello Miller e professor universitário

[opinioao@portalbenews.com.br](mailto:opinioao@portalbenews.com.br)

No ambiente portuário, onde muitas vezes coexistem distintas bancas advocatícias e históricos de migrações sem controle de consistência, a ausência de uma base única de dados conduz à perda de rastreabilidade e à distorção das provisões. Há casos em que ações permanecem esquecidas por anos, sem acompanhamento efetivo, apenas porque não houve tratamento adequado na transição

de carteiras. A governança trabalhista nasce exatamente da superação dessa realidade: dimensionar com precisão o universo litigioso, atualizar cálculos e restabelecer a confiabilidade dos números.

A maturidade institucional de uma organização se revela, entre outros aspectos, na forma como ela compreende e administra suas relações de trabalho. No setor portuário, onde a complexidade operacional se combina à multiplicidade de regimes jurídicos e à alta rotatividade da mão de obra, a governança trabalhista ganha contornos próprios. As disputas não se limitam a incidentes pontuais, elas refletem falhas estruturais de processos, fragilidades de comunicação e, sobretudo, ausência de padronização. A gestão inteligente do passivo não é, portanto, um exercício contábil, mas um processo de governança jurídica capaz de transformar o risco em variável mensurável e o contencioso em fonte de aprendizado institucional.

O ponto de partida para essa transformação é o conhecimento profundo do passivo existente. O diagnóstico jurídico-financeiro deve consolidar informações de todas as carteiras de processos, identificando valores, recorrências, regiões, perfis funcionais e causas-raiz das condenações. No ambiente portuário, onde muitas vezes coexistem distintas bancas advocatícias e históricos de migrações sem controle de consistência, a ausência de uma base única de dados conduz à perda de rastreabilidade e à distorção das provisões. Há casos em que ações permanecem esquecidas por anos, sem acompanhamento efetivo, apenas porque não houve tratamento adequado na transição de carteiras. A governança trabalhista nasce exatamente da superação dessa realidade: dimensionar com precisão o universo litigioso, atualizar cálculos e restabelecer a confiabilidade dos números.

O diagnóstico, entretanto, não pode se restringir ao estoque processual. É preciso mapear vulnerabilidades que alimentam a reincidência. Cada rotina operacional, da marcação de ponto ao registro de tarefas, do controle de produtividade à condução de desligamentos, representa um vetor potencial de risco. A ausência de padronização entre unidades de negócio, a multiplicidade de sistemas e a delegação de decisões críticas a níveis intermediários sem orientação jurídica adequada produzem um terreno fértil para litígios repetitivos. A gestão preventiva requer a leitura cruzada desses fatores, identificando padrões de erro e promovendo intervenções organizacionais antes que as falhas se consolidem em condenações.

No setor portuário, a experiência recente de reorganização do Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo) Santos ilustra bem o alcance de um projeto estruturado. Em meados de 2018, então com um passivo recém conhecido e calculado em mais de R\$ 1,3 bilhão, a entidade promoveu profunda reestruturação do seu departamento jurídico e de gestão de pessoas. A adoção de fluxos unificados de atendimento, o redesenho dos processos de escalas e jornadas, e a criação de painéis de monitoramento contínuo de demandas judiciais permitiram reduzir substancialmente o número de novas ações e reduzir, também, o estoque existente. O sucesso dessa reconfiguração decorreu menos de medidas pontuais e mais da construção de uma lógica sistêmica, compreendendo o passivo como sintoma e atuando sobre as causas.

A governança trabalhista inteligente se consolida quando o jurídico deixa de operar exclusivamente no modo reativo e passa a integrar o ciclo decisório da organização. Isso ocorre quando a leitura jurídica se articula à financeira e à operacional, permitindo classificar riscos por probabilidade e impacto. A matriz P×I (Probabilidade × Impacto), largamente utilizada em gestão de riscos corporativos, mostra-se instrumento adequado também no contexto trabalhista. Ao atribuir faixas objetivas de risco (alto, médio, baixo – possível, provável, remoto) e correlacioná-las a diretrizes de tratamento, a empresa racionaliza recursos e prioriza ações com base em critérios mensuráveis. Essa metodologia é, inclusive, convergente com o que vem sendo adotado por órgãos do próprio sistema judiciário trabalhista, que já desenvolve modelos de classificação e priorização de processos para orientar esforços de conciliação.

No contexto das execuções judiciais, o setor portuário também pode se valer de experiências relevantes. Diversos tribunais regionais, como o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 2ª Região (São Paulo), o TRT da 15ª Região (Campinas) e o TRT da 5ª Região (Bahia), editaram provimentos que viabilizam a reunião de execuções e a negociação global por meio dos centros judiciários de Solução de Conflitos (Cejusc). Tais mecanismos reduzem custos financeiros e conferem



previsibilidade ao fluxo de pagamentos. No caso do Ogmo Santos, a utilização coordenada dessas ferramentas resultou em acordos homologados que liquidaram centenas de execuções antigas, reorganizando o passivo e restabelecendo segurança jurídica para o conjunto de operadores portuários. O êxito decorreu da combinação entre análise técnica dos créditos, estratégia de agrupamento e atuação institucional perante o Judiciário. A partir daí, o diálogo se deslocou da disputa individual para a composição coletiva, com economia expressiva de tempo e recursos.

Essa experiência demonstra que a administração do passivo e a prevenção estrutural não são etapas estanques, mas faces complementares da mesma governança. A gestão do passivo envolve revisar defesas, uniformizar teses, negociar acordos e implementar controles. Já a prevenção estrutural requer padronizar condutas, requalificar equipes e revisar normativos internos. A sustentação de ambos os eixos depende da formação contínua dos gestores. Quando um líder compreende que o simples atraso no registro de jornada ou o descuido na homologação de um desligamento pode gerar condenações relevantes, a cultura organizacional se transforma.

O passo seguinte é institucionalizar mecanismos de acompanhamento. Indicadores como frequência de novas ações, ticket médio, tempo de resolução, reincidência por unidade operacional e efetividade das correções tornam-se parâmetros de saúde jurídica. A leitura sistemática desses indicadores, preferencialmente em painéis de controle compartilhados entre Jurídico, Recursos Humanos (RH) e Operações, permite identificar tendências, antecipar riscos e medir o retorno das medidas implementadas. A governança se consolida quando tais métricas integram o ciclo de planejamento estratégico da organização, influenciando orçamentos, treinamentos e decisões contratuais.

A consolidação desse ciclo, diagnóstico qualificado, classificação de risco, reorganização de rotinas, requalificação de pessoas, prevenção ativa e gestão coordenada de execuções, redefine o papel do departamento jurídico. Com o contencioso sob controle e a litigiosidade em queda, o jurídico assume função de inteligência corporativa, apoiando a modelagem de novos contratos, projetando cláusulas de mitigação de risco e participando da definição de políticas internas. No ambiente portuário, essa transformação tem valor ainda maior, pois contribui diretamente para a estabilidade das relações entre operadores, sindicatos e trabalhadores avulsos, reduzindo incertezas que historicamente oneram a competitividade do sistema.

A governança trabalhista inteligente não é, portanto, uma abstração acadêmica. Ela representa a convergência entre controle e cultura, entre técnica jurídica e gestão organizacional. No setor portuário, onde a dinâmica do trabalho é intensa, o custo do erro é elevado e o impacto coletivo é imediato, essa governança assume papel estratégico. Não se trata apenas de reduzir passivos, mas de construir um ambiente laboral previsível, transparente e sustentável. E, nesse caminho, o aprendizado institucional derivado da gestão de passivos deixa de ser um fardo e se converte em ativo: o conhecimento acumulado das falhas, reconfigurado em inteligência organizacional, passa a orientar o futuro.

A governança trabalhista inteligente, quando efetivamente implementada, deixa de ser mero instrumento de conformidade e se converte em eixo de transformação organizacional. Ela traduz a maturidade de um modelo de gestão que reconhece o trabalho como fator de estabilidade e o diálogo como ferramenta de eficiência. No setor portuário, onde a interdependência entre empresas, sindicatos e órgãos públicos é permanente, essa maturidade cria valor coletivo, pois é capaz de reduzir conflitos, ampliar a previsibilidade e fortalecer a confiança institucional.

Quando o passivo deixa de ser apenas um custo e passa a ser entendido como um mapa de aprendizado, revelando onde a cultura organizacional precisa evoluir, o jurídico se transforma em área estratégica, e a prevenção, em expressão de inteligência corporativa. Esse é o ponto de chegada de uma governança trabalhista moderna, um modelo capaz de unir técnica e propósito, segurança e desenvolvimento. É nesse equilíbrio que o setor portuário reencontra sua vocação essencial, a de mover, com eficiência e responsabilidade, não apenas cargas, mas também o próprio progresso do País.

**NO AMBIENTE PORTUÁRIO, ONDE MUITAS VEZES COEXISTEM DISTINTAS BANCAS ADVOCÁCIAS E HISTÓRICOS DE MIGRAÇÕES SEM CONTROLE DE CONSISTÊNCIA, A AUSÊNCIA DE UMA BASE ÚNICA DE DADOS CONDUZ À PERDA DE RASTREABILIDADE E À DISTORÇÃO DAS PROVISÕES. HÁ CASOS EM QUE AÇÕES PERMANECEM ESQUECIDAS POR ANOS, SEM ACOMPANHAMENTO EFETIVO, APENAS PORQUE NÃO HOUE TRATAMENTO ADEQUADO NA TRANSIÇÃO DE CARTEIRAS. A GOVERNANÇA TRABALHISTA NASCE EXATAMENTE DA SUPERAÇÃO DESSA REALIDADE: DIMENSIONAR COM PRECISÃO O UNIVERSO LITIGIOSO, ATUALIZAR CÁLCULOS E RESTABELECE A CONFIABILIDADE DOS NÚMEROS**

**A GOVERNANÇA TRABALHISTA INTELIGENTE SE CONSOLIDA QUANDO O JURÍDICO DEIXA DE OPERAR EXCLUSIVAMENTE NO MODO REATIVO E PASSA A INTEGRAR O CICLO DECISÓRIO DA ORGANIZAÇÃO. ISSO OCORRE QUANDO A LEITURA JURÍDICA SE ARTICULA À FINANCEIRA E À OPERACIONAL, PERMITINDO CLASSIFICAR RISCOS POR PROBABILIDADE E IMPACTO**

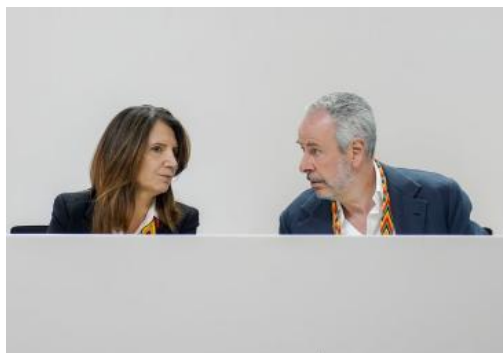
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/11/2025

## **COP30 – PRESIDÊNCIA DA COP PROPÕE DISCUSSÃO DE TEXTO FINAL DA CONFERÊNCIA NESTA QUARTA-FEIRA**

A intenção é debater o assunto durante a sessão plenária, na qual os países começam a decidir que rumo o enfrentamento às mudanças climáticas vai tomar

### **Do Estadão Conteúdo**



**Ana Toni, diretora-executiva da COP30, e André Corrêa do Lago, presidente, durante coletiva; sessão plenária de hoje pode dar um passo para a aprovação do texto final**

A presidência da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30) apresentou um primeiro rascunho do documento final e propôs a apreciação do texto na sessão plenária desta quarta-feira.

"Os governos pediram para que a presidência trouxesse um primeiro rascunho para começarmos a ter decisões mais elaboradas", afirmou Ana Toni, diretora-executiva da COP30. "Agora depende da vontade de todos os países. Mas os negociadores estão vendo a movimentação do setor privado. Agora é preciso, na negociação, abrir os caminhos e reforçar a direção que se tomou desde o Acordo de Paris para que o setor privado possa trabalhar juntamente com os governos".

Ela também afirmou que o tema da adaptação é uma prioridade para a presidência da COP, para países em desenvolvimento e setor privado. "Mas tem uma negociação específica para adaptação, que faz ponte com os textos de negociação", afirmou.

Na segunda à noite, o presidente da COP30, embaixador André Corrêa do Lago, publicou a décima primeira carta. No texto, Corrêa do Lago mencionou os temas de negociação e a previsão de os trabalhos serem encerrados no último dia da COP30. Nas últimas edições, as decisões que são feitas por consenso entre os mais de 190 países avançaram fim de semana adentro.

Os temas citados na carta são: Decisão do Murão, Meta Global de Adaptação, Programa de trabalho da União dos Emirados Árabes para a transição justa, Programa de trabalho de ambição e implementação de mitigação de Sharm el-Sheikh, Planos Nacionais de Adaptação, Revisão Global (três itens), Argo 9.5, Argo 2.1.c, Questões relacionadas ao fórum sobre o impacto da implementação de medidas, Questões relacionadas ao Comitê Permanente de Finanças, Fundo Verde para o Clima e o Fundo Global para o Meio Ambiente, Relatório do Fundo para resposta a Perdas e Danos e orientações ao Fundo para resposta a Perdas e Danos, Relatório de e questões relacionadas ao Fundo de Adaptação, Programa de Implementação Tecnológica, questões relacionadas ao Art 13.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT  
Data: 19/11/2025

### **“É FRUSTRANTE FICARMOS PREOCUPADOS SÓ COM ‘PALAVRINHA’ QUE VAI SAIR NO DOCUMENTO FINAL, DIZ TONI**

A liderança da COP30 imprimiu grande esforço para essa ser a COP da implementação. E na contagem regressiva para o fim da conferência, marcado para o dia 21 de novembro, a maior preocupação das delegações e diferentes agentes é sobre a "palavrinha" que vai constar no documento final da COP30, segundo Ana Toni, diretora executiva da COP30.

"É um pouco frustrante", afirmou Toni. Ela participou na manhã desta terça de uma reunião com o setor privado na zona azul da COP. Representantes de dois coletivos e também do Conselho Empresarial Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) entregaram à diretora executiva o relatório "Brasil, país de soluções climáticas para o clima, natureza e pessoas".

O documento apresenta os casos de negócios mapeados pelo CEBDS e também pela Sustainable Business COP (SB COP) e pela Climate Action Solutions & Engagement (C.A.S.E.). A SB COP é um coletivo de empresas de cinco continentes, liderado pelo brasileiro Ricardo Mussa, e que tem como objetivo ter a mesma função que o B20 teve para o G20. A C.A.S.E. é uma iniciativa das empresas Bradesco, Itaú, Itaúsa, Marcopolo, Natura, Nestlé e Vale.

Durante a reunião, Ana Toni afirmou que o relatório materializa o quanto o setor privado atendeu ao chamamento da presidência da COP para que o marco da conferência fosse a implementação. "Tínhamos três grandes objetivos no início do planejamento dessa COP: reforçar o multilateralismo, falar com as pessoas e trabalhar pela implementação. E o setor privado apareceu, deu show de profissionalismo e soluções concretas", afirmou Toni.

O relatório compilou 800 soluções de impacto positivo escaláveis em cinco continentes, segundo Patrícia Feliciano, da Accenture, consultoria que agregou os estudos dos dois coletivos e do CEBDS. Os casos não são exatamente das mesmas áreas temáticas da COP30, mas são complementares, segundo Accenture. Entre essas áreas, três demonstraram ser estratégicas por ter alta escalabilidade: agricultura regenerativa, biocombustíveis e restauração ecológica.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT  
Data: 19/11/2025

### **ASTRINI SOBRE MANIFESTAÇÕES: “NÃO DEIXAM DIPLOMATAS ESQUECEREM POR QUE ESTÃO AQUI”**

Secretário-executivo do Observatório do Clima destaca semana decisiva e aprova protestos para pressionar autoridades

#### **Do Estadão Conteúdo**

A COP-30 entrou em sua última e decisiva semana nesta segunda-feira, 17, com a chegada de ministros de Estado a Belém, no Pará, e a volta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Para o secretário-executivo do Observatório do Clima, Márcio Astrini, a "perspectiva é bem boa".

"Esta é uma semana decisiva, cada dia que passa é um dia a

menos para chegarmos a um acordo", afirmou em sua coluna semanal na Rádio Eldorado. Nesta semana, os diplomatas também começam a elaborar os rascunhos dos documentos finais, lembra Astrini, com os pontos em consenso acertados e seguindo com a discussão dos pontos em que não há acordo. Entre os temas principais ainda em aberto estão o financiamento das adaptações ao aquecimento e à transição energética pelos países desenvolvidos.

Astrini disse ainda que as manifestações da sociedade civil são importantes para pressionar os diplomatas. "O que não for decidido aqui tem um impacto muito grande na vida das pessoas. Por



isso, é muito bom termos essas manifestações, a população se organizando, para não deixar os diplomatas esquecerem por que estão aqui."

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/11/2025

## APÓS FOCAR EM FUNDO DE FLORESTAS, BRASIL MIRA ROTEIRO PARA REDUZIR USO DE COMBUSTÍVEL FÓSSIL

Tema ainda não virou uma proposta formal na COP30, mas o governo tem conversado com outros países nas rodadas de negociação

**Do Estadão Conteúdo**



***A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, é uma das principais defensoras da causa e ganhou apoio de representantes do Reino Unido e da Alemanha***

Embora não seja um item oficial de negociação nesta COP-30, o mapa do caminho para transição rumo ao fim dos combustíveis fósseis tem ganhado tração na conferência, com o Brasil como um dos principais atores na defesa da criação de um roteiro.

O tema apareceu em mais de um discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a Cúpula de Líderes. Embora seja um item caro, até o momento não há nenhuma proposta formal do País sobre o tema. O Brasil, no entanto, tem conversado com outros países nas rodadas de negociação.

"Começamos a conversar, mas é preciso respeitar também o tempo da negociação e o engajamento de todos, já que se trata de um esforço coletivo no sentido de fazer a transição energética", afirmou o secretário de Clima, Energia e Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, embaixador Maurício Lyrio. Ele afirma, porém, que a COP de Belém já está marcada pelo tema.

A pauta, que tem a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, como uma das principais defensoras, ganhou reforços de peso nos últimos dias quando os representantes do Reino Unido e da Alemanha afirmaram, durante um painel com a ministra brasileira, que são favoráveis à construção do mapa do caminho.

O vice-ministro alemão, Jochen Flasbarth, foi enfático ao dizer que apoiaria "qualquer decisão" de criar um roteiro. A enviada especial de clima do Reino Unido, Rachel Kyte, disse ainda que estaria ao lado de Marina neste tema.

A declaração movimentou os corredores da COP e encheu de esperança membros da sociedade civil, que defendem a definição de um cronograma para a transição rumo ao fim do uso de combustíveis fósseis. Além dos dois países, no sábado, 15, foi realizada uma reunião da Comissão Europeia com a organização Beyond Oil & Gas Alliance, que advoga pelo fim do uso de fósseis. O evento teve presença do secretário da UNFCCC, braço do clima da ONU, Simon Stiell, e da ministra Marina Silva.

Não há previsão de que a COP-30 discuta este tópico, mas os países podem tentar incluí-lo em alguma outra discussão, como a de transição justa. "Nos últimos dias vimos mais de 60 países manifestarem de alguma maneira apoio para o desenho de um mapa do caminho para o mundo abandonar os combustíveis fósseis. Agora é a hora desse apoio se materializar em submissões e ser vocalizado nas salas de negociação para que a presidência da COP30 possa capturar isso no processo", afirmou ao Estadão a especialista em Política Climática do Observatório do Clima, Stela Herschmann.

Na última quinta-feira, 13, a CEO da COP-30, Ana Toni, comentou sobre o tema. "Ouvi que outros países parecem estar apoiando a decisão de um plano estratégico, mas esse tópico não está nas negociações", disse, acrescentando, porém, que o tópico vem sendo debatido na agenda de ação.

### **Conversas paralelas**

A agenda de ação é composta por conversas paralelas que ocorrem na COP, onde os países anunciam seus compromissos individuais. No encontro de chefes de Estado, no início do mês, a diplomacia brasileira centrou todos os esforços em fazer decolar o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF), que prevê a reversão do lucro gerado para pagamento por preservação das florestas.

Agora, o Brasil atua para destravar ao menos uma decisão que fixe uma data para elaboração desse mapa do caminho. O País tem clareza de que a construção do mapa em si seria muito difícil, mas acredita que é possível definir um prazo para iniciar as discussões e entregar alguma proposta nas COPs seguintes.

"O mundo precisa de um mapa do caminho claro para acabar com essa dependência dos combustíveis fósseis", disse o presidente Lula em um de seus discursos. Apesar da fala pública na COP, Lula apoia a abertura de uma nova frente de exploração de petróleo na Margem Equatorial, próximo à foz do Rio Amazonas. Em outubro, a Petrobras recebeu uma autorização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para buscar petróleo no local.

### **Subsídios ineficientes**

A percepção do governo é que o TFFF foi um instrumento importante para reforçar a confiança entre os países, uma vez que nações emergentes, como o Brasil e a Indonésia, também tiraram dinheiro do bolso, como uma contribuição de US\$ 1 bilhão cada. A iniciativa é vista como uma forma de oferecer uma boa sinalização de que todos estão dispostos a colaborar contra a mudança do clima, ainda que o presidente Lula faça cobranças reiteradas por mais financiamento.

A ideia de estabelecer esse cronograma é uma defesa pessoal da ministra Marina Silva para esta COP. Há alguns meses, a chefe do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima tem manifestado a interlocutores o desejo de que o Brasil tenha liderança neste tema.

Durante as reuniões preparatórias da COP, que ocorreram em Brasília, Marina chegou a abordar o tema em uma das sessões plenárias. Na ocasião, a ministra citou a decisão da COP-28, em Dubai, que acordou a transição rumo ao fim dos combustíveis fósseis. Marina defendeu ainda o fim dos subsídios "ineficientes" para essa fonte de energia.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 19/11/2025**

## **PLANO COM BASE NOS OCEANOS PODE CORTAR 35% DAS EMISSÕES DE CO2 ATÉ 2050**

Pacote com cerca de 70 soluções visa controlar o efeito estufa; estimativa representa mais de um terço do necessário para manter o aquecimento em 1,5°C

### **Da Agência Brasil**

A enviada especial da COP30 para Oceanos, Marinez Scherer, anunciou nesta terça-feira (18) a criação do chamado blue package (pacote azul), um roteiro de ação para acelerar soluções baseadas no oceano. O plano foi criado por atores não estatais, especialistas climáticos brasileiros e a presidência da COP30.

Segundo Marinez Scherer, o blue package pode ajudar a reduzir as emissões globais de gases de efeito estufa em até 35% até 2050 – mais de um terço do necessário para manter o aquecimento em 1,5°C.

“Estamos confiantes de que a COP e todas as partes entendem o papel central do oceano e estão prontas para implementar soluções baseadas no oceano para a crise climática no relatório final dos documentos”, disse a enviada. “Queremos implementar o que precisamos para restaurar e proteger zonas costeiras e ecossistemas marinhos, e garantir que o oceano continue atuando como o principal regulador climático do planeta”, complementou.

O objetivo do pacote também é criar uma estrutura para destravar financiamento, atrair investimentos privados e construir carteiras confiáveis para detecção de riscos oceânicos.

O blue package inclui cerca de 70 soluções sobre energia renovável oceânica, descarbonização da navegação, aquicultura sustentável, conservação marinha, turismo costeiro, empreendedorismo e inovação. Entre elas, estão melhorar a relação das pessoas com o oceano e opções potenciais de transição para petróleo e gás offshore.

Essas soluções apoiam diretamente a mitigação, adaptação, proteção da biodiversidade, segurança alimentar e resiliência costeira. A estimativa é que seja necessário investir de US\$ 130 bilhões a US\$ 170 bilhões. Segundo os organizadores, o valor oferece aos ministérios das finanças, bancos de desenvolvimento e investidores privados uma noção da escala necessária e de oportunidades.

“Destruar esse capital depende de condições adequadas: regulamentações certas, instrumentos de redução de risco e abordagens de financiamento misto [blended finance]. A implementação também exige responsabilização”, disse Marinez Scherer.

A enviada especial também anunciou a criação do Ocean Breakthroughs Dashboard, uma ferramenta para monitorar o progresso do cuidado com os oceanos. A ferramenta entrou no ar segunda-feira (17) e, segundo os responsáveis, representa “um novo contrato social para a proteção dos oceanos”.

Segundo a liderança responsável pela apresentação, o oceano precisa estar no centro da agenda, ao lado das florestas e da biodiversidade, porque “vivemos em um único planeta” e esses sistemas “nos mantêm estáveis e em equilíbrio”. O blue package permitirá conectar compromissos nacionais com esforços globais já em curso.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 19/11/2025**

## BRASILEIROS ‘INVADEM’ PERFIL DE PREMIÊ ALEMÃO APÓS CRÍTICA A BELÉM; LULA TAMBÉM RESPONDE

Usuários do Instagram não perdoaram o chanceler. Já o presidente brasileiro disse que Berlim não oferece 10% da qualidade de Belém

**Do Estadão Conteúdo**



***O presidente Lula também respondeu às críticas do chanceler alemão, mas não nas redes sociais. Ele falou durante inauguração de obra em São Geraldo do Araguaia (PA)***

Brasileiros invadiram o perfil do primeiro-ministro da Alemanha, Friedrich Merz, no Instagram, após o chanceler criticar Belém durante um discurso no Congresso Alemão do Comércio no último dia 13.





Após passagem pelo Pará para a COP30, Merz afirmou que sua comitiva ficou feliz por ter retornado à Alemanha. "Todos ficaram felizes por termos retornado à Alemanha daquele lugar que tínhamos acabado de visitar", disse Merz.

Os usuários brasileiros encheram as publicações do perfil de comentários em defesa do País. "E quando você menos esperar, vamos estar em qualquer post, aqui é Brasil, não volte nunca mais!", escreveu uma usuária.

"Obrigado por irem embora! Agradecemos a estadia curta, nunca mais voltem!", disse outro perfil. Alguns comentários foram feitos também em inglês e até mesmo em alemão.

Uma brasileira escreveu, em alemão, que as declarações do chanceler "dizem mais sobre sua visão limitada do que sobre o Brasil".

"Nosso país não precisa do reconhecimento de alguém que passa apenas alguns dias aqui e depois tirar conclusões superficiais. O Brasil é um país de riqueza única, pessoas resilientes e a maior biodiversidade do mundo, exatamente o que o resto do mundo tenta proteger", disse.

As declarações apenas mostram "que lhes falta sensibilidade, respeito e compreensão pela importância da Amazônia e pelos esforços diários dos brasileiros para proteger um patrimônio que é importante para toda a humanidade", concluiu.

Até mesmo a cantora Teresa Cristina comentou a publicação do chanceler pedindo respeito ao Brasil.

Outros perfis se limitaram a usar imagens de ídolos brasileiros para marcar posição no perfil do chanceler. Uma publicação do alemão feita nesta terça-feira, 18, já soma 1,6 mil comentários em apenas quatro horas.

Muitos deles são apenas imagens animadas de figuras como o jogador de futebol Ronaldo Fenômeno, o piloto de Fórmula 1 Ayrton Senna, o mascote oficial da Seleção Brasileira de Futebol, apelidado de Canarinho 'Pistola', e até a cantora Gretchen.

### **Lula também responde**

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, também respondeu ao primeiro-ministro da Alemanha e disse que Merz "deveria ter ido em um boteco no Pará", dançado e provado a culinária local.

"O primeiro-ministro da Alemanha esses dias se queixou: 'Fui ao Pará e voltei logo porque gosto mesmo é de Berlim'. Ele, na verdade, deveria ter ido em um boteco no Pará. Deveria ter dançado no Pará. Deveria ter provado a culinária do Pará. Ele ia perceber que Berlim não oferece a ele 10% da qualidade que oferecem o Estado do Pará e a cidade de Belém. Eu falava toda hora: 'Come a maniçoba, pô'" disse Lula.

A resposta, feita em tom bem humorado, foi feita durante a inauguração de uma ponte que liga os municípios de Xambioá (TO) a São Geraldo do Araguaia (PA). Lula evitou críticas mais duras ou sérias, como outros políticos fizeram até aqui.

O presidente, no entanto, criticou aqueles que não gostaram da escolha de Belém para sediar a COP30. Disse que "tinha muita gente que não queria" e que criticaram uma série de problemas, como os altos preços de hospedagem e de alimentos e bebidas.

"Essas pessoas nunca reclamaram da água que pagam quando vão no aeroporto internacional, nunca reclamaram quando vão em um show do preço da água e do guaraná. Mas foram reclamar do Pará. E a COP30 vai ser no Pará para quem gostar e para quem não gostar", declarou o presidente do Brasil.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT  
Data: 19/11/2025

### MAIS DE 2 MIL DRONES IRREGULARES SÃO IDENTIFICADOS EM ÁREAS SENSÍVEIS DA COP30

Balanço foi divulgado pela Polícia Federal. A utilização dos aparelhos sem permissão pode configurar crime

**Da Agência Brasil**

A Polícia Federal (PF) divulgou, nesta terça-feira (18), dados parciais mostrando que mais de 2 mil drones entraram em operação, sem a devida autorização, em áreas sensíveis durante a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30), em Belém.

As operações de vigilância e defesa do espaço aéreo são conduzidas pelo Centro Integrado de Controle de Aeronaves Remotamente Pilotadas e Contramedidas (CIC-ARP/CM).

O centro informou que o sistema de monitoramento identificou, entre os dias 31 de outubro e 15 de novembro, 2.270 drones ilegais e impediu 184 tentativas de voo proibido.

“A PF reforça que está proibido operar drones nas áreas vinculadas à conferência e à segurança presidencial, especialmente nos arredores do Aeroporto Internacional de Belém, do Parque da Cidade, dos portos Miramar e Outeiro e de qualquer local onde o presidente da República esteja presente”.

A Polícia Federal lembra que está sujeito a infração administrativa o emprego de aeronaves remotamente pilotadas sem a devida permissão. Além da possível configuração de ato criminoso, a ação submete o responsável a penalidades civis, criminais e administrativas, segundo a legislação penal e aeronáutica do país.

“As atividades de monitoramento e neutralização seguirão sendo executadas pela Polícia Federal para assegurar a proteção do evento e a segurança dos participantes”, diz a PF.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT  
Data: 19/11/2025

### CÂMARA APROVA TEXTO-BASE DO PROJETO DE LEI ANTIFACÇÃO

Relatório de Derrite endurece punições, altera proposta do governo e provoca disputa política antes da análise no Senado

**Da Agência Brasil**



***O texto-base do projeto de lei de combate ao crime organizado foi aprovado com 370 votos a favor e 110 contra; governo vai tentar retomar a versão original no Senado***

Por 370 a 110 votos, a Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (18) o texto-base do projeto de lei de combate ao crime organizado (PL 5582/2025). Os deputados acataram o texto apresentado pelo relator, deputado Guilherme Derrite (PP-SP), que alterou trechos da proposta original encaminhada pelo governo federal. O relator apresentou cinco versões.

O projeto prevê penas mais duras para integrantes de facções criminosas e apreensão de bens de investigados.

Derrite defendeu que "o enfrentamento do crime organizado no Brasil exige legislação de guerra em tempo de paz". Os parlamentares governistas, contrários ao parecer de Derrite, dizem que o projeto Antifacção foi desconfigurado e descapitaliza a Polícia Federal.

Deputados analisam agora os destaques, que podem mudar trechos do texto-base. O projeto segue depois para o Senado.

"Nós vamos lutar para retomar esse texto original. Vamos modificar no Senado para recuperar o propósito original do governo de combate à facção criminosa", disse o deputado Lindbergh Farias (PT-RJ). O parlamentar destacou que o projeto foi elaborado depois de mais de seis meses de estudo.

A deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) argumenta que o texto de Derrite acaba protegendo as organizações criminosas. "O relatório inova com uma ação civil pública que acaba protelando o confisco de bens do crime organizado", criticou. Para ela, prejudica a investigação da Polícia Federal ao descapitalizar a corporação. No parecer, relator encaminhou "o quinhão cabível à PF ao Fundo Nacional de Segurança Pública".

Outra crítica do governo federal é que o parecer de Derrite só permitia ao Estado assumir o patrimônio do crime após o término da ação penal, o que poderia levar anos.

O deputado Kim Kataguirí (União Brasil-SP) concordou com o texto do relator de que a ação é necessária para recuperar os bens a serem apreendidos pela PF. "A gente ainda escuta discurso aqui de que nós estamos defendendo corruptos de colarinho branco, de que nós estamos defendendo o banqueiro", criticou.

O texto aprovado prevê a apreensão prévia de bens do investigado em certas circunstâncias, com a possibilidade de perdimento dos bens antes da decisão final da Justiça.

O texto aumenta as penas para membros de facção ou milícia para 20 a 40 anos, podendo chegar a 66 anos para os líderes das organizações criminosas.

O substitutivo também aumenta em 85% da pena o tempo necessário para progressão de regime. Fica proibida graça, anistia, indulto ou liberdade condicional para membros dessas organizações.

### **Autonomia do MP**

O texto prevê a participação do Ministério Público nos casos de forças-tarefas que investiguem facções, por meio de Procedimentos Investigatórios Criminais liderados por Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco).

O projeto traz a definição de organização criminosa ultraviolenta, apesar das críticas que apontaram que a criação de um novo tipo criminal poderia gerar um caos jurídico nos processos judiciais que tendem a beneficiar os criminosos.

Sobre audiência de custódia e julgamento de homicídios cometidos por membros de facção criminosa, o projeto prevê que as audiências de custódia sejam realizadas, "em regra, por videoconferência, salvo decisão judicial fundamentada em sendo contrário".

Os homicídios cometidos por facções serão julgados, no primeiro grau de jurisdição, por um colegiado e não por um tribunal do júri.

### **Apoio de Motta**

Antes da votação, os deputados federais governistas chegaram a solicitar que o Projeto de Lei Antifacção (PL 5582/25) fosse retirado da pauta de votação na Câmara, em vista de que o texto original teria sido "desconfigurado" pelo parecer do relator Guilherme Derrite. No entanto, foi mandada a votação por 316 votos favoráveis contra 110.





O presidente da Câmara, Hugo Moa (Republicanos-PB), argumentou que o texto seria a resposta "mais dura" da história da Câmara dos Deputados no enfrentamento ao crime organizado.

"Nós estamos dizendo que chefes de facções criminosas agora irão direto para os presídios federais, que os encontros com advogados serão gravados, que não terão visitas in- mas", exemplificou.

Motta a firmou que o projeto original do governo federal trouxe pontos positivos, mas que foram necessários mais olhares de outros setores e bancadas.

A Câmara denominou o substitutivo como "Marco legal de enfrentamento ao crime organizado".

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 19/11/2025**

## **NACIONAL HUB – CURTAS - ANAC TRANSFERE 189 TERRENOS A VIRACOPOS E REACENDE DISPUTA COM CONCESSIONÁRIA**

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES [leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br](mailto:leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br)

### **TERRENOS TRANSFERIDOS**

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) decidiu transferir unilateralmente 189 terrenos localizados no entorno do Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas (SP), para a concessionária Aeroportos Brasil Viracopos (ABV). A medida, que amplia a área sob administração da ABV sem o consentimento da empresa, faz parte de um impasse sobre o cumprimento do contrato de concessão e o equilíbrio econômico-financeiro.

### **ANAC EXPLICA**

A Anac justificou a transferência afirmando que os terrenos são uma reserva estratégica essencial para futuras expansões do aeroporto, incluindo a construção de novos pátios de aeronaves, faixas de segurança e áreas logísticas. Segundo a agência, a recusa da ABV em aceitar as áreas desde 2019 vinha travando o planejamento de crescimento de Viracopos, um dos principais centros de transporte de cargas do Brasil. A agência garante que nenhuma área ocupada irregularmente foi repassada até o momento.

### **ABV CRITICA**

A concessionária ABV contesta a decisão da Anac. A empresa alega que, passados 13 anos do início da concessão, menos de 25% dos 17 quilômetros quadrados previstos em contrato foram entregues. E afirma que essa falha inviabilizou projetos importantes, como a construção de empreendimentos imobiliários que estavam previstos inicialmente, frustrando uma receita estimada em R\$ 2 bilhões. Um dos principais problemas apontados pela concessionária é a fragmentação dos terrenos repassados, que são áreas esparsas e sem uso econômico imediato, gerando despesas adicionais com segurança e manutenção.

### **MAIS SALAS MULTISSENSORIAIS**

Os aeroportos de João Pessoa (PB) e Aracaju (SE), administrados pela Aena Brasil, inauguraram, no último dia 14, salas multissensoriais destinadas a passageiros com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Os novos espaços visam minimizar estímulos sensoriais e reduzir o estresse durante a experiência aeroportuária. Com essas entregas, o Brasil atinge 11 salas do tipo instaladas em aeroportos somente neste ano. A iniciativa faz parte do Programa de Acolhimento ao Passageiro com TEA, coordenado pelo Ministério de Portos e Aeroportos.

### **FUNCIONAMENTO**

As salas de descompressão funcionam gratuitamente, 24 horas por dia, em ambos os terminais. No aeroporto de João Pessoa, ela está localizada na área de embarque, próxima ao canal de inspeção, com capacidade para um passageiro e um acompanhante por vez. Em Aracaju, fica perto do portão 1 e pode receber até oito pessoas.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 19/11/2025**

### REGIÃO NORTE - PONTE ENTRE PARÁ E TOCANTINS É INAUGURADA COM R\$ 232 MILHÕES EM INVESTIMENTOS

Estrutura de 2,01 km substitui a travessia por balsa com a promessa reduzir custos e ampliar a segurança no deslocamento

Da Redação [redacao.jornal@redebeneews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebeneews.com.br)



***A nova ponte entre os municípios de Xambioá (TO) e São Geraldo do Araguaia (PA) vai aposentar as balsas que eram usadas pelos moradores das duas cidades***

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, nesta terça-feira (18), que é dever dos gestores públicos darem andamento às obras iniciadas em governos anteriores. Lula inaugurou a ponte sobre o Rio Araguaia que vai conectar Xambioá (TO) e São Geraldo do Araguaia (PA), na BR-153, projeto iniciado no governo da presidente

Dilma Rousseff.

“Este país sempre pagou um preço muito caro pela irresponsabilidade de prefeitos que não querem fazer a obra do outro prefeito, de governador que não quer fazer a obra do outro governador e de presidente que não quer fazer a obra do outro presidente. Enquanto a ignorância permeia na cabeça dos dirigentes, quem paga o pato é o povo brasileiro que não recebe os benefícios que precisava receber”, afirmou.

“A gente não precisa ter nenhuma obra parada. Não importa quem começou. O que importa é que, se a obra for importante, o povo precisa daquela obra”, disse Lula listando os empreendimentos parados que encontrou no início do seu terceiro mandato, em 2023.

A nova ponte ligando Pará e Tocantins conta com 2.010 metros de extensão e substitui a travessia feita atualmente por balsa, modalidade que pode custar mais de R\$ 300 por viagem.

“Eu sei o sacrifício que essa balsa causava a todo mundo. Mas seria injusto da minha parte fazer apenas críticas à balsa e não reconhecer que, graças a Deus, tinha uma balsa para atravessar as pessoas quando o Estado não cumpria com a sua função. A balsa existia porque o Estado não cumpria com a sua obrigação de garantir ao povo o direito de ir e vir”, disse Lula.

Para o governo, a nova estrutura representa um marco para a logística e o desenvolvimento socioeconômico do Norte do país. “Além de trazer mais segurança à população, a nova estrutura vai fortalecer o corredor de transporte da BR-153 e facilitar o escoamento da produção agropecuária e industrial da região”, diz comunicado sobre a obra.

Ao todo, a infraestrutura recebeu investimentos de R\$ 232,3 milhões, sendo R\$ 28,8 milhões do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal.

A ponte também contará com um sistema de iluminação pública em sua segunda fase de implantação, sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Essa etapa já está em planejamento e a licitação está prevista para o primeiro semestre de 2026.

#### **Adeus, balsa**

Separados pelas águas do Rio Araguaia, os moradores de Xambioá e Geraldo do Araguaia sempre dependeram de balsas para cruzar de um lado para o outro do rio. Uma realidade que ficou para trás.



“Essa obra que está sendo hoje festejada é um sonho de 40 anos. O presidente Lula sempre me disse: vamos levar todas as obras adiante. Por isso, em nome de todos os trabalhadores, do povo de Xambioá, de São Geraldo do Araguaia, do povo do Sul do Pará, do Norte do Tocantins, eu digo: presidente, nós concluímos essa ponte para ligar o Norte do Brasil e garantir um novo acesso à rota de produção dessa região”, celebrou Renan Filho.

Até então, a travessia de balsas para cruzar o rio chegava a custar R\$326, dependendo do tipo de veículo e horário. “O valor que a gente gasta aqui com balsa é exorbitante, porque tem um fluxo muito alto, em torno de 30 a 50 caminhões por dia. Agora vamos reduzir esse gasto e conseguir atender nossos clientes com mais qualidade e rapidez”, disse Caleb Carvalho, transportador de uma empresa de cimento.

Além do impacto financeiro, o deslocamento levava cerca de 20 minutos, com esperas de até meia hora entre uma saída e outra. Agora, a travessia sobre a ponte será feita em aproximadamente dois minutos, sem nenhum tipo de cobrança para a população.

“A travessia era muito demorada, se tínhamos algum compromisso em Araguaína, sempre precisava sair uma hora antes, por causa da balsa. Agora, com a ponte, vai virar uma cidade só. Estamos felizes demais. Quero ser uma das primeiras a colocar meu carro nessa ponte”, comemorou a paraense Carline Alves, moradora de São Geraldo do Araguaia.

A obra beneficia diretamente mais de 35 mil habitantes das duas cidades, além de toda a população dos municípios vizinhos. “Quantas vezes um pai, uma mãe de família, não perdeu a vida porque estava numa ambulância e não conseguia atravessar para o outro lado por conta da balsa, por conta do atraso? Quantas vezes um produtor rural teve que pagar um frete mais caro para poder escoar a sua produção? Agora a integração de dois estados permitirá que o Norte do Brasil cresça cada vez mais”, afirmou o governador do Pará, Helder Barbalho.

### Conexão

Além de aproximar pessoas, a ponte sobre o rio Araguaia se conecta diretamente à BR-153, uma das principais rotas de escoamento da produção de Tocantins e Pará, transformando a logística entre o Norte e o Centro-Oeste do país.

“Essa obra nos dá a certeza de que o cidadão que está em Belém, hoje chega lá no extremo Sul do Brasil através da nossa BR-153. É a última ponte que faltava ser construída nessa rodovia, que é, sem dúvida alguma, uma das mais importantes rodovias brasileiras”, comemorou o governador do Tocantins, Laurez Moreira.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 19/11/2025

## REGIÃO SUL - RIO GRANDE DO SUL DISCUTE CONCESSÃO DE RODOVIAS DO BLOCO 1 EM AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Projeto de R\$ 6,41 bilhões prevê nova rodovia, duplicações e pedágios free flow; população questiona tarifas, pórticos e impactos após as enchentes

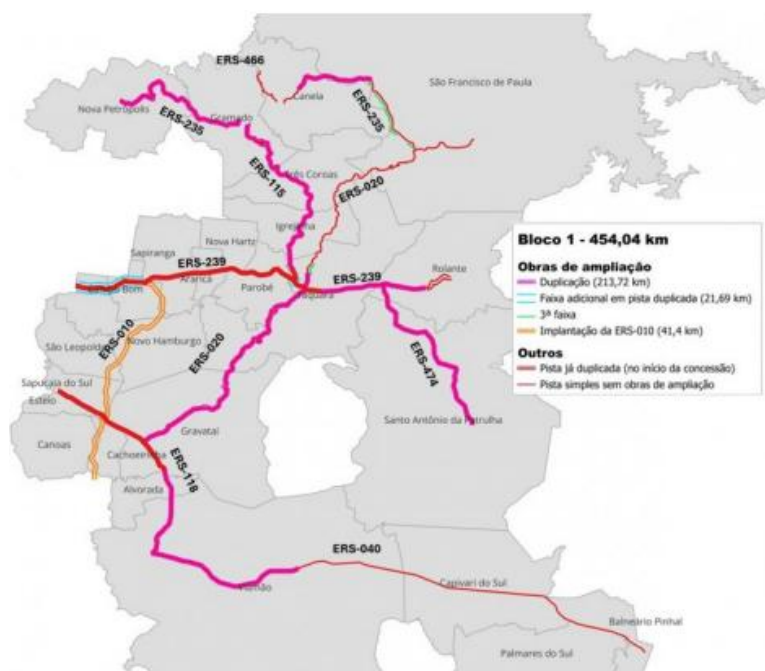
**Da Redação** [redacao.jornal@redebeneews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebeneews.com.br)

O governo do Rio Grande do Sul apresentou o projeto da concessão de rodovias do chamado Bloco 1, que reúne estradas da Serra, da Região Metropolitana e do Litoral Norte, em duas audiências públicas realizadas na terça-feira (18), em Gramado e em Taquara. Nos dois encontros, estiveram presentes prefeitos, vereadores, secretários municipais, empresários e representantes de entidades locais, entre outros segmentos da população.

As duas audiências formam parte da etapa de consulta pública do projeto de concessão, período que se estende até o mês de dezembro. O Bloco 1, composto por 454 quilômetros de extensão, prevê a



construção de uma nova rodovia, a ERS-010, e conta com trechos das estradas ERS-020, ERS-040, ERS-115, ERS-118, ERS-235, ERS-239, ERS-466 e ERS-474.



**Conforme o mapa acima, o Bloco 1 prevê a construção de uma nova rodovia (ERS-010) e conta com trechos de mais oito estradas estaduais**

Foram objeto de questionamento a localização dos pórticos de pedágio, o funcionamento da modalidade free flow, o valor das tarifas e a extensão dos trechos duplicados na região, bem como os prejuízos registrados nas cidades após as enchentes.

Essas rodovias atendem 34% da população gaúcha e foram, direta ou indiretamente, afetadas pelas enchentes históricas do ano de 2024. O investimento será de R\$ 6,41 bilhões ao longo dos 30 anos da concessão. Nos

primeiros dez anos, os recursos aportados serão de R\$ 4,86 bilhões. O governo do Estado irá investir R\$ 1,5 bilhão, via Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs).

Liderado pelo governador Eduardo Leite, o Plano Rio Grande é um programa de Estado criado para proteger a população, reconstruir o Rio Grande do Sul e torná-lo ainda mais forte e resiliente, preparado para o futuro.

O secretário da Reconstrução Gaúcha, Pedro Capeluppi, que esteve à frente da apresentação do projeto, ressaltou que “este é um dos momentos mais importantes da etapa de consulta porque essas discussões permitem que a proposta seja aprimorada. Sabemos que os investimentos em infraestrutura das últimas décadas não estiveram à altura do potencial dessas regiões e por isso buscamos um novo modelo de investimento”, destacou.

Já o secretário de Comunicação, Caio Tomazeli, enfatizou a importância do projeto para a região. “Sabemos que as cidades dessa região, como Gramado e Canela, esperam há vinte anos para discutir um projeto desse tamanho para a infraestrutura da região. Essas cidades mudaram e cresceram muito, mas a estrutura rodoviária não acompanhou. Temos agora a chance de realizar esse debate e apresentar uma proposta a partir da concessão”, afirmou.

### Próximas audiências

Na próxima terça-feira (25), outras duas audiências públicas serão realizadas na Região Metropolitana: em Gravataí, às 9h30, e em Novo Hamburgo, às 15h30. Durante a etapa de consulta pública, os interessados podem participar também de maneira remota através de formulário no site sobre o Bloco 1. Além disso, os interessados também podem enviar sugestões pelo e-mail [consultarodovias@serg.rs.gov.br](mailto:consultarodovias@serg.rs.gov.br) durante o período de vigência da consulta.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 19/11/2025**

## REGIÃO NORTE - PAVIMENTAÇÃO PROSSEGUE EM NOVO TRECHO DA BR-156 NO AMAPÁ

Governo Federal investe mais de R\$ 158 milhões em 61 quilômetros de obras, que incluem asfaltamento, drenagem e ações de monitoramento ambiental no trecho Sul

**Da Redação** [redacao.jornal@redenenews.com.br](mailto:redacao.jornal@redenenews.com.br)



**Ao todo, o Governo Federal prevê investimentos superiores a R\$ 158 milhões para a implantação de 61,1 quilômetros no trecho da BR-156, recursos previstos no Novo PAC**

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e o 8º Batalhão de Engenharia de Construção do Exército deram início à pavimentação de um novo segmento de 5,46 quilômetros da BR-156, na região do Torrão do Matapi, no Amapá. A intervenção é executada por meio de um Termo de Execução Descentralizada

firmado entre os dois órgãos. Ao todo, o Governo Federal prevê investimentos superiores a R\$ 158 milhões para a implantação de 61,1 quilômetros no trecho, recursos previstos no Novo PAC.

Os trabalhos começaram em outubro e já alcançaram 1.540 metros de extensão. Além da aplicação da camada asfáltica, foram instaladas estruturas de drenagem para o escoamento das águas pluviais. No total, são 13 bueiros de manilhas: nove na comunidade do Torrão do Matapi e quatro na comunidade de Vila Nova. Seguem em execução, ao longo desses segmentos, os serviços de compactação do solo, implantação de sub-base e base, imprimação e aplicação do revestimento asfáltico.

O Dnit informa que, além dos 5,46 quilômetros em construção, já foram entregues mais de 11 quilômetros pavimentados. As obras seguem concentradas no trecho Sul da BR-156, onde o órgão também mantém ações de monitoramento ambiental nas áreas impactadas pelas intervenções. Entre as atividades estão o acompanhamento das áreas de floresta suprimidas, o resgate e salvamento de plantas e sementes de espécies nativas para replantio e ações de educação ambiental junto às comunidades do entorno da rodovia.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 19/11/2025**

## **PORTO DE SANTOS - TCU: PARECER DO LEILÃO DO TECON SANTOS 10 ESTÁ NA PAUTA DESTA TERÇA-FEIRA (18)**

Players envolvidos e representantes do poder público procurados pelo BE News adotam cautela e não se posicionam antes do voto do ministro

**Por PATRÍCIA FAHLBUSCH** [redacao.jornal@redebeneews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebeneews.com.br)



**O impasse entre os ministros do TCU diz respeito às regras do leilão do futuro megaterminal. A sessão deve ser retomada no dia 8 de dezembro**

O Tribunal de Contas da União (TCU) colocou na pauta da sessão extraordinária agendada para a tarde desta terça-feira, 18, o parecer sobre o leilão do novo terminal de contêineres do Porto de Santos (SP), o Tecon Santos 10. A expectativa é em torno do voto do ministro do TCU, Antônio

Anastasia, que também é relator do caso. Ele deve avaliar, entre outros pontos, qual será o modelo do leilão: aberto, com participação de todos os interessados já na primeira etapa; ou fechado, com leilão permitindo apenas concorrentes que não operem no complexo portuário santista. Se não



houver interessados, uma segunda fase seria aberta, dessa vez permitindo a participação de todos os interessados no ativo.

Na semana passada, Anastasia disse à Folha de São Paulo que está “incomodado com a visão de que está há tempo demais com o caso do leilão do Tecon 10”. O ministro também disse ao jornal que entregará o parecer alguém do prazo, já que tinha 60 dias para a entrega, e ressaltou que não houve demora. Em setembro, o TCU já estava com a demanda do leilão no Porto de Santos.

Conforme aprovação ou não do parecer por parte do TCU sobre o processo de concessão, a fase seguinte é a da publicação do edital. Também é possível que haja pedido de vistas. Nesse caso, conforme o regimento interno do TCU, há cláusulas que estipulam o prazo improrrogável de 20 dias para o retorno da análise da matéria.

Ainda de acordo com o regimento, dependendo da natureza e da complexidade da demanda, o prazo pode ser concedido, mas não poderá ser superior a 60 dias.

O leilão tem previsão para acontecer ainda no mês de dezembro, o que não deve ocorrer se houver pedido de vista, o que, praticamente, inviabilizaria o tempo hábil para o processo.

O terminal Tecon Santos 10 ocupará uma área de mais de 600 mil metros quadrados na margem direita do porto, e a capacidade projetada de até 3,5 milhões de TEUs por ano, praticamente dobrando a capacidade atual de movimentação de contêineres. O investimento estimado ao longo da concessão deverá ultrapassar R\$ 5 bilhões, sendo parte desse aporte voltado às dragagens, infraestrutura e modernização.

### **Mercado**

Os principais pontos de divergência sobre o certame foram as fases para ser realizado, e a participação de empresas que já operam no equipamento.

As recomendações do TCU deverão incluir ajustes para aumentar a transparência do leilão e garantir que a modelagem trate de maneira adequada a questão da concentração de mercado.

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) sugeriu que quem já opera no Porto de Santos só poderia participar da primeira fase da licitação se novas propostas não surgissem, exatamente para evitar a concentração acima de 60% no mercado local. A Antaq pontuou que, dessa forma, ficaria garantida a concorrência sem a concentração excessiva em cima de um contrato de mais de duas décadas.

O tema gerou grande polêmica no setor: a Federação Nacional dos Operadores Portuários, por exemplo, chegou a afirmar que as restrições previstas iriam excluir importantes competidores, prejudicando a disputa. A Portonave, por meio do diretor Eliezer Giroux, entregou um documento ao ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, com as considerações contra o modelo proposto pela Antaq.

A reportagem do BE News procurou alguns players do setor portuário, bem como do poder público, para falar sobre as expectativas da apresentação do parecer de Anastasia nesta terça. Os deputados federais Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP) e Rosana Valle (PL-SP) preferiram não se manifestar, segundo informaram suas assessorias.

O mesmo fez o MPOR, acrescentando que a pasta deverá se pronunciar após a sessão de amanhã do TCU. A Federação Nacional das Operações Portuárias, Fenop, informou que seu presidente, Sérgio Aquino, não fala sobre essa demanda. A assessoria do ministro Anastasia não respondeu até o fechamento desta matéria.

### **Gargalos**

Os embates em torno do Tecon Santos 10 não estão somente dentro dos limites do porto. Os acessos ao terminal são também gargalos que precisarão ser enfrentados. Há um temor em relação





aos impactos à mobilidade na cidade, que pode ser altamente prejudicada com o tráfego de caminhões pesados que fazem o transporte dos contêineres.

Há expectativas de otimização das malhas ferroviária e rodoviária, bem como a construção de viadutos para a integração com a logística regional.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 19/11/2025**

## REGIÃO SUDESTE - SUDESTE BATE RECORDE E MOVIMENTA 186 MI DE TONELADAS

Alta de 9,1% foi impulsionada pelos terminais privados, que cresceram 13,6%, e pela forte demanda por petróleo e minério; Açu e Angra dos Reis lideraram a expansão

**Da Redação** [redacao.jornal@redenenews.com.br](mailto:redacao.jornal@redenenews.com.br)

A movimentação de cargas nos portos da Região Sudeste atingiu o recorde histórico de 186,7 milhões de toneladas no terceiro trimestre de 2025 (de julho a setembro), um crescimento expressivo de 9,10% em comparação com o mesmo período do ano anterior. De acordo com dados do estatístico da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), o desempenho foi liderado pela operação dos Terminais Autorizados (TUPs) e pela forte demanda por commodities de granel, especialmente petróleo e minério de ferro.

O principal motor do crescimento foram os Terminais Autorizados (privados), que viram sua movimentação saltar 13,60%, atingindo 124,5 milhões de toneladas. Em contrapartida, os Portos Organizados (públicos) registraram um crescimento mais modesto de 1,09%, totalizando 62,2 milhões de toneladas.

O desempenho recorde da região foi ancorado por terminais especializados em commodities. O Terminal de Petróleo (TPET/TOIL) em Açu (RJ) foi o principal destaque, com um crescimento de 38,06%, atingindo 17,8 milhões de toneladas. O Terminal Aquaviário de Angra dos Reis (RJ) não ficou atrás, crescendo 25,34% (18,8 milhões de toneladas). Juntos, esses dois terminais, focados em petróleo bruto, foram os principais responsáveis pela alta no granel líquido.

Este crescimento representa uma aceleração significativa em relação aos últimos anos.. No terceiro trimestre de 2023, a movimentação foi de 170,9 milhões de toneladas, e no mesmo período de 2024, de 171,1 milhões de toneladas.

“O crescimento no Sudeste mostra que a modernização e a confiança do investidor estão colocando o Brasil em um novo patamar de competitividade global”, destacou o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 19/11/2025**

## NACIONAL - EM DUBAI, BRASIL BUSCA AMPLIAR APORTES E EMBRAER FECHA NOVOS ACORDOS

Na primeira agenda oficial nos Emirados Árabes, Silvio Costa Filho anuncia a venda de até 20 jatos e participa de encontros para atrair investimentos

**Da Redação** [redacao.jornal@redenenews.com.br](mailto:redacao.jornal@redenenews.com.br)

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, iniciou nesta terça-feira (18) sua agenda oficial em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, para ampliar a cooperação com a região e apresentar portfólio de oportunidades de investimentos nos setores portuário e aeroviário brasileiros.

Já no primeiro dia, Costa Filho e o presidente da empresa brasileira, Embraer, Francisco Gomes Neto, anunciaram a venda de até 20 novos jatos comerciais e parcerias na área de Defesa. Um dos

destaques foi o acordo firmado com a Air Côte d'Ivoire, companhia aérea nacional da Costa do Marfim, que assinou um pedido para quatro aeronaves E175, com direito de compra para oito unidades adicionais. O início das entregas está previsto para o primeiro semestre de 2027.



***Além dos acordos fechados, as autoridades também discutiram investimentos dos Emirados Árabes Unidos na produção do combustível sustentável de aviação no Brasil***

Outro acordo celebrado foi com a Helvetic Airways, da Suíça, que realizou um novo pedido firme para três jatos E195-E2, com direitos de compra adicionais para cinco aeronaves. A primeira entrega está estimada para o final de 2026.

Além dos contratos comerciais, a Embraer assinou dois Memorandos de Entendimento (MoUs) com as empresas Advanced Military Maintenance, Repair and Overhaul Center (AMMROC) e Global Aerospace Logistics (GAL), sediadas nos Emirados Árabes, marcando um passo significativo na expansão da presença da Embraer Defesa e suporte no Oriente Médio.

“A Embraer é um grande ativo para o Brasil e eu não tenho dúvida que, com esses novos acordos, a companhia se fortalece cada vez mais no cenário mundial. A produção de novas aeronaves significa novos negócios sendo abertos e mais empregos sendo gerados no nosso país”, avaliou o ministro Silvio Costa Filho.

Na comitiva do ministro estão presentes também o titular da Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC), Daniel Longo, o diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Tiago Faienstein.

### **Autoridades**

A programação incluiu também encontros com o diretor da Autoridade Geral de Aviação Civil da Arábia Saudita (GACA), Abdulaziz Al-Duailej; com o major-general Dr. Ahmed Naser Al-Raisi, presidente da Interpol e inspetor geral do Ministério do Interior dos Emirados Árabes Unidos; e com o diretor geral da Autoridade de Aviação Civil dos Emirados Árabes Unidos, Saif Mohammed Al-Suwaidi.

Entre os temas discutidos, estiveram investimentos dos Emirados Árabes Unidos (EAU) na produção do combustível sustentável de aviação (SAF) no Brasil; expansão da conectividade entre Brasil e EAU, com a ampliação dos serviços para Dubai e o restabelecimento de rotas para Abu Dhabi; atração de investimentos para a melhoria da infraestrutura aeroportuária brasileira; cooperação técnica no desenvolvimento de eVTOLs (veículos elétricos de decolagem e aterrissagem vertical); além de eleições para o Conselho da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI).

Para o ministro Silvio Costa Filho, esses encontros são de grande relevância para os projetos do governo brasileiro. “Iniciamos diálogos fundamentais para ampliar nossa conectividade e discutimos a segurança do espaço aéreo global, pauta prioritária para o Brasil. Estamos aqui para mostrar que o Brasil é um parceiro seguro, previsível e aberto a investimentos que gerem desenvolvimento e aproximem nossas nações”, disse ele.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 19/11/2025**

## **MOTIVA VENDE 20 AEROPORTOS A COMPANHIA MEXICANA POR R\$ 11,5 BILHÕES**

Venda inclui Confins, Curitiba e Goiânia; desinvestimento reduz alavancagem e libera a empresa para disputar pipeline de R\$ 160 bilhões em concessões terrestres

Da Redação [redacao.jornal@redebeneews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebeneews.com.br)

A Motiva, antiga CCR, formalizou a venda de seu portfólio aeroportuário para o grupo mexicano Asur por R\$ 11,5 bilhões, em operação anunciada ao mercado na noite desta terça-feira (18). O negócio marca a saída definitiva da companhia do setor de aviação e envolve 20 ativos distribuídos no Brasil e no exterior.

O acordo contempla os 17 aeroportos administrados pela Motiva no país (entre eles, Confins (MG), os terminais do Bloco Sul, como Curitiba, Foz do Iguaçu e Joinville, e os do Bloco Central, que inclui Goiânia, Palmas e Teresina), além de três concessões internacionais: Quito, no Equador; San José, na Costa Rica; e Curaçao, nas Antilhas Holandesas. Ao todo, esse conjunto movimentava cerca de 45 milhões de passageiros por ano e reúne 200 rotas regulares da aviação comercial.

Segundo o fato relevante divulgado pela empresa, a Aeropuerto de Cancún, subsidiária da Asur, desembolsará R\$ 5 bilhões pela participação acionária e assumirá R\$ 6,5 bilhões em dívidas líquidas. A conclusão do negócio depende de aval da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), da anuência de credores e das aprovações regulatórias nos outros países onde a Motiva atua.

O CEO da Motiva, Miguel Setas, já havia sinalizado nas últimas semanas a intenção de vender os aeroportos, movimento que integra a reorientação estratégica da companhia. Segundo Setas, esse redirecionamento representa um retorno a uma atuação mais “focada, rentável e sinérgica”, abordagem que ele próprio resumiu como um “back to basics” da empresa.

Com a venda dos ativos, a Motiva reduz a alavancagem consolidada de 3,5 para menos de 3,0 vezes, abrindo espaço em sua capacidade financeira para disputar projetos considerados prioritários no setor de infraestrutura. A companhia estima um pipeline de cerca de R\$ 160 bilhões em oportunidades nos próximos anos em concessões de rodovias, trens e metrô no Brasil.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/11/2025

## PROGRAMA SOCIOAMBIENTAL DA PETROBRAS DESTINA R\$ 29 MILHÕES A INICIATIVAS EM CUBATÃO

Projetos abrangem formação profissional, apoio a comunidades vulneráveis e recuperação de áreas naturais; mais de 6 mil pessoas serão atendidas diretamente

Da Redação [redacao.jornal@redebeneews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebeneews.com.br)



**Conforme o mapa acima, o Bloco 1 prevê a construção de uma nova rodovia (ERS-010) e conta com trechos de mais oito estradas estaduais**

A Petrobras vai investir R\$ 29,3 milhões em três projetos socioambientais na área de abrangência da Refinaria Presidente Bernardes (RPBC), em Cubatão (SP). A assinatura simbólica das parcerias foi realizada na terça-feira (18), na refinaria. O evento teve as presenças do prefeito de Cubatão, Cesar Nascimento; do gerente executivo de Responsabilidade Social da companhia, José Maria Rangel; e do gerente geral da

RPBC, Fernando Tadeu de Castilho.

**SELECIONADOS PELO PROGRAMA PETROBRAS SOCIOAMBIENTAL, OS PROJETOS ENVOLVEM INICIATIVAS DE EMPREENDEDORISMO E GERAÇÃO DE RENDA, EDUCAÇÃO E PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL. SÃO ELES: ECONOMIA SUSTENTÁVEL, TRABALHO ASSOCIADO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL; TRANSFORMANDO O AMANHÃ; E GUARÁ VERMELHO**



Selecionados pelo Programa Petrobras Socioambiental, os projetos envolvem iniciativas de empreendedorismo e geração de renda, educação e proteção de crianças e adolescentes e conservação ambiental. São eles: Economia Sustentável, Trabalho Associado e Participação Social; Transformando o Amanhã; e Guará Vermelho.

O projeto “Economia Sustentável, Trabalho Associado e Participação Social” foi desenvolvido pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) e apoia o empreendedorismo solidário em comunidades de Cubatão, com foco em mulheres, jovens e pescadores.

A iniciativa também oferece uma série de oficinas de formação em alimentação, comercialização e artesanato, apoio a novos microempreendimentos, de marketing digital e gestão, além da promoção do fortalecimento de organizações locais. Serão beneficiados cerca de 200 participantes contínuos, com investimento de R\$ 6,9 milhões ao longo de três anos, é o projeto “Transformando o Amanhã – direitos e conquistas” foi realizado pelo Cenpec (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária) e atua na proteção e no desenvolvimento de crianças e adolescentes em São José dos Campos e Cubatão (SP) e Sarzedo (MG).

Ele oferece oficinas socioculturais de dança, música e educação ambiental, além de atividades sobre prevenção à violência para crianças e adolescentes no contraturno escolar, contribuindo para fortalecer a identidade e cultura locais e mitigar a evasão escolar.

Também atua na oferta de formação para educadores em temas como violência contra crianças e adolescentes, educação integral e na realização de grupos de diálogo com famílias focados em fortalecer práticas parentais positivas e não violentas.

O projeto prevê ainda formações para profissionais do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) em temas como violência, raça/etnia, gênero e diversidade sexual. No total serão beneficiados 1.680 participantes. O investimento total é de R\$ 16,3 milhões, nas três localidades, nos próximos três anos.

### **Guará Vermelho**

Conduzido pelo Nudaer, o projeto “Guará Vermelho” atua na recuperação e conservação da biodiversidade na Baixada Santista, especialmente em Cubatão e Santos. As ações incluem restauração de manguezais, instalação de ecobarreiras no rio Casqueiro, plantio de 2.400 mudas e mutirões de limpeza.

O projeto, que receberá R\$6 milhões, prevê também atividades de educação ambiental para mais de 5 mil pessoas, incluindo 1.200 crianças da rede pública, além de monitoramento da ave símbolo do projeto, o guará-vermelho.

### **Cursos de capacitação**

A região da RPBC também integra o Programa Autonomia e Renda Petrobras, que oferece cursos de capacitação profissional para pessoas em situação de vulnerabilidade ou desempregadas moradoras da área de abrangência das operações da companhia.

Em Cubatão serão oferecidas, até 2028, 1.030 vagas em 11 cursos. Desse total, há atualmente 200 alunos em sala de aula, em cursos de caldeireiro (60 vagas), técnico em mecânica (60 vagas) e auxiliar de serviços diversos (80 vagas).

O programa, que é uma parceria da Petrobras com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e SesiSenai, está presente em cerca de 40 municípios de sete estados e prevê investimento de R\$ 350 milhões até 2028.

Atualmente, o estado de São Paulo conta com 22 projetos vigentes apoiados pelo Programa, beneficiando diretamente mais de 43 mil pessoas e com desembolso previsto superior a R\$ 143 milhões. O programa alcança mais de 300 municípios de todas as regiões do país e os projetos



ambientais estão presentes em todos os sete biomas brasileiros, contribuindo para a melhoria da educação, qualidade de vida e conservação ambiental nas áreas onde a companhia atua.

### Doação de computadores

Na ocasião da assinatura simbólica das parcerias, a Petrobras também fez a doação de notebooks reconicionados para sete organizações de assistência social, educação e desenvolvimento comunitário da região de atuação da RPBC.

Serão contemplados a Assistência e Promoção Social Exército de Salvação; Associação Amigos da Cultura, dos Esportes, da Integração, do Trabalho, Educação e Saúde; Associação de Monitores Ambientais de Cubatão e Costa da Mata Atlântica (AMAC); Associação Vozes da Arte; Instituto Sinfonia; Projeto Amigos de Braços Abertos e Soroptimist International Cubatão.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/11/2025

## RENAULT E GEELY AMPLIAM COOPERAÇÃO COM APORTE DE R\$ 3,8 BI NO PR

Investimento contempla novos projetos industriais, desenvolvimento de plataformas e fortalecimento do complexo automotivo paranaense

Da Redação [redacao.jornal@redebeneews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebeneews.com.br)



**A parceria anunciada em São José dos Pinhais (PR), com a presença de autoridades nacionais e estaduais, prevê o desenvolvimento de uma plataforma dedicada à eletrificação**

A Renault e a chinesa Geely formalizaram na terça-feira (18), em São José dos Pinhais (PR), um investimento conjunto de R\$ 3,8 bilhões destinado ao desenvolvimento de plataformas eletrificadas, tecnologias de baixas emissões e novos modelos que serão

produzidos no Brasil a partir de 2026. O anúncio ocorreu no Complexo Ayrton Senna e marca a consolidação da aliança industrial e tecnológica entre os dois grupos, com a Geely Auto passando a deter 26,4% da Renault do Brasil.

A cerimônia contou com a presença do vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin, e do governador do Paraná, Carlos Massa Ratinho Junior, além de executivos das duas companhias e autoridades estaduais. O acordo é considerado um dos movimentos mais relevantes do setor automotivo recente, impulsionado pelo programa federal de Mobilidade Verde e Inovação (Mover), lançado em 2023.

Durante o evento, o vice-presidente Geraldo Alckmin destacou que o ambiente regulatório criado pelo Mover tem sido determinante para atrair novos aportes ao país e acelerar a transição energética no setor automotivo.

“O Mover dá direção clara e estabilidade para que a indústria possa inovar, crescer e liderar a transição para uma economia mais verde. A nova indústria brasileira é mais inovadora, mais verde e mais competitiva, e esse investimento demonstra que estamos avançando na direção certa”, afirmou.

O ministro também ressaltou o papel dos créditos tributários para pesquisa e eficiência tecnológica, estruturados para oferecer previsibilidade de longo prazo às empresas. “Estamos construindo uma indústria mais moderna, sustentável e preparada para competir no mundo, e isso só é possível quando o país oferece ambiente favorável ao investimento”, disse Alckmin. Para ele, a transição energética abre novas oportunidades para o Brasil: “O país tem todas as condições de liderar a economia de baixo carbono, com tecnologia, pesquisa e produção sustentável”.

O governador Ratinho Junior afirmou que o anúncio reforça o papel do Estado como polo industrial e automotivo. Ele destacou que o Paraná vive um ciclo de crescimento acima da média nacional e tem conseguido atrair novas indústrias pela combinação de infraestrutura, qualificação profissional e políticas de incentivo.

“A cada anúncio como este o Paraná se consolida como potência industrial. São investimentos robustos que vão resultar em novos empregos qualificados e bem remunerados para os paranaenses, além de mais tecnologia e mais competitividade para o nosso setor automotivo, que já é um dos mais importantes do Brasil”, afirmou. Ratinho Junior também mencionou o desempenho recente da economia estadual. “O Paraná vive o melhor ciclo de desenvolvimento da sua história. Crescemos acima da média nacional, assumindo o posto de quarta maior economia do Brasil, e conseguimos montar um ambiente que dá segurança jurídica e eficiência ao investidor”, declarou.

### Modelos e integração

A parceria prevê o lançamento de dois novos modelos da marca Geely e a renovação de um da Renault no segundo semestre de 2026. Em 2027, as empresas deverão desenvolver uma nova plataforma dedicada à eletrificação, resultando em um novo modelo Renault. Todo o portfólio será produzido no Complexo Ayrton Senna, que passa a fabricar veículos das duas marcas.

Segundo Ariel Montenegro, presidente e diretor-geral da Renault Geely do Brasil, trata-se de uma cooperação inédita e duradoura. “Investimos para trazer desenvolvimento econômico e social para o país, com soluções inovadoras de mobilidade e contribuindo para a competitividade da indústria automotiva brasileira”, afirmou.

Ele destacou que o complexo industrial paranaense já é referência em tecnologia e produção sustentável. “Geramos mais de 5 mil empregos diretos e outros 25 mil indiretos aqui no Estado. É onde produzimos tecnologia de ponta com 100% de energia renovável e uma das plantas mais avançadas da região”, disse Montenegro. O executivo reforçou que o novo pacote permitirá desenvolver quatro modelos inéditos — flex, híbridos e elétricos — até 2026. “Estamos abrindo caminho para veículos de baixa e zero emissão produzidos pelas mãos brasileiras aqui no Complexo Ayrton Senna”, afirmou.

Victor Yang, vice-presidente sênior da Geely, afirmou que a parceria impulsiona a transformação do setor automotivo. “Acreditamos que esse novo tipo de parceria trará nova vitalidade à indústria automotiva brasileira, ao ecossistema de emissão zero e baixa emissão e ao desenvolvimento econômico regional, tornando-se um modelo para a indústria automotiva global em sua caminhada rumo a um futuro verde e inteligente”, comentou.

### Protagonismo

Com a parceria, o Paraná consolida sua posição como segundo maior polo automotivo do país. O novo pacote de investimentos foi viabilizado também por meio de incentivos do programa Paraná Competitivo, que oferece benefícios como prazos ampliados para recolhimento de ICMS, apoio à infraestrutura, comércio exterior e qualificação de mão de obra.

O anúncio contou ainda com presenças de autoridades estaduais e federais, executivos da Renault e da Geely e representantes do setor automotivo. Para Alckmin, o movimento confirma o protagonismo do estado na transição para uma indústria de baixa emissão. “É um investimento de R\$ 3,8 bilhões que gera quatro novos veículos e coloca o Paraná na ponta da indústria verde. É uma grande conquista para São José dos Pinhais, para o estado e para o Brasil”, afirmou o vice-presidente.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**  
**Data: 19/11/2025**

### MCTI LIBERA R\$ 300 MILHÕES PARA IMPULSIONAR INOVAÇÃO NAS REGIÕES MENOS ATENDIDAS

Recursos da Finep financiarão edital para projetos no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, alinhado à diretriz do FNDCT de descentralizar o apoio federal

Da Redação [redacao.jornal@redebeneuws.com.br](mailto:redacao.jornal@redebeneuws.com.br)



***A ministra Luciana Santos explicou que o foco no desenvolvimento regional busca corrigir a histórica concentração de investimentos no Sul e Sudeste***

A ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, anunciou na segunda-feira (17) a liberação de R\$ 300 milhões para a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), empresa pública vinculada à pasta. O valor será aplicado em um edital de chamada de subvenção para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. De acordo com a chefe da pasta, o objetivo é descentralizar os investimentos no País, conforme compromisso do presidente Luiz Inácio

Lula da Silva.

A chamada atende à diretriz do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) de melhorar a distribuição de apoio por subvenção em todo o País, segundo o diretor de inovação da Finep, Elias Ramos. “Com aprovação do MCTI, o edital deve ser disponibilizado no site da Finep no início de dezembro e conta com a participação do Sebrae na Rodrigo Cabral avaliação de empresas inscritas”, afirmou o diretor.

O edital deve ser lançado em parceria com as superintendências de desenvolvimento regionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A iniciativa surgiu durante a execução da Chamada Nordeste, iniciativa inédita que colocou R\$ 10 bilhões à disposição para crédito em inovação, em ação conjunta que envolve sete instituições apoiadoras: Finep, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), Consórcio Nordeste, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil, Caixa e Banco do Nordeste (BNB).

Luciana participou virtualmente da abertura da etapa Nordeste do Prêmio Finep de Inovação, que ocorreu no Recife (PE). Os vencedores das outras quatro etapas já foram anunciadas, e a atual reconheceu, entre 24 finalistas da região Nordeste, os melhores projetos apoiados pela Finep. “Este prêmio passou dez anos suspenso, mas, depois do período de desmonte da ciência no nosso País, superamos as dificuldades e, agora, resgatamos esta iniciativa, que é o que podemos chamar de um verdadeiro Oscar da inovação brasileira”, disse a ministra.

Luciana ressaltou o simbolismo de finalizar a agenda no Nordeste, “terra de criatividade, de inteligência e de um ecossistema de ciência, tecnologia e inovação vivo e pujante”. A ministra também sublinhou a prioridade dada ao desenvolvimento regional, com ações para corrigir a histórica concentração de investimentos no Sul e Sudeste. Nesse contexto, ela apontou o papel central da Finep e destacou que a estatal vive hoje seu momento de maior presença nordestina na própria direção. “Isso reflete a transformação que estamos promovendo”, afirmou.

#### Retomada

O presidente da Finep, Luis Antonio Elias, destacou que a importância da retomada do prêmio acompanha a retomada da ciência no país. “Nosso presidente Lula, um nordestino, recolocou o conhecimento no coração do projeto nacional, devolvendo recursos ao FNDCT e fortalecendo a Finep como instrumento estratégico de Estado. O prêmio simboliza esse movimento”, disse.

Na segunda-feira também, a Finep inaugurou o escritório do Nordeste, que passa a funcionar na sede da Sudene. Para Luciana, o gesto simboliza um novo ciclo de proximidade e fortalecimento do



ecossistema regional de inovação. “Estamos firmando raízes. Quem está aqui conhece as potencialidades, as demandas e a força desta região.”

### Prêmio Finep

O Prêmio Finep de Inovação 2025 tem como objetivo reconhecer e divulgar iniciativas apoiadas pela Finep, destacando o impacto dessa política de fomento no desenvolvimento do País, na competitividade das empresas e no bem-estar da sociedade. A seleção parte de um universo de 3 mil projetos, financiados com recursos reembolsáveis e não reembolsáveis entre janeiro de 2023 e dezembro de 2024. Desse total, 300 projetos foram pré-selecionados, e 144 aceitaram disputar as etapas regionais, distribuídos nas seguintes categorias:

- Cadeias Agroindustriais Sustentáveis – soluções para segurança alimentar e sustentabilidade da agroindústria
- Complexo Econômico-Industrial da Saúde – inovação para reduzir vulnerabilidades do SUS e ampliar o acesso à saúde
- Infraestrutura, Saneamento, Moradia e Mobilidade Sustentáveis – tecnologias para resíduos, biogás, economia circular, saneamento, moradia popular e mobilidade verde
- Transformação Digital da Indústria – iniciativas que impulsionam produtividade e indústria 4.0
- Bioeconomia, Descarbonização, Transição e Seguranças Energéticas – projetos em biomassa, combustíveis sustentáveis e químicos renováveis
- Tecnologias para Soberania e Defesa Nacional – autonomia em tecnologias críticas, comunicações, microeletrônica, cibernética, nuclear e espacial
- Deep Tech Startup – startups de base científica profunda com alto potencial de impacto
- Ambiente de Inovação – incubadoras, aceleradoras, parques tecnológicos e ecossistemas inovadores
- Infraestrutura de P&D em ICTs – modernização e expansão da infraestrutura de pesquisa nas instituições científicas e tecnológicas

A avaliação dos projetos é feita por comissões julgadoras formadas por especialistas, representantes de órgãos públicos e profissionais da Finep. Os vencedores regionais avançam para a etapa nacional, cuja premiação ocorrerá entre novembro e dezembro de 2025, no Palácio do Planalto, em Brasília. Todos os premiados — regionais e nacionais — recebem o Selo Prêmio Finep de Inovação 2025, para uso em materiais de divulgação.

O prêmio também traz um destaque especial para liderança feminina: será reconhecido o melhor projeto coordenado por mulheres, ou com maior participação feminina nas equipes, tanto na etapa regional quanto na final nacional.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 19/11/2025**

## PF APONTA POSSÍVEL FRAUDE DE R\$ 12 BI NA TENTAVA DE VENDA DO BANCO MASTER

Diretor-geral Andrei Rodrigues revelou na CPI do Crime Organizado que a operação apura carteiras de crédito inexistentes; dono do Master é preso ao tentar fugir do país

**Do Estadão Conteúdo**





### ***Andrei Rodrigues disse que a operação da PF também conta com integração do Banco Central e do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras)***

O diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, afirmou nesta terça-feira, 18, que as suspeitas de crimes envolvendo a tentativa de venda do Banco Master para o Banco de Brasília (BRB) podem girar em torno de R\$ 12 bilhões.

Rodrigues foi ouvido na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Senado que investiga o crime organizado. Ele falava sobre é preciso ter uma definição mais precisa de "crime organizado", para não chamar qualquer atuação criminosa com essa denominação, quando mencionou o caso Master.

"Estamos fazendo uma operação importante, numa integração com o Banco Central, Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), atuando em conjunto para um crime contra o sistema financeiro. Isso está sendo apurado, mas fala-se em R\$ 12 bilhões que envolvem esse crime sob investigação hoje, com várias prisões", declarou.

Segundo a investigação, o BRB transferiu cerca de R\$ 12,2 bilhões ao Master no primeiro semestre de 2025 para a compra de carteiras de crédito, antes mesmo de formalizar a intenção de comprar o banco. Quando o Banco Central analisou o negócio, constatou indícios de que essas carteiras de crédito eram falsas, ou seja, simplesmente não existiam.

A PF prendeu nesta terça o dono do Master, Daniel Vorcaro, na operação mencionada por Rodrigues. O presidente do banco estatal do governo do Distrito Federal, Paulo Henrique Costa, foi afastado do cargo. O Banco Central também decretou a liquidação extrajudicial do Banco Master, menos de um dia depois de o Grupo Fictor ter indicado interesse em comprar a instituição.

Vorcaro foi detido ainda na noite da segunda-feira, 17. Isso porque a PF suspeita que ele tentou fugir do país.

O dono do Banco Master tentou embarcar em um jatinho particular com destino ao exterior. Porém, foi interceptado pela Polícia Federal no aeroporto, onde recebeu a ordem de prisão, por volta das 22 horas.

A PF já monitorava os passos de Vorcaro antes de deflagrar a operação desta terça. Os investigadores detectaram que ele organizava uma tentativa de fuga pelo Aeroporto de Guarulhos. A suspeita é de que a informação do mandado de prisão já havia vazado para o banqueiro e ele buscava escapar. Procurada, a defesa do empresário ainda não se manifestou. Vorcaro foi levado para a Superintendência da PF em São Paulo.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 19/11/2025**

### **LIQUIDAÇÃO DO MASTER FOI MOTIVADA POR FALTA DE CONDIÇÕES DE PAGAR DÍVIDAS, DIZ BC**

**Da Redação [redacao.jornal@redebeneews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebeneews.com.br)**

A liquidação extrajudicial do Banco Master e de outras empresas do conglomerado foi motivada pela grave crise de liquidez do conglomerado e pelo comprometimento significativo da sua situação econômico-financeira, assim como pela detecção de graves violações às normas que regem a atividade

das instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional (SFN), afirma o Banco Central, em nota. A autarquia também esclarece que a opção pelo regime administrativo especial temporária (Raet) no caso do Banco Master Múltiplo S.A. mostrou-se a mais adequada, considerando “a possibilidade concreta de solução que preserva o funcionamento da sua controlada Will Financeira”.

O órgão afirma que continuará tomando todas as medidas cabíveis para apurar as responsabilidades nos termos de suas competências legais. E acrescenta que o resultado das apurações “poderá levar à aplicação de medidas sancionadoras de caráter administrativo e a comunicações às autoridades competentes, observadas as disposições legais aplicáveis”.

Nos termos da lei, detalha o BC, ficam indisponíveis, a partir desta terça-feira, 18, os bens dos controladores e dos ex-administradores das instituições objeto dos regimes especiais decretados.

O conglomerado Master detém 0,57% do ativo total e 0,55% das captações totais do SFN. Trata-se de um conglomerado prudencial bancário, classificado como de crédito diversificado, porte pequeno e enquadrado no segmento S3 da regulação prudencial.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 19/11/2025**

## JUSTIÇA DETERMINA AFASTAMENTO DO PRESIDENTE DO BRB

**Da Redação [redacao.jornal@redenenews.com.br](mailto:redacao.jornal@redenenews.com.br)**

A operação da Polícia Federal deflagrada nesta terça-feira, 18, para apurar crimes da gestão do Banco Master resultou também no afastamento do cargo do presidente do BRB, Paulo Henrique Costa. A ordem de afastamento foi proferida pela Justiça Federal de Brasília,

que também autorizou o cumprimento de busca e apreensão contra o presidente do banco estatal do governo do Distrito Federal. Os investigadores chegaram a solicitar a prisão de Paulo Henrique, mas a Justiça não autorizou a medida.

A PF apura suspeitas de crimes na operação de venda do banco Master para o BRB. De acordo com investigadores, o Master criou carteiras de crédito falsas e as vendeu para o banco público, sem garantias para o negócio. A defesa de Paulo Henrique ainda não foi localizada para se manifestar.

Funcionário de carreira da Caixa Econômica Federal, ele foi indicado para a presidência do BRB no início do governo de Ibaneis Rocha (MDB) e com o aval do Centrão.

A PF deflagrou operação sobre o caso do Banco Master na terça-feira, 18. O dono do banco, Daniel Vorcaro, foi detido quando tentava fugir ainda na noite de segunda.

O Banco Central também decretou a liquidação extrajudicial do Master, menos de um dia depois de o Grupo Fictor ter indicado o interesse em comprar a instituição.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 19/11/2025**

## INVESTIDORES DO BANCO MASTER TERÃO RESSARCIMENTO LIMITADO AO TETO DO FGC



Liquidação extrajudicial envolve cerca de R\$ 41 bilhões em garantias e 1,6 milhão de credores; pagamentos até R\$ 250 mil por CPF ou CNPJ serão feitos via aplicativo do fundo

**Da Agência Brasil**

**Com a liquidação extrajudicial, o Banco Central assume o controle da instituição e vai nomear um liquidante responsável por levantar a dívida e passivos**



**COM A LIQUIDAÇÃO, O BC ASSUME O CONTROLE DA INSTITUIÇÃO E NOMEIA UM LIQUIDANTE RESPONSÁVEL POR LEVANTAR ATIVOS E PASSIVOS. UMA DAS PRIMEIRAS PROVIDÊNCIAS É O ENVIO AO FGC DA LISTA CONSOLIDADA DE DEPOSITANTES E INVESTIDORES**

A liquidação extrajudicial do Banco Master, decidida nesta terça-feira (18) pelo Banco Central (BC), deixou dúvidas entre os investidores. Como fica a situação de quem era correntista ou tem Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) emitidos pela instituição?

A resposta depende do volume aplicado e do tipo de investidor. Pessoas físicas e empresas terão tratamento diferenciado no resgate dos valores. Quantias até R\$ 250 mil por Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) serão pagas pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC), entidade privada formada por contribuições de instituições financeiras para cobrir eventuais quebras.

A cobertura segue o limite de R\$ 250 mil por CPF ou CNPJ, por conglomerado financeiro, valor que inclui o montante investido e os rendimentos acumulados até a data da liquidação. Dessa forma, quem tem até R\$ 250 mil em aplicações no Banco Master receberá de volta todo o valor investido. Se o correntista tiver R\$ 270 mil, por exemplo, receberá os R\$ 250 mil via FGC, mas entrará para a lista de credores do banco em relação aos R\$ 20 mil restantes, com a possibilidade de só receber o valor após ação judicial, na falta de acordo.

Os investidores devem estar atentos. O ressarcimento pelo Fundo Garantidor de Crédito não é automático. O correntista precisa baixar o aplicativo do FGC e preencher o cadastro. Em seguida, deverá esperar o liquidante nomeado pelo Banco Central validar a base de credores do Banco Master, processo que dura cerca de 30 dias.

Com a liquidação, o BC assume o controle da instituição e nomeia um liquidante responsável por levantar ativos e passivos. Uma das primeiras providências é o envio ao FGC da lista consolidada de depositantes e investidores.

### Fases

O procedimento segue três fases: primeiro, o envio da lista de credores, etapa em que o liquidante reúne e encaminha os dados ao FGC, podendo levar até 30 dias úteis; depois, a liberação do pedido de ressarcimento, quando, após validar as informações, o FGC habilita no aplicativo o botão "Solicitar pagamento", liberação que costuma ocorrer em até 48 horas após a validação; por fim, o pagamento, quando, depois do pedido e da assinatura digital, o valor é transferido para uma conta bancária de mesma titularidade. As pessoas físicas e jurídicas seguem passos diferentes para ter acesso aos recursos do FGC.

No caso das pessoas físicas, o ressarcimento não é automático, e o investidor deve fazer o pedido seguindo algumas etapas: baixar o aplicativo do FGC, realizar o cadastro, inserir documentos e dados pessoais, cadastrar a conta bancária de mesma titularidade, aguardar a liberação da opção de solicitação, pedir o pagamento, finalizar com assinatura digital e aguardar a transferência para a conta indicada. Durante o processo, podem ser solicitados documentos adicionais e validação biométrica.

Para pessoas jurídicas, o acesso aos recursos é feito pelo Portal do Investidor do FGC. O representante legal da empresa acessa o portal e preenche as informações necessárias, após o que o FGC envia, por e-mail, as instruções para envio de documentos. Após validação, o pagamento é realizado em conta-corrente ou poupança do mesmo CNPJ.

### O fundo

O FGC cobre contas correntes e poupança, CDB e RDB, letras financeiras como LCIs, LCAs, LCs, LHs e LCDs, depósitos a prazo e operações compromissadas com títulos elegíveis. A cobertura é limitada a R\$ 250 mil por CPF ou CNPJ, por instituição financeira, e, em caso de mais de uma liquidação no período de quatro anos, o limite global passa a ser de R\$ 1 milhão. Valores acima do

limite entram na liquidação extrajudicial, que leva anos e não tem garantia. Na falta de acordo, o montante é incorporado à massa falida da instituição financeira, podendo ser recuperado apenas por meio de ação judicial, geralmente de longa duração.

A correção dos valores segue os termos originalmente contratados até a data da liquidação. Há incidência de Imposto de Renda conforme a tabela regressiva e, se o prazo entre aplicação e liquidação for inferior a 30 dias, pode haver cobrança de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), exceto no caso da caderneta de poupança, que é isenta de tributos.

O FGC estima que a liquidação do Banco Master envolverá cerca de R\$ 41 bilhões em garantias, com aproximadamente 1,6 milhão de credores elegíveis. Segundo o fundo, há patrimônio suficiente para honrar integralmente os pagamentos dentro das regras vigentes.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 19/11/2025**

## **ECONOMIA CRESCE 0,1% NO TERCEIRO TRIMESTRE E MANTÉM RITMO FRACO, APONTA FGV**

Monitor do PIB mostra estagnação de serviços e consumo das famílias, desaceleração interanual e impacto dos juros altos sobre investimento e atividade

**Da Agência Brasil**



***A política de juros altos é uma tentativa de frear a inflação, mas isso também tem um impacto negativo no crescimento da economia***

A economia brasileira cresceu 0,1% no terceiro trimestre de 2025 em comparação com o segundo trimestre e acumula avanço de 2,5% no período de 12 meses. Especificamente na passagem de agosto para setembro, o comportamento foi estável, ou seja, variação nula. Os dados fazem parte do Monitor do PIB, estudo mensal elaborado pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV (Fundação Getúlio Vargas), divulgado nesta terça-

feira (18).

A pesquisa faz estimativas sobre o comportamento do Produto Interno Bruto (PIB), indicador do conjunto de todos os bens e serviços produzidos no país.

A informação entre trimestres e meses seguidos é dessazonalizada, isto é, foram excluídas variações sazonais, de forma que seja possível comparar períodos diferentes.

Em termos monetários, a FGV estima o PIB brasileiro no acumulado até o terceiro trimestre em R\$ 9,370 trilhões.

De acordo com a economista Juliana Trece, coordenadora da pesquisa, o setor de serviços e o consumo das famílias, maiores componentes do PIB, ficaram estagnados, “e os outros componentes pouco contribuíram para um desempenho mais forte da economia”.

Ao analisar os dados interanuais – que apresentam menos volatilidade que os períodos imediatamente seguidos – a FGV constata que o consumo das famílias, que vinha crescendo anualmente praticamente acima de 3% desde 2021, apresentou visível desaceleração ao longo de 2025, registrando apenas 0,2% de expansão no terceiro trimestre, comparado ao mesmo período de 2024.





“Apesar do resultado levemente positivo, o consumo de bens apresentou desempenho negativo, tanto em duráveis, como em não duráveis. O consumo de serviços, apesar de positivo, desacelerou significativamente no último trimestre”, frisa o estudo.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), indicador que mede a capacidade produtiva da economia, recuou 0,4% na comparação entre os terceiros trimestres de 2024 e 2025, muito impactado pelo comportamento fraco do setor de máquinas e equipamentos. É a primeira queda desde o trimestre móvel terminado em janeiro de 2023.

### **Juro alto**

Coordenadora do Núcleo de Contas Nacionais do Ibre, Juliana Trece aponta que a política monetária – nível dos juros é a explicação para a desaceleração do consumo e recuo da capacidade de investimento.

“Os juros elevados, com certeza, têm uma contribuição importante para esse resultado”, disse à Agência Brasil.

Esse efeito dos juros é justamente o objetivo do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), que mantém a taxa básica em 15% ao ano, o maior patamar desde julho de 2006 (15,25%). A escalada da Selic se iniciou em setembro do ano passado.

A política de juro alto é uma tentativa de frear a inflação, que está há 13 meses acima do limite máximo da meta do governo, que vai até 4,5% ao ano.

“Por mais que agora já esteja acomodado no patamar bastante elevado, de 15%, a gente sabe que tem um efeito defasado na atividade econômica, e esse efeito está chegando mais

Já as exportações cresceram 7%, no mesmo intervalo de comparação interanual. É a maior alta desde o trimestre móvel encerrado em maio de 2024. Houve crescimento em todos os grupos de produtos exportados, com destaque para os da indústria extrativa, que contribuíram com cerca de 44% para o crescimento total das exportações.

Juliana Trece chama atenção para o fato de as exportações terem crescido no terceiro trimestre, mesmo sob a imposição do tarifaço americano, que cobra taxa de até 50% sobre parte dos produtos brasileiros vendidos aos Estados Unidos.

Para a economista, a política protecionista americana não teve impacto generalizado.

“Claro que alguns segmentos podem ter sofrido mais, por exemplo, o madeireiro, que tem muito dessa questão de ser direcionado para os Estados Unidos, mas não apareceu no resultado como um todo, então não teve esse impacto tão global nas exportações”.

### **Resultado oficial**

O Monitor do PIB é um dos estudos que servem como termômetro da economia brasileira.

Outro levantamento é o índice de atividade econômica do Banco Central (IBC-BR), divulgado na segunda-feira (17), que indicou recuos de 0,2% na passagem de agosto para setembro e de 0,9% no terceiro trimestre em comparação com o segundo trimestre. No acumulado de 12 meses, houve expansão de 3%.

O resultado oficial do PIB é apresentado trimestralmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A próxima divulgação será referente ao terceiro trimestre de 2025, em 4 de dezembro.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 19/11/2025**

## PRIMEIRA TURMA DO STF IMPÕE ATÉ 24 ANOS DE PRISÃO A ENVOLVIDOS NO PLANO GOLPISTA

Oito militares e um policial federal foram condenados por participação em ações táticas para viabilizar o golpe, incluindo o monitoramento de autoridades e a preparação de atentados

Da Redação [redacao.jornal@redebeneews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebeneews.com.br)



***O grupo condenado elaborou estratégias para sequestrar e matar o ministro Alexandre de Moraes (foto), o vice-presidente Geraldo Alckmin e o presidente Lula***

**APESAR DAS CONDENAÇÕES, AS PRISÕES NÃO SERÃO EXECUTADAS IMEDIATAMENTE, PORQUE OS ACUSADOS AINDA PODEM RECORRER**

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) condenou nesta terça-feira (18) nove réus do Núcleo 3 envolvidos na trama golpista articulada durante o governo de Jair Bolsonaro. As penas definidas pelo colegiado variam de um ano e 11 meses de prisão em regime aberto a 24 anos em regime fechado. Apesar das condenações, as prisões não serão executadas imediatamente, porque os acusados ainda podem recorrer.

O julgamento, decidido por unanimidade, alcançou oito militares do Exército e um policial federal. Os militares, conhecidos como kids pretos por terem integrado o grupamento de forças especiais do Exército, foram acusados pela Procuradoria Geral da República (PGR) de planejar ações táticas destinadas a viabilizar o plano golpista. Segundo a denúncia, o grupo elaborou estratégias para sequestrar e matar o ministro Alexandre de Moraes, o vice-presidente Geraldo Alckmin e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A condenação abrange os crimes de organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado pela violência e grave ameaça e deterioração de patrimônio tombado. Todos os réus também terão que pagar solidariamente R\$ 30 milhões pelos danos causados pelos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023.

Dois acusados tiveram as condutas desclassificadas. Márcio Nunes de Resende Júnior e Ronald Ferreira de Araújo Júnior foram condenados pelos crimes de incitação de animosidade entre as Forças Armadas e associação criminosa, no primeiro caso, e por incitação ao crime e associação criminosa, no segundo. Com a alteração, ambos cumprirão penas em regime aberto e poderão negociar acordos de não persecução penal com o Ministério Público. O general de Exército Estevam Theophilo foi absolvido por falta de provas.

A decisão sobre as penas foi tomada após os votos apresentados ao longo do dia. Pela manhã, o relator, ministro Alexandre de Moraes, deu o voto que serviu de base para a condenação. Na sessão da tarde, o ministro Cristiano Zanin acompanhou o relator e afirmou que os acusados “mobilizaram militares da alta patente para cometer crimes contra a democracia e criar um ambiente político propício à tentativa de golpe”. Segundo ele, “parte dos réus efetivou poder de liderança, com foco em ações de campo, destinadas a monitorar e neutralizar autoridades públicas, enquanto outra parte executou ações táticas para convencer e insuflar o alto comando do Exército a consignar um golpe de Estado”.

A ministra Cármen Lúcia também acompanhou o relator e destacou que a tentativa de golpe se caracterizou pela busca de apoio das Forças Armadas. Em seu voto, afirmou: “A influência vem de quem tem influência, e não de quem tem cargo. Se trata de cogitar que pessoas atuaram contra essas instituições [Forças Armadas]”, citando mensagens de WhatsApp apreendidas durante as investigações.

Último a votar, o ministro Flávio Dino ressaltou o caráter inédito do julgamento, destacando tratar-se da primeira vez que o Judiciário brasileiro julga uma tentativa de golpe de Estado. Ele afirmou: “O Brasil chegou à beira do precipício de atos muito violentos. Atos que levariam ao inédito assassinato de um ministro do STF, ao assassinato de um presidente da República, do vice-presidente. Isso não são fatos corriqueiros que possam ser vistos como meras conversas de confraternização ou meros planejamentos aleatórios”.

Com a migração do ministro Luiz Fux para a Segunda Turma, apenas quatro ministros participaram da sessão.

As penas definidas foram as seguintes: Hélio Ferreira Lima (tenente-coronel): 24 anos de prisão; Rafael Martins de Oliveira (tenente-coronel): 21 anos; Rodrigo Bezerra de Azevedo (tenente-coronel): 21 anos; Wladimir Matos Soares (policial federal): 21 anos; Sérgio Ricardo Cavaliere de Medeiros (tenente-coronel): 17 anos; Bernardo Romão Correa Netto (coronel): 17 anos; Fabrício Moreira de Bastos (coronel): 16 anos; Márcio Nunes de Resende Júnior (coronel): 3 anos e cinco meses; e Ronald Ferreira de Araújo Júnior (tenente-coronel): um ano e 11 meses.

Com as condenações, os réus ficam inelegíveis por oito anos. No caso dos militares, eles também serão alvo de ações na Justiça Militar para perda do oficialato. O policial federal poderá perder o cargo estatutário. As medidas, porém, só serão executadas após o trânsito em julgado do processo.

Ao todo, o STF já condenou 24 réus relacionados à trama golpista. Além dos nove julgados nesta terça-feira, a Corte já decidiu casos de sete integrantes do Núcleo 4 e de oito do Núcleo 1, liderado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. O julgamento do grupo 2 está previsto para começar em 9 de dezembro. O Núcleo 5 é formado por Paulo Figueiredo, que reside nos Estados Unidos e ainda não tem data de julgamento definida.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 19/11/2025**

## OPINIÃO – ARTIGOS - QUANTO VALE A SUA ATENÇÃO NO AMBIENTE DIGITAL?



### **ROBERTA LOPES DA CRUZ ANTONIO**

Professora de Direito Digital e Civil na Universidade Católica de Santos (SP), advogada e consultora especializada em Direito Digital e Proteção de Dados, mestre em Direito da Segurança Nacional pela Georgetown University (EUA)  
[opinioao@portalbenews.com.br](mailto:opinioao@portalbenews.com.br)

A lógica algorítmica não distingue aprovação de reprovação. Comentários críticos, compartilhamentos indignados ou o simples tempo de permanência diante de um vídeo constituem sinais inequívocos de relevância para o sistema. Consequentemente, conteúdos polêmicos — ainda que rejeitados pela maioria dos usuários — ascendem rapidamente, reforçando a presença digital de seus autores.

No atual ecossistema de comunicação digital, a atenção tornou-se o ativo central. Plataformas digitais operam sobre modelos algorítmicos que transformam qualquer interação — positiva ou negativa — em combustível para ampliar o alcance de conteúdo. Esse mecanismo explica por que determinadas publicações, mesmo quando socialmente reprovadas, alcançam níveis expressivos de visibilidade.

A lógica algorítmica não distingue aprovação de reprovação. Comentários críticos, compartilhamentos indignados ou o simples tempo de permanência diante de um vídeo constituem sinais inequívocos de relevância para o sistema. Consequentemente, conteúdos polêmicos — ainda que rejeitados pela maioria dos usuários — ascendem rapidamente, reforçando a presença digital de seus autores. Trata-se do chamado “efeito reputacional”, capaz de impulsionar o desempenho futuro de um perfil, atrair seguidores, ampliar sua credibilidade interna e potencializar eventual monetização.

Esse fenômeno não se limita ao universo das redes sociais pessoais. Afeta empresas, marcas e instituições — especialmente em setores altamente sensíveis à reputação, como logística, comércio internacional e operações industriais. Via de regra, uma manifestação negativa de grande alcance pode gerar repercussões reais sobre contratos, operações e valor de marca. Paradoxalmente, o engajamento movido pela indignação contribui para ampliar exatamente aquilo que se pretende combater.

Assim, quando alguém interage positivamente com um conteúdo compartilhado em uma rede social, esse indivíduo está impulsionando aquele material – e, consequentemente, seu autor. E quando ele interage negativamente também. O elemento-chave do impulsionamento é o feedback, seja ele qual for.

É uma lógica pouco convencional, mas que traduz exatamente uma das características que tornam o espaço cibernético tão peculiar, tão diferente do meio físico. E se as interações ocorrem cada vez mais nesse ambiente, se nos valemos cada vez mais da internet em nosso cotidiano, é importante que saibamos nos portar e conviver adequadamente nessa grande comunidade paralela. Daí a importância da educação digital e o porquê de se discutir a criação de regras próprias para o ciberespaço.

Criadores de conteúdo exploram esse ciclo algorítmico, produzindo deliberadamente materiais provocativos, apelativos ou até moralmente questionáveis, com o objetivo de atrair atenção. Os impactos éticos são evidentes: expõem terceiros, transformam a intimidade em ativo de visibilidade e podem ampliar riscos jurídicos e reputacionais.

Há, porém, um dado fundamental, mas pouco compreendido: o silêncio é o antídoto mais eficaz contra a amplificação do conteúdo indesejado. Quando uma publicação recebe baixa interação, o algoritmo a interpreta como irrelevante. O perfil perde força — fenômeno denominado *shadow flattening*, que não configura punição, mas resultado estatístico natural do modelo de distribuição de alcance.

O método não é novo e, embora pouco adotado pela população, a chamada “estratégia do silenciamento” já foi incorporada, inclusive, por políticas públicas. Tome-se como exemplo o caso do atentado à mesquita de Christchurch, em 2019, ocasião em que o governo da Nova Zelândia adotou a diretriz de não mencionar o nome do autor da barbárie, justamente para evitar sua transformação em símbolo, negando-lhe a notoriedade que ele buscava. A então primeira-ministra Jacinda Ardern sintetizou a lógica: “quando eu citá-lo, ele não terá nome ... aqui na Nova Zelândia não lhe daremos isso.” O objetivo era impedir a criação da chamada “celebridade criminoso”.

No ambiente corporativo, esse entendimento precisa ser incorporado à governança digital e às práticas de gestão de crises. Em muitas situações, reagir impulsivamente a conteúdos negativos pode produzir o efeito inverso ao desejado. A avaliação estratégica — incluindo critérios de risco, impacto regulatório e repercussão pública — é essencial para definir quando intervir e quando priorizar a conduta de não amplificação.

A educação digital, portanto, torna-se indispensável. Assim como aprendemos a ocupar espaços físicos com responsabilidade, precisamos compreender as dinâmicas que regem o espaço cibernético. Para profissionais, gestores e empresas, isso significa implementar políticas internas, treinar equipes e adotar práticas que reduzam vulnerabilidades.

Se a intenção é demonstrar reprovação ou estancar a propagação de determinado conteúdo, o caminho mais eficiente continua sendo o mais simples: não interagir. Denunciar quando couber, mas não comentar, não compartilhar, não salvar e não gerar qualquer sinal algorítmico que possa impulsioná-lo. No cenário atual, em que a atenção se converte em valor, negar atenção é negar combustível.





**A LÓGICA ALGORÍTMICA NÃO DISTINGUE APROVAÇÃO DE REPROVAÇÃO. COMENTÁRIOS CRÍTICOS, COMPARTILHAMENTOS INDIGNADOS OU O SIMPLES TEMPO DE PERMANÊNCIA DIANTE DE UM VÍDEO CONSTITUEM SINAIS INEQUÍVOCOS DE RELEVÂNCIA PARA O SISTEMA. CONSEQUENTEMENTE, CONTEÚDOS POLÊMICOS — AINDA QUE REJEITADOS PELA MAIORIA DOS USUÁRIOS — ASCENDEM RAPIDAMENTE, REFORÇANDO A PRESENÇA DIGITAL DE SEUS AUTORES**

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT  
Data: 19/11/2025

## SENADO DOS EUA APROVA PROJETO DE LEI PARA DIVULGAÇÃO DOS ARQUIVOS DE EPSTEIN

Segundo um funcionário da Casa Branca, Trump vai assinar o projeto de lei. Epstein disse em emails que presidente sabia de seus crimes e passou horas com uma das vítimas

***Do Estadão Conteúdo Da Redação***

***O presidente norte-americano afirmou ter rompido relações com Epstein há anos, mas tentou durante meses contornar as pressões pela divulgação dos documentos***

O Senado dos Estados Unidos aprovou nesta terça-feira, 18, por unanimidade, um projeto de lei que obriga as autoridades a tornar públicos arquivos do caso do falecido criminoso sexual Jeffrey Epstein, horas depois de a proposta ter passado pela Câmara dos Representantes.

Os senadores utilizaram um procedimento especial para que o texto fosse considerado aprovado de forma automática, sem debates e sem emendas. A proposta de lei será enviada ao gabinete de Donald Trump para sua promulgação.

O presidente americano está preparado para assinar o projeto de lei sobre os arquivos de Epstein assim que ele chegar à sua mesa, disse um funcionário da Casa Branca.

Jeffrey Epstein era um magnata e criminoso sexual que se suicidou em sua cela em agosto de 2019, antes de enfrentar um julgamento federal por uma série de escândalos ligados à sua rede de menores de idade abusadas sexualmente por ele e alguns de seus convidados, em muitos casos personalidades mundiais.

A lei aprovada pelo Congresso dos EUA obriga o Departamento de Justiça a publicar documentos não confidenciais da investigação sobre o financista e sua morte na prisão. Medida foi tomada depois que os democratas, acompanhados por um pequeno grupo de dissidentes republicanos, conseguiram levar a legislação à votação na Câmara, apesar da veemente oposição de Trump e dos líderes do Partido Republicano. Isso refletiu como o caso Epstein e a forma como o presidente lidou fragmentaram a coalizão política de Trump e sugeriram uma fragilidade em seu controle absoluto sobre o partido.

A moção para levar o projeto ao plenário ficou parada por meses na Câmara e precisava de mais uma assinatura para avançar. O destino do projeto mudou na semana passada depois da reabertura do governo federal, que possibilitou a posse da deputada Adelia Grijalva. A democrata deu a última assinatura à moção.

### Pressão

Em paralelo, a divulgação de emails de Epstein obtidos por meio de liminar pelo Comitê de Supervisão da Câmara, também na semana passada, aumentou a pressão sobre Trump e os republicanos. Nos mais de 20 mil arquivos, o presidente é citado mais de 1,6 mil vezes, e em alguns emails Epstein diz que Trump sabia de seus crimes e passou horas com uma das vítimas. O republicano nega qualquer conduta criminosa e considera o assunto uma "farsa".

Na segunda-feira, Trump disse que assinaria o projeto de lei se ele fosse aprovado por ambas as casas do Congresso, acrescentando: "Deixem o Senado analisá-lo".

A votação desta terça reforça as exigências para que o Departamento de Justiça divulgue os arquivos do caso de Epstein, um empresário influente que se suicidou em uma prisão de Manhattan enquanto aguardava julgamento em 2019, acusado de abuso sexual e tráfico de menores.

### Trump muda de posição

Trump afirmou ter rompido relações com Epstein há anos, mas tentou durante meses contornar as pressões pela divulgação dos documentos. Na segunda-feira, ele disse a repórteres que Epstein tinha ligações mais com democratas e que não queria que os arquivos de Epstein "prejudicassem o grande sucesso do Partido Republicano".

Ainda assim, muitos na base republicana continuam a exigir a divulgação dos arquivos. Para aumentar essa pressão, várias sobreviventes dos abusos de Epstein comparecerão ao Capitólio nesta terça para pressionar pela divulgação dos arquivos. Elas também se reuniram com Johnson e protestaram em frente ao Capitólio em setembro, mas tiveram que esperar dois meses pela votação.

Isso porque Johnson manteve a Câmara fechada para atividades legislativas por quase dois meses e também se recusou a empossar a deputada democrata Adelita Grijalva, do Arizona, durante a paralisação do governo.

Após vencer uma eleição suplementar em 23 de setembro, Grijalva havia prometido fornecer o voto crucial de número 218 para a petição referente ao projeto de lei sobre os arquivos de Epstein. Mas somente depois de tomar posse na semana passada ela pôde assinar a petição de desobstrução, garantindo a maioria necessária na Câmara, composta por 435 membros.

Rapidamente ficou evidente que o projeto de lei seria aprovado, e tanto Johnson quanto Trump começaram a ceder. No domingo, Trump disse que os republicanos deveriam votar a favor do projeto.

O deputado Thomas Massie, republicano do Kentucky e autor do projeto de lei juntamente com o deputado democrata Ro Khanna, disse que Trump "cansou de me ver ganhar. Ele queria se juntar a nós."

Mesmo com todos votando a favor da divulgação dos arquivos, os líderes republicanos descartaram a medida como uma "votação política para inglês ver", orquestrada por democratas que apenas fingiam interesse no caso Epstein na esperança de prejudicar politicamente Trump. E embora o presidente tenha afirmado que sancionaria o projeto de lei caso chegasse à sua mesa, seus defensores questionaram se o Departamento de Justiça de fato divulgaria os arquivos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT  
Data: 19/11/2025



### JORNAL O GLOBO – RJ

#### MESMO COM QUEDA DO PETRÓLEO, GASOLINA E GÁS DE COZINHA NÃO RECUAM EM 2025, MOSTRA LEVANTAMENTO

Por Ana Carolina Diniz

A trajetória de queda no preço internacional do petróleo ao longo de 2025 ainda não se traduziu em alívio para o consumidor final, especialmente gasolina e GLP (gás de cozinha). A constatação é do Boletim de Preços dos Combustíveis do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineepp), que analisou a evolução dos valores entre janeiro e outubro.



**A defasagem dos preços internos em relação aos externos na gasolina chegou a 14% — Foto: Gabriel de Paiva/ Agência O Globo**

Segundo o relatório, o barril de petróleo recuou 18,6% em dólar no período. A gasolina A comum, considerando a média de todas as refinarias, incluindo a Petrobras, registrou queda de 21,3%. Apesar disso, o preço final ao consumidor praticamente não se mexeu: passou de R\$ 6,18, em janeiro, para R\$ 6,20, em outubro, alta de 0,3%. O boletim aponta como principal motivo a disparada da margem de distribuição e

revenda, que subiu 31,3%, de R\$ 0,96 para R\$ 1,26.

Segundo o IPCA de outubro, os combustíveis tiveram alta de 0,32%. Somente o óleo diesel que caiu 0,46%. Os demais combustíveis tiveram variações positivas: etanol (0,85%), gás veicular (0,42%) e gasolina (0,29%).

O GLP também reagiu à queda do petróleo no mercado externo. O Preço de Paridade de Importação (PPI) do produto recuou 6,6% em outubro, após meses de estabilidade. Mesmo assim, não houve redução nas refinarias nem nos valores cobrados do consumidor. Ao contrário: o boletim salienta que o preço do gás de cozinha acumulou sucessivos aumentos ao longo do ano e, em outubro, ultrapassou pela primeira vez o maior patamar dos últimos cinco anos. O movimento foi puxado pelo avanço de 8,3% na margem de distribuição e revenda entre janeiro e outubro.

**Fonte: O Globo RJ**

**Data: 19/11/2025**

## **BANCO CENTRAL AFIRMA QUE LIQUIDAÇÃO DO MASTER NÃO TRAZ RISCO SISTÊMICO**

Daniel Vercaro, dono do conglomerado, e outros dirigentes do Master foram presos na operação da Polícia Federal

**Por Thaís Barcellos — Brasília**



**Sede do Banco Central do Brasil, em Brasília — Foto: Andressa Anholet / Bloomberg**

O Banco Central considera que a liquidação do Banco Master e de outras empresas do conglomerado não "traz risco de natureza sistêmica", de acordo com comunicado do Comitê de Estabilidade Financeira (Comef) desta quarta-feira.

Nesta terça-feira, o BC decretou a liquidação das instituições e afirmou que a decisão foi motivada pela "grave crise de liquidez" do banco privado e pelas

"graves violações" às normas que regem a atividade bancária.

O decreto de liquidação foi publicado em paralelo à deflagração de uma operação da Polícia Federal que apura a suspeita de "fabricação" de carteiras de crédito em transações entre o Master e o BRB, cujo impacto financeiro é calculado em R\$ 12 bilhões. Daniel Vercaro, dono do conglomerado, e outros dirigentes do Master foram presos na operação.

No comunicado do Comef, o BC repete que o grupo do Master tem "porte pequeno".

"O Banco Central decretou a liquidação extrajudicial de instituições do Conglomerado Master, classificado como de crédito diversificado, porte pequeno e enquadrado no segmento S3 da regulação prudencial. O conglomerado representa 0,57% do ativo total e 0,55% das captações totais do SFN. Tal evento não traz risco de natureza sistêmica."

O comitê decidiu manter o valor do Adicional Contracíclico de Capital Principal relativo ao Brasil (ACCPBrasil) em 0% nesta quarta-feira. O ACCPBrasil é uma parcela do capital a ser acumulada na expansão do ciclo de crédito e consumida na sua contração pelas instituições financeiras. O Comef decide seu valor considerando um conjunto de indicadores econômicos de forma não mecânica e a utilização de outros instrumentos de estabilidade financeira.

No comunicado, o BC justificou que o sistema financeiro brasileiro está preparado para enfrentar a materialização de risco de crédito. Segundo o órgão, as reservas para perdas de crédito e os níveis de liquidez e de capital dos bancos se mantêm adequados. Além disso, o BC afirmou que, diante da reduzida exposição cambial e da pequena dependência de financiamento externo, a exposição do sistema a flutuações financeiras originadas no exterior é baixa.

Em relação ao mercado de crédito, o Comef afirmou que continua em trajetória de desaceleração tanto no sistema financeiro quanto no mercado de capitais, em linha com a moderação da atividade econômica. Mas ponderou que o ritmo de crescimento do crédito "segue historicamente elevado".

"Na visão do Comitê, o cenário, caracterizado por taxa básica de juros contracionista e pelos níveis atuais de inadimplência, comprometimento de renda e endividamento das famílias, bem como pelo endividamento das empresas, requer cautela e diligência adicionais na concessão de crédito, tanto na qualidade dos empréstimos quanto no apetite ao risco."

O Comef recomendou ainda que as entidades supervisionadas persistam com a política de gestão prudente de capital e de liquidez "em virtude das incertezas econômicas e da conjuntura". O comitê disse que acompanha com "atenção particular" no âmbito internacional as consequências da trajetória das políticas monetária e fiscal das economias avançadas, do reposicionamento das políticas comerciais, dos movimentos de reprecificação de ativos financeiros globais e dos eventos geopolíticos.

**Fonte: O Globo RJ**  
**Data: 19/11/2025**

## COM GREVE DE PILOTOS NO CHILE, LATAM ESTENDE GRADE DE VOOS SUSPENSOS ATÉ 24 DE NOVEMBRO

Os profissionais iniciaram a paralisação no dia 12, quando a empresa anunciou o cancelamento de 173 voos em uma semana. Não há alteração nos voos entre o país e o Brasil

**Por O Globo, com agências internacionais — Rio**



***Latam estende grade de voos suspenso devido a uma greve de pilotos no Chile: linhas do país para o Brasil não são afetadas — Foto: Divulgação***

Como greve de pilotos convocada por um sindicato chileno continua, a Latam Airlines estendeu o cronograma que prevê cancelamentos de voos até a próxima segunda-feira, dia 24 de novembro.

No último dia 12, quando os profissionais do Chile iniciaram uma greve reivindicando melhorias salariais, a empresa aérea anunciou a suspensão de 173 voos que estavam programados até a última segunda-feira. A estimativa era de que 20 mil passageiros pudessem ser impactados.



Como a paralisação dos pilotos continua, o cronograma de voos reajustado foi mantido. A Latam, porém, não informou quantos foram cancelados nem o número de passageiros que serão afetados pela prorrogação da medida por mais uma semana. Mas afirmou que não há alteração entre os voos operados entre o Brasil e o Chile.

A quase totalidade desses viajantes impactados pelas medidas adotadas pela companhia para o período da greve dos pilotos, diz a Latam, terá uma solução de voo dentro de uma janela de 24 horas. Passageiros que não forem atendidos pelo cronograma implementado poderão alterar data ou voo de suas viagens sem cobrança adicional. Outra opção será pedir o reembolso integral do valor do bilhete.

A maioria dos cancelamentos de voos está concentrada em trechos nacionais, portando dentro do Chile, segundo uma pessoa próxima às negociações ouvida pela agência AFP.

### **Mudança trazida pela pandemia**

A greve teve início no último dia 12, após aprovação em assembleia do Sindicato de Pilotos da Latam (SPL). Os profissionais reivindicam a retomada dos salários anteriores à pandemia. No período da Covid-19, os valores foram reduzidos com o objetivo de manter as operações em um momento em que a aviação parou globalmente.

Esse sindicato representa perto de 500 dos 900 pilotos que integram o quadro de funcionários da companhia. Maior aérea da América do Sul, a Latam tem uma frota de mais de 350 aviões e 39 mil trabalhadores.

**Fonte: O Globo RJ**

**Data: 19/11/2025**

## **BALANÇA COMERCIAL FORTE NÃO REDUZ URGÊNCIA DE ACORDO COM OS EUA, ALERTA ECONOMISTA DA FGV**

**Por Luciana Casemiro**



**Navio no Porto do Rio: balança comercial tem superávit em outubro, apesar do tarifaço — Foto: Dado Galdieri/Bloomberg**

A balança comercial brasileira vai bem, obrigada. Em outubro, registrou superávit de US\$ 7 bilhões — um aumento de US\$ 2,9 bilhões em relação ao mesmo mês de 2024. As exportações cresceram 9,1% em valor e as importações recuaram 0,8%. No acumulado do ano até outubro, o saldo chega a US\$ 52,4 bilhões. Apesar dos bons resultados apresentados pelo Indicador de Comércio Exterior

(Icomex) da FGV Rio, divulgado nesta quarta-feira, isso não reduz a urgência das negociações entre Brasil e Estados Unidos sobre os tarifas, afirma a economista Lia Valls, responsável pelo estudo.

O motivo, explica ela, é que o Brasil está ficando para trás. Os EUA já fecharam acordos com Malásia, Camboja, Tailândia, Vietnã, Coreia do Sul, Japão, Suíça, União Europeia, El Salvador, Guatemala, Equador e Argentina — e esses novos pactos podem se tornar barreiras futuras para os produtos brasileiros, mesmo após eventual retirada das tarifas.

Exportadores de café, por exemplo, temem perder mercado nos EUA mesmo se as tarifas forem suspensas, caso o processo demore. Como já relatado aqui no blog, há receio de que, com o café brasileiro mais tempo fora do blend que chega à mesa do consumidor americano, ocorra uma mudança de paladar.



Na semana passada, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, eliminou as chamadas tarifas recíprocas para carne bovina, tomate, café, banana, açaí e outros produtos agrícolas. No caso do Brasil, porém, as tarifas recíprocas aplicadas desde abril era de 10%, foi esse o percentual retirado. Já sobretaxa de 40% anunciada em julho não foi alterada. O alívio anunciado por Trump, em alguns casos, até piorou a situação dos exportadores brasileiros, já que para outros países a suspensão da tarifa recíproca levou à eliminação completa da tarifa.

— O café é o caso mais claro de risco de perda de mercado, mas isso pode ocorrer com outros produtos, como frutas. Se os Estados Unidos passarem a comprar mais de outros fornecedores, esses novos laços podem reduzir o espaço dos produtores brasileiros. No médio prazo, há também o risco de que multinacionais americanas instaladas aqui, que enviam peças e componentes para filiais nos EUA, passem a investir mais em outros países caso as tarifas permaneçam elevadas. Mas esperamos que as negociações avancem — afirma Lia, que é professora da UERJ.

Na semana passada, o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, se reuniu com o secretário de Estado americano, Marco Rubio, para tratar da taxa de imposto aos produtos brasileiros. Após o encontro, o embaixador afirmou que Rubio relatou que tinha estado com Trump pouco antes e que o presidente americano demonstrou interesse em resolver rapidamente a questão. A expectativa era de uma resposta americana ainda esta semana, mas até agora não houve novidades.

Havia ainda a preocupação, entre alguns analistas, de que o Mercosul pudesse dificultar um acordo bilateral Brasil-EUA. Lia Valls, porém, descarta esse risco:

— Acho que o Mercosul não deve ser um entrave. A Argentina já fechou um acordo com os Estados Unidos. Além disso, não houve articulação para uma negociação conjunta, até porque, as tarifas atingiram os países do bloco de maneiras diferentes. Por isso, não vejo o Mercosul travando as conversas entre Brasil e Estados Unidos — afirma.

Agora é esperar os próximos capítulos das tratativas entre os governos brasileiros, que parecem agora caminhar na direção correta, mas com uma velocidade aquém da que gostariam os produtores brasileiros.

Os termos dos acordos firmados pelos EUA variam, mas todos buscam ampliar o acesso de produtos e serviços americanos aos mercados parceiros. Em alguns casos, como no Vietnã, a abertura foi plena. Compromissos envolvendo não tributação de plataformas digitais, proteção à propriedade intelectual, terras raras, investimentos em solo americano e cláusulas de segurança econômica — como não firmar acordos com países que possam ameaçar interesses dos EUA — aparecem nos diferentes modelos.

**Fonte: O Globo RJ**  
**Data: 19/11/2025**

## IBANEIS INDICA EX-PRESIDENTE DA CAIXA PARA O BRB E RECUA DE NOMEAÇÃO DE EX-SUPERINTENDENTE DE BANCO PÚBLICO

Nelson de Souza foi escolhido em meio à crise provocada pela liquidação do Banco Master

**Por Geralda Doca — Brasília**

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, indicou para a presidência do Banco de Brasília (BRB) Nelson de Souza, ex-presidente da Caixa Econômica Federal. Ele assume a vaga de Paulo Henrique Costa, que comandava a instituição desde 2019 e foi afastado no cargo por decisão judicial, no bojo da Operação Compliance Zero da Polícia Federal, que resultou na prisão do dono do banco Master, Daniel Vercaro.

Nesta terça-feira, a assessoria do governador havia informado que o BRB seria comandado por Celso Eloi Cavalheiro, superintendente da Caixa em Brasília, que será apenas diretor da instituição.



**Governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo**

Em nota divulgada, nesta quarta-feira, assessoria do GDF diz que o nome de Nelson foi privilegiado devido ao perfil técnico.

"O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, indicou Nelson Souza para assumir a Presidência do Banco de Brasília (BRB). A escolha do ex-presidente da Caixa Econômica Federal (CEF) para o cargo tem um caráter técnico, pois o escolhido conta com mais de 45

anos de experiência no setor financeiro e bancário", diz a nota do governo do DF.

A gestão de Ibaneis diz ainda que Souza "encaminhará os documentos necessários ao Banco Central. Depois disso, o nome dele ainda precisa ser aprovado na Câmara Legislativa do Distrito Federal".

Souza atuava como vice-presidente da Elo Cartões desde o ano passado e comandou em parte do governo Michel Temer. Também presidiu a Brasilcap Capitalização S.A. (2021-2024), o Conselho de Administração do BRB (2020) e o Banco do Nordeste (BNB) entre 2014 e 2015.

Graduado em Consultoria Empresarial pela Universidade de Brasília (UnB), o futuro presidente do BRB tem MBA em Administração e Marketing pelo Instituto de Estudos Empresariais do Rio de Janeiro. Souza também tem graduação em Letras pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e em Psicologia pela Faculdade Santo Agostinho (PI).

### **Suspeita de fraude**

Documentos internos da área de Supervisão do Banco Central (BC) apontam que o BRB teve que fazer "registros contábeis sem respaldo documental" para se enquadrar em regras do setor financeiro, após comprar carteiras de crédito do Master.

A Polícia Federal (PF) investiga suspeitas de irregularidades na venda pelo Master — cujo presidente, Daniel Vorcaro, foi preso na segunda-feira — para a instituição financeira estatal controlada pelo governo do Distrito Federal.

Apenas entre julho de 2024 e outubro de 2025, foram transferidos ao grupo Master o correspondente a 16,7 bilhões pelo BRB, de acordo com investigadores.

A área técnica do Banco Central apontou, em documentos internos, que o "elevado apetite por aquisições" gerou impactos operacionais na estatal.

Todos os bancos precisam manter uma certa quantidade de capital próprio para cobrir os riscos que eles assumem ao emprestar dinheiro. Isso é medido por um índice, que varia conforme o porte da instituição, mas que precisa ser seguido pelos bancos.

Os técnicos do BC constaram, porém, que os índices do BRB já vinham perto do limite mínimo, principalmente em decorrência da aquisição dos ativos do Master, e passaram a ser negativos no início deste ano, em janeiro e fevereiro de 2025.

**Fonte: O Globo RJ**  
**Data: 19/11/2025**

**BNDES ABRE NOVA CONSULTA DE CRÉDITO PARA EXPORTADORES AFETADOS PELO TARIFAÇÃO**

Com novas regras, Plano Brasil Soberano passa a atender empresas e fornecedores com impacto a partir de 1% no faturamento por política comercial dos EUA

**Por Glaucete Cavalcanti — Rio**



**Plano Brasil Soberano, que apoia exportadores impactados pelo tarifaço de Trump, é ampliado a mais empresas e a fornecedores — Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil**

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vai abrir na sexta-feira, 21 de novembro, uma nova consulta para empresas exportadoras e fornecedores impactados pelo tarifaço de Donald Trump. São elegíveis aquelas que registram um efeito equivalente a ao menos 1% do faturamento vindo da política comercial dos Estados Unidos.

O processo permite que essas empresas verifiquem se podem acessar o crédito oferecido pelo Plano Brasil Soberano, que passa a operar com novas regras, ampliando o escopo de negócios que podem ser apoiadas por esse programa do banco de fomento.

No último dia 13, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou que exportadores e fornecedores do setor elegíveis ao crédito tenham tido impacto de ao menos 1% de seu faturamento para acessar o Brasil Soberano. Antes, a base era de ao menos 5%. Outra novidade é a extensão desse financiamento a fornecedores do setor exportador.

“Por determinação do presidente Lula, o BNDES tem atuado para mitigar os impactos do tarifaço do governo Trump na economia brasileira, protegendo nossas empresas e os empregos. Foram aprovados mais de R\$ 7,7 bilhões em crédito no âmbito do Plano Brasil Soberano”, afirma o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante.

**Fonte: O Globo RJ**

**Data: 19/11/2025**

## O ESTADO DE S. PAULO

### O ESTADO DE SÃO PAULO SP

#### VALE TESTA BIODIESEL B30 E B50 EM CAMINHÕES FORA DE ESTRADA

Expectativa é de redução de até 35% das emissões; veículo elétrico também está em teste

**Por Juliana Garçon**



**A empresa busca viabilizar o aumento da mistura de biodiesel dos atuais 15% para 30% a 50%. Foto: Daniel Teixeira/Estadão - 24/10/2023**

Rio – A Vale iniciou testes de campo em Mariana (MG) com caminhões fora de estrada usando o combustível B30 (diesel com 30% de biodiesel) e o B50 (50%), que podem reduzir as emissões em até 35% na comparação com o consumo atual de diesel pela mineradora no País. Também começou uma nova etapa de avaliações de um caminhão fora de estrada elétrico, informou a companhia.



A empresa busca viabilizar o aumento da mistura de biodiesel dos atuais 15%, fixado pela legislação brasileira, para 30% a 50%. Ensaios em laboratório, realizados desde 2023, demonstraram que a alternativa é promissora, o que levou a Vale a avançar, em novembro, para os testes em campo no Complexo de Mariana, com veículos com capacidade de 190 toneladas.

O objetivo dos testes é monitorar o desempenho dos caminhões por pelo menos seis meses e avaliar quais adaptações serão necessárias no veículo ou no combustível para que possam rodar com a mistura de biodiesel mais elevada, mantendo rendimento próximo ao atual.

“Para mitigar o consumo de diesel fóssil na frota de caminhões fora de estrada, estão sendo priorizados investimentos em biocombustíveis e etanol, além da adoção de eletrificação em aplicações específicas, onde a análise de viabilidade técnica e econômica demonstra maior eficiência”, disse o vice-presidente executivo de Operações da empresa, Carlos Medeiros. “O biodiesel, após validação dos parâmetros de desempenho, tem potencial para promover ganhos ambientais relevantes e servir de referência para a adoção em larga escala no setor.”

### **Empresa assinou acordos com dois fornecedores**

A Vale assinou acordos com dois fornecedores de caminhões fora de estrada para desenvolver motores bicompostíveis movidos a etanol e diesel. Tanto o biodiesel, produzido principalmente a partir de óleo de soja, como o etanol são produtos nos quais o Brasil oferece uma grande vantagem competitiva, enfatiza a Vale.

A companhia estabeleceu a meta de reduzir suas emissões de carbono de escopos 1 e 2 (diretas e indiretas) em 33% até 2030 e de zerar suas emissões líquidas até 2050. Até 2024, a empresa já investiu R\$ 7,4 bilhões para atingir suas metas.

A Vale iniciou também uma nova etapa de testes de um caminhão fora de estrada elétrico movido à bateria, com capacidade de carga de 72 toneladas, avaliado pela primeira vez em 2022. Após a fase inicial, o veículo passou por ajustes e, neste mês, voltou à Vale para nova rodada de avaliações.

O veículo será usado por pelo menos seis meses na mina de Capão Xavier, em Minas Gerais. Os caminhões elétricos oferecem emissão zero de dióxido de carbono e redução de ruído. “Vemos a eletrificação como uma solução com potencial para reduzir emissões de carbono a longo prazo”, afirma João Turchetti, diretor de Descarbonização.

**Fonte: O Estado de São Paulo SP**

**Data: 19/11/2025**

## **DISTRIBUIDORAS DE COMBUSTÍVEIS APURAM ALTA EM VOLUMES COMERCIALIZADOS APÓS CARBONO OCULTO**

Companhias listadas relataram melhora do ambiente concorrencial a partir de setembro

**Por Talita Nascimento (Broadcast)**



***Companhias apontam mudança para cima na tendência de volumes, que deve se manter daqui para frente Foto: Felipe Rau/Estadão - 16/08/2023***

As três distribuidoras de combustíveis de empresas listadas na B3 relataram melhora do ambiente concorrencial no mês de setembro, após a Operação Carbono Oculto, realizada em agosto pela Receita Federal e pelo Ministério Público de São Paulo (MPSP), com apoio da Polícia Federal. A iniciativa, que mirou 18 distribuidoras com cerca de 4% do mercado, já mostrou diferença em volumes



comercializados pelos postos BR, da Vibra; Ipiranga, da Ultrapar; e Shell, da Raízen. A expectativa é de que o quarto trimestre dê continuidade a um movimento de alta de volumes para essas companhias, conforme o que era comercializado de forma irregular passe para essas empresas.

Ao avaliar o ganho de volume no terceiro trimestre, o desempenho narrado pelas distribuidoras não fica tão claro. Na Vibra, a distribuição de combustíveis apresentou queda de 1,4% no terceiro trimestre frente ao mesmo período de 2024. Na Ipiranga, houve ganho de 1%, enquanto na Raízen a distribuição cresceu 6,5%. O que as administrações das companhias deixam claro é que a tendência dos volumes mudou desde setembro e deve se manter daqui para frente.

Em conversas com investidores nesta segunda-feira, 17, a Raízen sinalizou que projeta um cenário mais favorável para volumes no segmento Mobilidade Brasil a partir do avanço das investigações sobre irregularidades no mercado de combustíveis, que ganharam força com a Carbono Oculto. Segundo o CEO Nelson Gomes, a normalização competitiva deve devolver parte da demanda que havia migrado para os irregulares nos últimos anos.

“A Carbono Oculto devolveu uma dinâmica mais séria e mais justa para o mercado de combustíveis brasileiro”, afirmou. Ele destacou que os volumes tomados por práticas irregulares tendem a voltar ao longo dos próximos meses. “Estamos bastante construtivos daqui para frente, no sentido de começar a recuperar parte desse volume que foi para o mercado irregular ao longo desses anos”, disse o executivo.

### **Ambiente tem nítidas melhoras**

O CEO da Vibra, Ernesto Pousada, por sua vez, disse na última semana que o ambiente regulatório tem nítidas melhoras no setor e que a empresa deve capturar as oportunidades que surgem com essa evolução. “Estamos vendo um mercado forte em volume no último trimestre. Esperamos um quarto trimestre com volumes bons comparados com os números de outros quartos trimestres. Esperamos também melhoria de margem em relação ao terceiro trimestre”, afirmou o executivo.

Para ele, com mudanças na regulamentação dos Cbios (créditos de descarbonização do RenovaBio, programa que foi endurecido nesse ano), monofasia do etanol e operação Carbono Oculto, o Brasil atingiu um ponto sem retorno do ponto de vista da regulamentação. “O País se posicionou de maneira diferenciada contra irregularidades que aconteciam nesse setor”, disse. Monofasia é a concentração da cobrança de impostos em uma única etapa da cadeia produtiva, geralmente na usina.

No mesmo sentido, o CEO da Ipiranga, subsidiária da Ultrapar, Leonardo Linden, disse que a Operação Carbono Oculto tem sido um movimento muito positivo para o setor. Ele pondera, no entanto, que a questão ainda não se encerrou: “Investigações precisam seguir”, disse. Para ele, projetos de lei como os do Devedor Contumaz e da Monofasia da Nafta precisam avançar no Congresso, para que o ambiente concorrencial siga avançando. “O cenário é positivo, mas não encerra a conta”, disse.

Ele afirma que desde a segunda quinzena de agosto, quando foi deflagrada a Carbono Oculto, a empresa tem visto uma reação rápida de volume. “Volume tem reagido rapidamente, especialmente no Rio de Janeiro e São Paulo, mercados em que a Carbono Oculto atuou. As margens estão em recuperação natural”, disse.

### **Com a palavra, os analistas**

A Ativa avaliou que tanto a sazonalidade como efeitos da Carbono Oculto podem ter apoiado os resultados da Ultrapar nesse último trimestre. Enquanto a XP considerou encorajadoras as sinalizações para o quarto trimestre da Vibra, com destaque para os efeitos da Carbono Oculto, além do avanço do projeto de lei do Devedor Contumaz e da extensão de leis de responsabilidade tributária solidária a São Paulo, Bahia e Minas Gerais, que também fortalecem as grandes distribuidoras no ambiente concorrencial.

**Fonte: O Estado de São Paulo SP**

**Data: 19/11/2025**

### INSTRUMENTOS FINANCEIROS GERAM VALOR A PARTIR DA BIOECONOMIA NA AMAZÔNIA

Por meio de linhas de crédito, garantias e novos instrumentos financeiros, Banco da Amazônia fomenta negócios que preservam e regeneram o bioma

***Por Banco da Amazônia e Estadão Blue Studio***

A Amazônia, com sua biodiversidade única, é um território natural para a agenda que está em debate na COP-30, em Belém (PA). Isso porque, após o território ter sido tratado como patrimônio natural baseado na extração por décadas, ele começa a ser reconhecido como um ativo econômico estratégico.

O extrativismo passou a ganhar valor agregado e a biodiversidade, do carbono armazenado e dos saberes tradicionais, virou finanças sustentáveis. Como reflexo desse novo paradigma, a bioeconomia movimentou bilhões de reais em produtos, serviços e tecnologias que têm origem na floresta.

Para contribuir com esse movimento, o banco cria instrumentos que transformam preservação em prosperidade – mecanismos que fazem da floresta em pé uma verdadeira moeda do futuro. Por meio de linhas de crédito, garantias e novos instrumentos financeiros, o banco fomenta negócios que preservam e regeneram o bioma, transformando o capital em ferramenta de impacto positivo.

“A floresta em pé tem valor econômico, social e ambiental. O papel do crédito é transformar esse valor em oportunidade real para quem vive na Amazônia”, afirma Luiz Lessa, presidente do Banco da Amazônia.



***Vista aérea dos rios da floresta Amazônia.  
Foto: Banco de imagem do Banco da Amazônia***

Com parcerias internacionais com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) e a Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (Alide), a instituição está abrindo caminhos para o capital global investir na floresta com segurança e impacto mensurável.

O Banco da Amazônia adota metodologias de avaliação de impacto que mensuram não só o retorno financeiro, mas também indicadores de preservação, inclusão e redução de emissões. Essas métricas seguem padrões internacionais, como as normas IFRS S1 e S2, e garantem que cada real aplicado tenha rastreabilidade e transparência. O resultado é um modelo de governança que fortalece a confiança de investidores e demonstra que a Amazônia pode ser, ao mesmo tempo, rentável e regenerativa.

Para Fábio Maeda, diretor de Riscos e Controle do banco, as medidas da instituição seguem a mesma direção da busca mundial de empresas e governos para compensar emissões, financiar restauração e investir em cadeias produtivas sustentáveis. “Estamos criando os alicerces de uma economia que transforma carbono, biodiversidade e conhecimento tradicional em valor financeiro e social”, destaca Maeda.

### Os novos instrumentos da economia verde

Para transformar o potencial da Amazônia em resultado, o banco tem desenvolvido mecanismos financeiros de nova geração, alinhados às melhores práticas internacionais.

### Entre eles, estão:

- CPR Verde (Cédula de Produto Rural Verde) – instrumento que remunera produtores que adotam práticas sustentáveis, como reflorestamento, agrofloresta e manejo de baixo carbono.
- Amazon Bond (título verde em estudo) – captação de recursos internacionais para financiar projetos de bioeconomia, energia limpa e infraestrutura verde na região.
- Linhas de crédito para bioinovação – financiamento de startups e empreendimentos de base florestal, com foco em biocosméticos, alimentos funcionais e insumos de origem natural.

Esses instrumentos formam o que o banco chama de “ecossistema de finanças sustentáveis da Amazônia” – um conjunto de soluções que conectam investidores, produtores e comunidades, criando um círculo de desenvolvimento.

**Fonte: O Estado de São Paulo SP**

**Data: 19/11/2025**



### VALOR ECONÔMICO (SP)

## AXIA ENERGIA ENTRA EM FASE DE CRESCIMENTO E PODE AVALIAR PARCERIAS PARA MEGA LEILÕES

Maior elétrica da América Latina anunciou no mês passado a mudança de sua marca, abandonando o nome “Eletrobras” após três anos da privatização

**Por Letícia Fucuchima, Em Reuters — São Paulo**



**Usina de Tucuruí — Foto: Acervo Eletrobras**

A Axia Energia está em uma nova fase de crescimento que envolverá participação ativa em leilões do setor elétrico brasileiro, que poderá incluir parcerias para disputar mega projetos de linhas de transmissão, disse em entrevista à Reuters o CEO, Ivan Monteiro.

A maior elétrica da América Latina anunciou no mês passado a mudança de sua marca, abandonando o nome “Eletrobras” após três anos da privatização e do início de um longo processo de arrumação de casa, que passou por redução de custos e contingências, vendas e descruzamento de ativos, além da finalização de importantes obras inacabadas, como o linha Manaus-Boa Vista.

Esse trabalho proporcionou uma diminuição de riscos e incertezas associados à Axia, o que abriu caminho para uma distribuição recorde de dividendos e novas apostas de crescimento para o futuro, disse Monteiro.

Segundo CEO, a companhia continuará trabalhando em frentes como a eficiência dos custos com pessoal, material, serviços de terceiros e outros (“PMSO”) e diminuição do passivo bilionário do empréstimo compulsório, mas essa agenda passará a dividir espaço com as oportunidades de expansão dos negócios.



### Leilões de transmissão de energia em 2026

Entre os planos de crescimento, um dos destaques são os leilões de transmissão de energia, que a partir de 2026 deverão voltar a oferecer mega projetos, de dezenas de bilhões de reais em investimentos, a empreendedores como a Axia, hoje a maior transmissora de energia do Brasil.

A companhia olhará “com muito carinho” os certames da área e poderá analisar eventuais parcerias para disputar empreendimentos como o novo bipolo previsto pelo governo, com 2,5 mil km de linhas em corrente contínua interligando Nordeste e Sul, obra que deverá demandar R\$ 26,5 bilhões em investimentos.

“Quando você tem projetos com Capex (investimento) muito elevado, é natural que você fique inclinado a fazer parcerias”, disse o CEO da Axia, ponderando que essa alternativa ainda não foi discutida internamente ou com o conselho de administração.

“Trago um paralelo com o setor de óleo e gás. Naqueles campos que se mostram potencialmente atrativos para serem desenvolvidos, mesmo as gigantes fazem consórcio (...) porque o investimento é muito alto. Uma linha de transmissão não é diferente”, apontou o executivo, que foi conselheiro e presidente da Petrobras.

Ele explicou que disputar sem parcerias um projeto desse tamanho “elevaria muito o endividamento”, enquanto o retorno seria visto somente após alguns anos. Monteiro não mencionou eventuais parceiros. O Brasil tem entre os operadores de mega linhas empresas como a chinesa State Grid.

Os investimentos da Axia devem alcançar R\$ 10 bilhões neste ano, e a expectativa é de continuar crescendo esse patamar, apontou. A companhia já detém atualmente 74 mil km de linhas de transmissão, além de ser a maior geradora de energia do país, com mais de 40 gigawatts (GW) majoritariamente hidrelétricos.

Para os próximos anos, o segmento de transmissão poderá continuar gerando oportunidades. O governo estuda licitar mais R\$ 40 bilhões em obras de transmissão em 2027, em um esforço para melhorar o escoamento de energia pelo país em meio ao crescimento da oferta eólica e solar, principalmente no Nordeste.

A Axia também deve participar do certame marcado para março para contratar potência para o sistema elétrico com projetos de ampliação de suas hidrelétricas, e está estudando as baterias, que com certeza integrarão “o futuro” do setor, afirmou Monteiro.

A elétrica seguirá aumentando os aportes bilionários em seus próprios ativos, com modernizações, reforços e melhorias para ampliar a confiabilidade e a disponibilidade de instalações de transmissão de energia e geradoras, uma aposta que traz “retorno com baixíssimo risco”, de acordo com o CEO.

Em paralelo, a administração trabalha em “opcionalidades”, negócios que podem ocorrer se fizerem sentido para a companhia, como eventual aquisição de projetos de geração renovável. “Não tem nada (de aquisição) no ‘pipeline’ no momento, pelo contrário, a gente ainda tem alguns descruzamentos (de participações acionárias). Mas é algo que ao longo de 2026 vamos olhar com certeza, muito mais focado no solar.”

A empresa se concentrou nos últimos anos em melhorar a atuação junto ao mercado livre de energia, ampliando sua carteira de consumidores de grande a pequeno porte, e busca se posicionar agora como uma provedora de soluções de energia.

### Data centers, hidrogênio verde e eletrificação

Entram nessa área iniciativas para atender os novos “drivers” de demanda do setor elétrico que começam a se desenvolver no Brasil, com projetos de data centers, hidrogênio verde e eletrificação de processos industriais.

No caso dos data centers, a Axia está prestando assessoria técnica para projetos e tem memorandos de entendimento assinados para parcerias “em diferentes estágios”, apontou o CEO. A companhia deu início a processos junto ao governo para dois projetos de data centers, um em Campinas (SP) e outro em Canindé do São Francisco (SE), segundo informações de uma plataforma do Ministério de Minas e Energia.

“Somos muito procurados sobre a nossa visão, tentamos prestar assessoria não só de fornecedor de energia, mas sobre as instalações, o melhor local para você colocar o data center em termos de terreno, acesso à rede. Estamos olhando com muita atenção para esse segmento.”

Monteiro ressaltou ainda os esforços da companhia em desenvolver o que ele chamou de “funding intelectual”, para se preparar para as profundas transformações do setor elétrico brasileiro, com entrada cada vez maior de energia renovável, sistemas distribuídos de geração e abertura total do mercado livre.

**Fonte: Valor Econômico SP**

**Data: 19/11/2025**

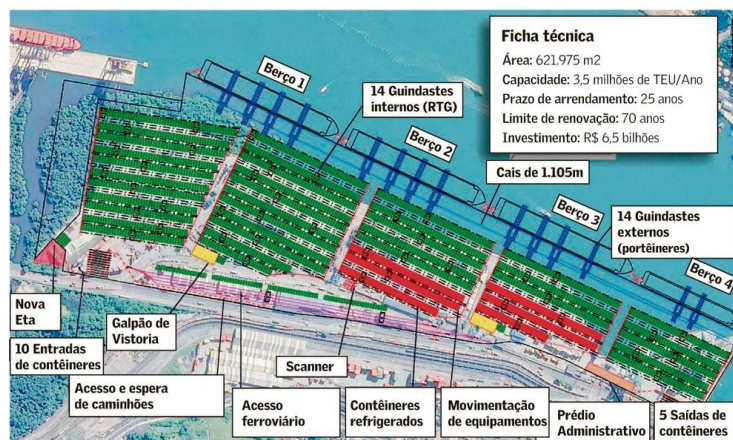
## LEILÃO DO TECON SANTOS 10 ABRE DIVERGÊNCIA NO TCU, E VOTAÇÃO É ADIADA

Ministro relator, Antonio Anastasia votou pela concorrência em uma única fase, mas outros membros defenderam o modelo com duas etapas

**Por Taís Hirata — De São Paulo**

### Tecon Santos 10

Novo terminal dobrará movimentação de contêineres no Porto de Santos (SP)



A controvérsia em torno da licitação do megaterminal de contêineres no Porto de Santos, o Tecon Santos 10, se refletiu na votação do plenário do Tribunal de Contas da União (TCU). Na discussão sobre como ficará a regra de concorrência do leilão, realizada em sessão extraordinária na tarde de terça-feira (18), vieram à tona posições divergentes: enquanto o ministro relator, Antonio Anastasia, defendeu a concorrência em uma única fase, sem restrições para a participação de empresas, o ministro Bruno Dantas votou pela competição em duas etapas, em que empresas de navegação não poderiam

participar na primeira rodada da disputa.

Em meio à votação, o ministro Augusto Nardes disse que precisaria analisar melhor alguns aspectos e pediu vista, com suspensão por 15 dias. Com isso, a discussão deverá ser retomada daqui a duas semanas, no dia 8 de dezembro.

Embora a votação tenha sido suspensa, ao menos dois ministros já demonstraram alinhamento com Dantas. O próprio Nardes, antes da leitura do relatório, já tinha sinalizado concordância com o voto, embora depois tenha feito o pedido de vista. O ministro Walton Alencar também antecipou, oficialmente, o voto favorável à proposta em duas etapas. Além disso, o ministro Jorge Oliveira sinalizou que ele “muito provavelmente” vai convergir com essa posição.

Com isso, fontes do setor portuário veem um cenário positivo para a manutenção da licitação em duas fases, com restrições para que Maersk e MSC disputem a primeira etapa da disputa. As duas gigantes globais de navegação, que são sócias do Brasil Terminal Portuário (BTP) em Santos, estão entre os maiores interessados do terminal e têm defendido o modelo de leilão em uma fase, sem limitação de concorrência.

O projeto, que o governo planeja licitar em 2026, deverá contratar R\$ 6,5 bilhões em investimentos. A licitação é vista com grande expectativa pelo mercado, e a regra sobre quem poderá disputar o contrato tem sido alvo de forte disputa entre empresas privadas nos bastidores. Além de Maersk e MSC, há diversas companhias nacionais e estrangeiras interessadas em entrar no porto.

A votação do TCU tem sido vista como decisiva. Em junho, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) definiu a realização do leilão em duas fases, em que todos os grupos que já operam contêineres no porto de Santos ficariam de fora da primeira rodada - o que barraria Maersk, MSC, CMA CGM (dona da Santos Brasil) e a DP World. Estas companhias só poderiam disputar em uma segunda fase da licitação, caso a primeira não atraísse interessados, cenário considerado remoto. O Ministério de Portos tem apoiado a agência, no entanto, a avaliação é que dificilmente o governo irá contra a determinação do TCU.

No relatório de Anastasia, ele defendeu a licitação única e aberta a todos os grupos, com a condição de que, caso um atual dono de terminal vença a disputa, este terá que fazer o desinvestimento do ativo existente.

A hipótese, que já tinha sido defendida pela Seae (Subsecretaria de Acompanhamento Econômico e Regulação), do Ministério da Fazenda, e pela área técnica do TCU, agrada a Maersk e a MSC, segundo fontes, dado que as empresas têm planos de desfazer a sociedade no BTP, e o Tecon 10 seria uma forma de viabilizar a separação.

Segundo Anastasia, essa possibilidade de desinvestimento já está prevista no próprio modelo da Antaq, que previu a exigência de desinvestimento caso algum operador do porto vencesse na segunda etapa da licitação. "Me parece que a autarquia, ao não acolher o desinvestimento na primeira fase, ela fere legislação de isonomia", defendeu o ministro relator do caso.

### ***O governo federal tem corrido para fazer em 2026 a licitação do megaterminal***

Já o voto revisor do ministro Dantas foi em outra direção. Ele defendeu a realização da licitação em duas fases, tal como inicialmente previsto pela Antaq. Porém, com a diferença de que na primeira etapa se dê não para todos os operadores de contêineres do porto, mas apenas aos armadores - o que recairia sobre Maersk, MSC e CMA CGM.

O motivo dessa exclusão seria impedir a verticalização completa das empresas de navegação no porto de Santos. "Os armadores que têm terminais não ganham só com tarifas, eles ganham com a exclusão de outros armadores que poderiam ter linhas marítimas para aquele mesmo porto", disse, em seu voto no plenário.

Dantas afirmou ainda que, caso uma empresa de navegação fique com o Tecon 10, o Brasil "estará condenado pelos próximos 70 anos a ter quatro armadores fazendo o transporte marítimo no Porto de Santos". Ele citou a compra do terminal Santos Brasil, concluída neste ano, pela empresa de navegação CMA CGM, que elevou a preocupação quanto ao tema em Santos.

O ministro também disse que não há ilegalidade na decisão da Antaq, o que impediria o tribunal de reverter a modelagem proposta pela agência reguladora, que é quem tem a competência legal para decidir sobre o tema.

Após as colocações de Dantas, Anastasia retomou a palavra e rebateu os argumentos. O relator disse que o tema da verticalização já havia sido afastado inclusive pela Antaq na análise do leilão do Tecon 10. Ele citou uma nota técnica em que a agência reguladora afirma expressamente que não identificou riscos de mercado relevantes caso os armadores participem da disputa. O órgão disse ainda que esses riscos podem ser limitados e mitigados.

O relator disse ainda que os terminais bandeira branca, não controlados por empresas de navegação, poderiam da mesma forma firmar acordos com armadores, gerando limitação para a entrada de outras empresas.

O governo federal tem corrido para fazer em 2026 a licitação do megaterminal, que deverá ter área de 622 mil m<sup>2</sup> na região do Saboó, na margem direita do porto. O contrato deverá ter 25 anos de duração, com possibilidade de renovação até 70 anos. Com quatro berços de atracação programados, a capacidade de movimentação prevista deverá chegar a 3,5 milhões de TEUs (medida equivalente a contêineres de 20 pés) por ano.

Fonte: *Valor Econômico SP*

Data: 19/11/2025

## portosenavios

### PORTAL PORTOS E NAVIOS

#### ALIANÇA SE APROXIMA DOS 50% DE REDUÇÃO DAS EMISSÕES DE CO<sub>2</sub>

Por Danilo Oliveira Navegação 19/11/2025 - 22:07



Empresa vem implementando tecnologias como o abastecimento de energia em terra para navios enquanto estão atracados. Meta do grupo Maersk é alcançar Net Zero até 2040

A Aliança Navegação e Logística estima já ter reduzido as emissões de CO<sub>2</sub> em mais de 46% desde 2008. A empresa afirma estar comprometida com as metas globais da agenda de descarbonização do grupo Maersk que visam diminuição de 60% até 2030 e alcançar emissões líquidas zero (Net Zero) até 2040. A CEO da Aliança, Luiza Bublitz, destacou que a empresa

já vem implementando tecnologias, como o uso de energia elétrica de terra (AMP), que permite desligar os motores dos navios quando atracados, reduzindo emissões e ruídos nos portos.

“Temos investido continuamente na renovação e modernização da frota, em soluções digitais que aumentam a eficiência operacional e em iniciativas de descarbonização — como o uso de energia elétrica de terra e a integração com cadeias logísticas multimodais mais sustentáveis”, elencou a executiva.

A empresa também implementou uma calculadora de emissões, ferramenta virtual que estima as emissões de CO<sub>2</sub>e (dióxido de carbono equivalente) por contêiner nas rotas atendidas por sua frota de cabotagem, considerando cada etapa logística — rodoviária, aquaviária e entrega porta a porta. Luiza explicou que um navio da Aliança transporta o equivalente a 3.000 caminhões, contribuindo para a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE). Segundo a Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac), o transporte pelo modal de navegação costeira no país emite, no mínimo, 4,9 vezes menos CO<sub>2</sub> do que o transporte rodoviário.

Luiza também contou à Portos e Navios que a Aliança vem ampliando a digitalização de seus processos e o desenvolvimento de soluções. Ela citou uma plataforma online que permite simular e contratar serviços porta a porta de forma mais ágil e transparente, conectando a cabotagem a outros modais. “Hoje, mais do que nunca, as empresas buscam soluções logísticas que aliem eficiência e sustentabilidade. Nesse cenário, a cabotagem surge como uma alternativa estratégica e de menor impacto ambiental”, defendeu.

A CEO da Aliança disse que a empresa segue engajada em projetos estruturantes, como o futuro terminal eletrificado da APM Terminals em Suape (PE), que deverá ampliar a capacidade e a sustentabilidade da malha de cabotagem brasileira. A empresa hoje está presente em 14 portos brasileiros. Ela acredita que a cabotagem tem um papel fundamental na transição energética do país, por ser um modal naturalmente mais limpo, com menor emissão por tonelada-quilômetro.



“Queremos potencializar ainda mais essa vantagem. Cada novo investimento — seja na modernização da frota, em terminais mais sustentáveis como o de Suape (APM Terminals), ou na integração multimodal — reforça nosso compromisso em entregar uma logística de baixo carbono e de alto desempenho para o Brasil”, projetou Luiza.

Atualmente, a Aliança opera oito porta-contêineres com uma capacidade de armazenamento total de cerca de 33.660 TEUs. “Com uma idade média de seis anos, nossos navios de cabotagem são de última geração técnica. Todos os navios de cabotagem da Aliança são certificados para a segurança: da tripulação, da carga e do meio ambiente”, destacou.

A Aliança considera que os corredores verdes representam uma oportunidade concreta para acelerar a descarbonização do transporte marítimo e promover uma transformação estrutural na logística brasileira, contribuindo para tornar a navegação mais eficiente, competitiva e sustentável. Luiza ressaltou que esses corredores marítimos vão ser fundamentais para posicionar o Brasil como referência em transporte marítimo de baixo carbono.

**Fonte: Portal Portos e Navios RJ**

**Data: 19/11/2025**

## MARINHA VAI INCORPORAR 'TONELEIRO' AO SETOR OPERATIVO E LANÇAR 'ALMIRANTE KARAM' NA PRÓXIMA SEMANA

**Da Redação Indústria naval 19/11/2025 - 20:37**



*Cerimônias da terceira e da quarta unidades do programa de desenvolvimento de submarinos (Prosub) ocorrerão na base naval em Itaguaí (RJ)*

A Marinha do Brasil realizará, na próxima quarta-feira (26), uma cerimônia que reunirá dois importantes marcos do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub). Um deles será a mostra de armamento do submarino Tonelero (S42), ato que oficializa sua transferência ao setor operativo da força naval. De acordo com a Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha, o

evento ocorrerá no complexo naval de Itaguaí, no Rio de Janeiro. Na ocasião, também será celebrado o batismo e lançamento ao mar do submarino Almirante Karam (S43), quarto submarino convencional construído no país pelo Prosub.

O submarino Tonelero passou por manobra de imersão dinâmica no dia 30 de janeiro deste ano. Esse procedimento validou a capacidade de ocultação, permanência e recarga de baterias no mar, além de testar a guarita de salvamento e o controle atmosférico interno. Antes da incorporação também é realizada a imersão em grande profundidade, para avaliar a resistência do casco e sistemas essenciais.

O Tonelero é a terceira embarcação da classe Riachuelo e o segundo submarino da Marinha do Brasil a receber este nome, em homenagem ao passo fortificado à margem direita do rio Paraná. O submarino dessa classe é baseado no projeto Scorpène da francesa Naval Group e construído pela Itaguaí Construções Navais (ICN).

As embarcações da Classe Riachuelo são maiores no comprimento, tonelagem e capacidade de carga em relação aos originais franceses. A versão brasileira têm 71,62 metros e 1.870 toneladas, ante os 66,4 metros e 1.717 toneladas dos Scorpènes.

**Fonte: Portal Portos e Navios RJ**

**Data: 19/11/2025**

### CNPQ E MCTI FINANCIARÃO R\$ 8,6 MILHÕES PARA INOVAÇÃO EM CONSTRUÇÃO NAVAL E MODAL AQUAVIÁRIO

*Da Redação Indústria naval 19/11/2025 - 18:53*



O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) financiarão projetos de pesquisa voltados ao avanço tecnológico do transporte aquaviário e da construção naval no Brasil. Com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), a chamada pública incentiva soluções que vão da modernização da infraestrutura portuária à segurança da navegação em regiões críticas, como a Amazônia. As propostas podem ser submetidas até 29 de dezembro de 2025.

O investimento total previsto é de R\$ 8,6 milhões, destinados a iniciativas que aproximem instituições científicas e tecnológicas do setor produtivo. Cada projeto poderá solicitar até R\$ 500 mil em apoio, na forma de bolsas de fomento tecnológico. A chamada abrange desde estudos de base até o desenvolvimento de aplicações que contribuam para a modernização da indústria naval brasileira e para a implementação de soluções sustentáveis e de baixo custo em embarcações fluviais.

As propostas devem se enquadrar em uma das seis linhas de pesquisa estabelecidas no edital:

1. Construção, montagem e logística em atividades offshore, incluindo adequação da infraestrutura portuária e plataformas marítimas;
2. Tecnologias de Informação e Comunicação aplicadas ao setor aquaviário, como IoT, sensores, 5G/6G, inteligência artificial, automação e robótica naval;
3. Veículos de superfície ou submersíveis, autônomos ou remotamente operados, para atividades offshore e monitoramento ambiental;
4. Digitalização da navegação e e-navigation;
5. Segurança da navegação na região amazônica;
6. Prevenção do escalpelamento no transporte aquaviário, com foco em estudos e soluções de baixo custo para embarcações amazônicas.

De acordo com as regras da chamada, podem participar grupos de pesquisa vinculados a Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs), em parceria obrigatória com empresas ou entes do setor produtivo. Para promover a descentralização regional, a chamada prevê que no mínimo 30% dos recursos sejam destinados a projetos de instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste. Os projetos terão prazo máximo de execução de 12 meses. As propostas devem ser apresentadas exclusivamente pela 'Plataforma Carlos Chagas'. Acesse aqui a página da chamada pública CNPq/MCTI/FNDCT Nº 25/2025 - Transporte Aquaviário e Construção Naval.

**Fonte:** Portal Portos e Navios RJ

**Data:** 19/11/2025

### COP30: MPOR LANÇA PLANOS DE DESCARBONIZAÇÃO DO SETOR AQUAVIÁRIO

*Da Redação Navegação 19/11/2025 - 18:39*

O Ministério de Portos e Aeroportos anunciou, na última terça-feira (18), em Belém (PA), a criação do Programa Nacional de Descarbonização de Portos (PND-Portos) e do Programa Nacional de Descarbonização da Navegação (PND-Navegação). A portaria que institui as iniciativas foi assinada



durante um ato oficial, como parte da programação do MPor na COP30. Elas visam reduzir emissões de gases, promover eficiência energética e modernizar infraestruturas portuárias e hidroviárias, alinhando o setor à agenda climática global.

De acordo com o ministério, os programas serão estruturados em cooperação com outros atores públicos e privados. O PND-Portos, sob responsabilidade da Secretaria Nacional de Portos (SNP), estará focado na gestão de emissões diretas e indiretas, na adoção de energia limpa, na eletrificação

de equipamentos e na inclusão de critérios de sustentabilidade nos contratos de concessão portuária. Já o PND-Navegação, liderado pela Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação (SNHN), irá contemplar o incentivo a combustíveis sustentáveis, o aprimoramento da eficiência operacional, a modernização da frota e o fortalecimento da infraestrutura de abastecimento.

A estruturação técnica dos programas conta com o apoio do Laboratório de Transportes e Logística da Universidade Federal de Santa Catarina (LabTrans/UFSC). Segundo o MPor, esse apoio técnico inclui o planejamento da transição energética no transporte aquaviário e a criação de uma solução integrada para registrar, monitorar e divulgar os indicadores climáticos do setor.

O ministério avalia que a portaria fortalece a governança climática da apsta e traduz em ações concretas os compromissos internacionais assumidos pelo país, tornando-se uma referência para a construção de uma matriz logística de baixo carbono e resiliente. O MPor acredita que a medida representa um marco na agenda climática do ministério e consolida o compromisso do Brasil com a Política Nacional sobre Mudança do Clima e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

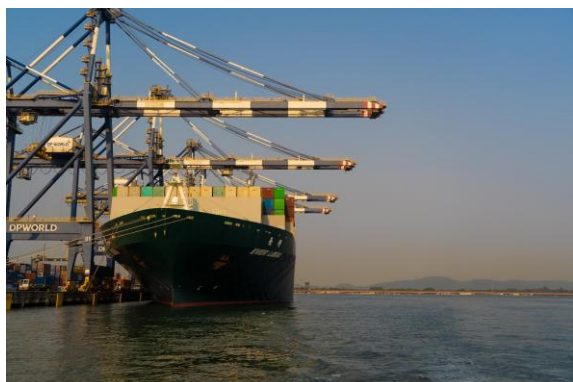
"O PND-Portos e o PND-Navegação são instrumentos que vão guiar a transição energética do setor aquaviário, alinhando o Brasil às melhores práticas globais. Estamos criando os incentivos para reduzir emissões de gases de efeito estufa, modernizar a frota com combustíveis sustentáveis e tornar nossos portos mais eficientes", disse o ministro em exercício do MPor, Tomé Franca.

**Fonte: Portal Portos e Navios RJ**

**Data: 19/11/2025**

## APS REGISTRA LUCRO DE R\$ 135 MILHÕES NO 3º TRIMESTRE

**Da Redação Portos e logística 19/11/2025 - 18:22**



As receitas líquidas da Autoridade Portuária de Santos (APS) encerraram o terceiro trimestre de 2025 em R\$ 529,7 milhões, crescimento de 25,9% em relação ao mesmo período do ano passado. O Ebitda ajustado somou R\$ 265,8 milhões, avanço de 13,3%, e o lucro líquido totalizou R\$ 135 milhões. No acumulado de 2025, as receitas líquidas alcançaram R\$ 1,45 bilhão, o que representa um crescimento de 17,8%. Já o Ebitda ajustado marcou R\$ 809,8 milhões, 15,1% a mais que o mesmo período de 2024.

O lucro líquido registrado no acumulado do ano é de R\$ 294,4 milhões. "Os dados apontam a trajetória de crescimento, refletindo a eficiência da gestão, o avanço contínuo das operações portuárias e forte geração de valor no trimestre", afirmou o diretor de administração e finanças da APS, Júlio Cezar Alves de Oliveira, que exercendo interinamente a presidência da empresa.



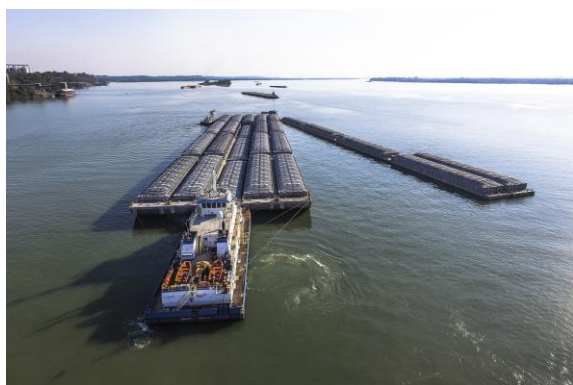
O lucro operacional recorrente da APS atingiu R\$ 1 bilhão. Para a APS, os resultados recorrentes demonstram solidez estrutural da companhia. Considerando o desempenho recorrente dos nove primeiros meses do ano, as receitas líquidas recorrentes totalizaram R\$ 1.278,4 milhões (+3,7%), enquanto o Ebitda ajustado recorrente: R\$ 761 milhões (+8,1%) e a margem Ebitda ajustada cresceu 59,5%, um ganho de 2,4 pontos percentuais frente ao mesmo período de 2024. O lucro líquido recorrente é de R\$ 659,4 milhões, crescimento expressivo de 22,1% frente ao lucro líquido recorrente do mesmo período de 2024.

**Fonte:** Portal Portos e Navios RJ

**Data:** 19/11/2025

## **COP30: ENTIDADES DO SETOR AQUAVIÁRIO LANÇAM CARTA EM DEFESA DA NAVEGAÇÃO INTERIOR**

**Da Redação Portos e logística 18/11/2025 - 22:22**



Adecom, Abani, Amport, ATP e Fenop destacam que comboio fluvial transporta o equivalente a centenas de caminhões, com emissões drasticamente reduzidas e ganhos logísticos para o agronegócio, a indústria e o Brasil

Cinco entidades que representam o setor de portos e hidrovias no Brasil lançaram um manifesto na COP30, a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em defesa da navegação interior como um “transporte mais limpo, eficiente e inclusivo”. Divulgado na noite desta segunda-feira (17), o documento,

intitulado “Carta ao Mundo - COP30: A força sustentável das Águas Interiores”, destaca que o país, com uma das maiores redes hidrográficas do planeta, é cortado por “verdadeiras estradas naturais” (Amazonas, Tocantins, Madeira, Tapajós, São Francisco, Paraná, Paraguai, entre outras) que unem regiões, impulsionam economias e respeitam o meio ambiente.

A “Carta” foi elaborada em conjunto pela Adecom (Agência de Desenvolvimento Sustentável das Hidrovias e dos Corredores de Exportação), Abani (Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Navegação Interior), Amport (Associação dos Terminais Portuários e Estações de Transbordo de Cargas da Bacia Amazônica), ATP (Associação de Terminais Portuários Privados) e Fenop (Federação Nacional das Operações Portuárias).

A navegação interior, de acordo com o documento, é mais do que um modal logístico: é um ativo estratégico para o desenvolvimento sustentável. As entidades ressaltam que um comboio fluvial transporta o equivalente a centenas de caminhões, com consumo energético muito menor e emissões drasticamente reduzidas. Isso se traduz “em ganhos logísticos, competitividade para o agronegócio e a indústria, e uma contribuição decisiva para a descarbonização do setor de transportes”.

“Os setores portuário e de navegação interior também estão investindo em tecnologias de ponta e novos projetos de descarbonização das operações, incluindo o uso de energia renovável nos terminais, combustíveis verdes, embarcações mais sustentáveis e a realização de dragagens essenciais para garantir eficiência, segurança e menor impacto ambiental na navegação. Assim, reafirmamos nosso compromisso com a redução das emissões, a transição energética e um futuro para as novas gerações, baseado no desenvolvimento sustentável do país e alinhado às exigências globais”, disse Murillo Barbosa, presidente da ATP.

**Confira a íntegra da carta abaixo:**

**“CARTA AO MUNDO – COP30  
A Força Sustentável das Águas Interiores**



### Belém do Pará, 2025”

#### Ao mundo reunido na COP30,

O Brasil, terra de rios majestosos e bacias hidrográficas abundantes, apresenta à comunidade internacional uma proposta concreta e inspiradora para a transição ecológica: a navegação interior como símbolo de um transporte mais limpo, eficiente e inclusivo.

Com uma das maiores redes hidrográficas do planeta, o Brasil é cortado por verdadeiras estradas naturais — Amazonas, Tocantins, Madeira, Tapajós, São Francisco, Paraná, Paraguai e tantos outros — que unem regiões, impulsionam economias e respeitam o meio ambiente. A navegação interior é mais do que um modal logístico: é um ativo estratégico para o desenvolvimento sustentável.

Um comboio fluvial transporta o equivalente a centenas de caminhões, com consumo energético muito menor e emissões drasticamente reduzidas. Isso se traduz em ganhos logísticos, competitividade para o agronegócio e a indústria, e uma contribuição decisiva para a descarbonização do setor de transportes.

Além de sua eficiência ambiental, a navegação interior tem um papel social transformador: conecta comunidades, gera empregos, fortalece cadeias produtivas e garante soberania sobre as vias interiores — especialmente na Amazônia, onde os rios são o principal elo de mobilidade e cidadania.

Mas o futuro exige ação. Para liberar todo o potencial do transporte hidroviário, é essencial investir em infraestrutura resiliente e segura, sinalização, dragagem sustentável, conectividade e integração com os modais ferroviário e rodoviário. No transporte de passageiros, é urgente ampliar a infraestrutura portuária e renovar a frota com embarcações mais sustentáveis.

#### Comparativo entre modais de transporte no Brasil



\*Inclui acidentes, poluição atmosférica e sonora, consumo de água e espaço (2015).

Fonte: CNA (com informações do Ministério dos Transportes e ANTAQ)

Apesar de ainda representar uma parcela modesta da matriz de transportes, o modal hidroviário cresce de forma consistente, especialmente nas cadeias do agronegócio.

O Brasil tem avançado com políticas públicas que incentivam a concessão dos serviços hidroviários, promovendo uma estrutura mais eficiente para ampliar a infraestrutura necessária à navegação segura, previsível e ambientalmente responsável em diversos trechos fluviais.

Na COP30, reafirmamos nosso compromisso com a valorização da navegação interior como eixo estratégico da descarbonização global. Que os rios sejam vistos não apenas como caminhos de água, mas como caminhos de futuro — onde desenvolvimento e natureza fluem em harmonia.

*Entre 2025 e 2035, o Brasil aposta em uma navegação interior pujante, com foco em sustentabilidade ambiental, transição energética e inovação. Estimularemos o uso de biocombustíveis (HVO, biodiesel, etanol, entre outros), a introdução de embarcações híbridas e elétricas, e o avanço rumo à neutralidade climática, em consonância com a Agenda 2030 da ONU e o Acordo de Paris.*

*Valorizar a navegação interior é reconhecer que o futuro da logística brasileira também passa pelos rios. É mover cargas, pessoas e progresso com inteligência, respeito ambiental e visão de longo prazo.*

*O Brasil navega rumo ao futuro — e convida o mundo a “embarcar nesse modal” rumo a um transporte mais limpo eficiente e sustentável.”*

**Adalberto Tokarski - Presidente da Adecon**

**José Rebelo III - Presidente da Abani**

**Flávio Acatauassú - Presidente da Amport**

**Murillo Barbosa - Presidente da ATP**

**Sérgio Aquino - Presidente da Fenop**

**Fonte: Portal Portos e Navios RJ**

**Data: 18/11/2025**

## **NOVA VERSÃO DO EDITAL PARA OFERTA PERMANENTE TEM INCLUSÃO DE 275 BLOCOS E 5 ÁREAS MARGINAIS**

***Da Redação Offshore 18/11/2025 - 19:43***



A diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) modificou a nova versão do edital e dos contratos da Oferta Permanente de Concessão (OPC), incluindo 275 novos blocos exploratórios e cinco áreas com acumulações marginais, nas bacias de Campos, do Ceará, do Espírito Santo, de Parnaíba, Potiguar, do Recôncavo, de Santos, de São Francisco, de Tacutu e Tucano Sul. O edital será com 451 blocos exploratórios, em 11 bacias terrestres e marítimas, e cinco áreas com acumulações marginais recentemente incorporadas.

A agência reguladora informou que a revisão se limita à inclusão de blocos e áreas que obtiveram parecer favorável de viabilidade ambiental e parâmetros técnicos e econômicos aplicáveis e que as regras de participação são as mesmas do edital aprovado em 17 de outubro do ano passado. Com a republicação, será possível a abertura de novas ofertas assim que houver manifestações de interesse com garantias. Assim, explicou a ANP, o sexto ciclo da Oferta Permanente de Concessão dependerá da apresentação de declaração de interesse e garantia de oferta.

A Oferta Permanente é a principal modalidade de licitação para exploração e produção de petróleo e gás natural no Brasil e permite a oferta contínua de blocos exploratórios e áreas com acumulações marginais. Com ele, as empresas podem estudar dados técnicos das áreas e apresentar ofertas sem depender de prazos rígidos ou ciclos específicos de licitações.

As empresas podem apresentar declarações de interesse, acompanhadas de garantias de oferta, para um ou mais setores de bloco. Se aprovada pela Comissão Especial de Licitação (CEL), é aberto um ciclo da Oferta Permanente. A ANP explicou que há duas modalidades de Oferta Permanente: Oferta Permanente de Concessão (OPC) e Oferta Permanente de Partilha da Produção (OPP), de acordo com o regime de contratação, de concessão ou de partilha.

**Fonte: Portal Portos e Navios RJ**

**Data: 18/11/2025**

## KONGSBERG EQUIPARÁ REBOCADORES COM TECNOLOGIA DE PROPULSORES E GUINCHOS ELÉTRICOS

*Da Redação Indústria naval 18/11/2025 - 19:29*



A Kongsberg Maritime anunciou, nesta terça-feira (18), a assinatura de contrato para fornecer ao estaleiro e operador de rebocadores Med Marine propulsores e guinchos de reboque elétricos e hidráulicos para novos projetos de rebocadores. Está incluído o rebocador totalmente elétrico 'VoltRA', da Med Marine, que será construído no estaleiro Ereğli, da própria empresa.

O contrato prevê o fornecimento de oito conjuntos de propulsores azimutais US255 de alto desempenho para rebocadores RAmports 2500-W e RAstar 3200-W da Med Marine. O primeiro rebocador elétrico 'VoltRA' será

movido pelo propulsor azimutal US205 da Kongsberg Maritime.

Está prevista também a entrega de cinco conjuntos de guinchos de reboques elétricos da Kongsberg e quatro conjuntos de guinchos hidráulicos. Lançados em 2025 para equipar especificamente rebocadores, os guinchos elétricos são alimentados por motores elétricos acionados por conversores de frequência e prometem mais eficiência e menos impacto ambiental em comparação com os sistemas hidráulicos convencionais.

Segundo a Kongsberg Maritime, a mais recente geração de propulsores azimutais da série US é compatível com sistemas de propulsão híbridos e totalmente elétricos. "Esse acordo com a Med Marine representa um marco para as nossas empresas e para a indústria marítima como um todo", disse Nils-Reidar Valle, vice-presidente sênior de vendas navais e de embarcações de trabalho da empresa norueguesa.

*Fonte: Portal Portos e Navios RJ*  
*Data: 18/11/2025*

## PORTOS DO SUDESTE MOVIMENTARAM 187 MILHÕES DE TONELADAS NO 3º TRIMESTRE

*Da Redação Portos e logística 18/11/2025 - 19:24*



A movimentação de cargas nos portos da região Sudeste no terceiro trimestre de 2025 foi de 186,7 milhões de toneladas, com crescimento de 9,10% em relação ao mesmo intervalo do ano anterior e o maior volume para o mesmo período do ano, de acordo com dados do estatístico da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). No terceiro trimestre de 2023, a movimentação foi de 170,9 milhões de toneladas, e no de 2024, de 171,1 milhões de toneladas.

Segundo a agência reguladora, o resultado foi puxado pelas operações nos Terminais Autorizados (TUPs) e pela demanda por commodities a granel, principalmente petróleo e minério de ferro. Nos TUPs, a movimentação no período registrou alta de 13,60%, com 124,5 milhões de toneladas. Nos Portos Organizados (públicos), o crescimento foi de 1,09%, e o total movimentado atingiu 62,2 milhões de toneladas.

O Terminal de Petróleo (TPET/TOIL) em Açu, no estado do Rio de Janeiro, foi o que apresentou a maior alta no trimestre: 38,06%, com 17,8 milhões de toneladas. Já no Terminal Aquaviário de Angra



dos Reis, também no Rio de Janeiro, a elevação da movimentação ficou em 25,34%, e o volume, em 18,8 milhões de toneladas.

Os Portos Organizados (públicos) somados movimentaram 62,2 milhões de toneladas no trimestre, das quais 38,4 milhões de toneladas passaram pelo Porto de Santos, em São Paulo, que cresceu 2,68%. No terminal paulista, os embarques na cabotagem tiveram alta de 22,54%, impulsionada por contêineres e outras cargas. Já o Porto de Itaguaí no Rio de Janeiro, focado em minério de ferro, movimentou 17,3 milhões de toneladas, e teve queda de 1,4% no período.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, creditou os resultados à gestão voltada para a eficiência e à integração logística. “A modernização e a confiança do investidor estão colocando o Brasil em novo patamar de competitividade global”, disse.

**Fonte: Portal Portos e Navios RJ**

**Data: 18/11/2025**

## ABIOVE PREVÊ PRODUÇÃO DE 177,7 MILHÕES DE TONELADAS DE SOJA EM 2026

**Da Redação Portos e logística 18/11/2025 - 18:47**



A Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) divulgou, nesta terça-feira (18), nova projeção para o complexo da soja em 2026, com estimativa de produção de 177,7 milhões de toneladas para o grão, de 60,5 milhões de toneladas para o esmagamento e de 46,6 milhões de toneladas para o farelo de soja. Para o óleo de soja, a expectativa é de que o total chegue a 12,5 milhões de toneladas.

A entidade prevê que 111 milhões de toneladas de grãos e 24,6 milhões de toneladas serão exportadas. No caso do óleo, a estimativa de vendas para o exterior é de 1,2 milhão de toneladas, o que representaria aumento de 20% em relação ao estimado para 2025. Nas importações, a expectativa fica em 125 mil toneladas, mesmo volume deste ano, enquanto para a soja em grão é de que cheguem a 500 mil toneladas.

Segundo a Abiove, até setembro de 2025 a produção de soja foi de 172,1 milhões de toneladas, enquanto o esmagamento projetado foi de 58,5 milhões de toneladas. Já para farelo, a expectativa é de 45,1 milhões de toneladas produzidos, enquanto para o óleo é 11,7 milhões de toneladas.

Em setembro de 2025, o volume processado foi de 4,1 milhões de toneladas, com redução de 9,1% em relação a agosto e de 1,2% na comparação com setembro de 2024. No acumulado do ano, o processamento cresceu 5,1% frente ao mesmo período de 2024, considerando ajustes, atingindo 39,3 milhões de toneladas.

**Fonte: Portal Portos e Navios RJ**

**Data: 18/11/2025**

## CONTENEIRO DA NOVA GERAÇÃO DA ONE ATRACA EM PARANAGUÁ

**Da Redação Portos e logística 18/11/2025 - 19:02**

A TCP recebeu, na última quinta-feira (13), o porta-contêineres One Strength, da Ocean Network Express (One) — primeiro de uma nova geração de 20 navios sustentáveis que serão entregues em 2025 e 2026 à armadora japonesa. Segundo a operadora do navio, eles permitirão reduzir em 70% as emissões de carbono do Escopo 1 e alcançar transporte marítimo carbono zero líquido. A empresa, que administra o Terminal de Contêineres de Paranaguá (PR), explicou que foi a primeira escala da embarcação em sua instalação.





A embarcação chega à TCP pelo serviço Ipanema Sul, consolidando Paranaguá como elo na rota que conecta os portos do Rio da Prata à Ásia. Com 335 metros de comprimento e 51 metros de largura (boca), a embarcação tem capacidade aproximada para transportar 14.000 TEUs, e é classificada como Neo-Panamax, dimensões consideradas ideais para atravessar o Canal do Panamá ampliado.

O navio está preparado para conversão para propulsão a combustíveis alternativos, como metanol e amônia, fontes consideradas mais limpas. Outros destaques são: design avançado de casco, otimizado para maior eficiência energética; dispositivos de economia de energia; integração de tecnologia inteligente para desempenho operacional aprimorado; conexão elétrica em terra (shore power), possibilitando operações sem emissões durante a atracação; e sistema de recirculação de gases de exaustão (EGR), atendendo aos padrões internacionais NOx Tier III.

A administradora do terminal classificou a operação do navio da armadora japonesa como passo para a consolidação de Paranaguá como porto estratégico para o desenvolvimento sustentável do comércio exterior brasileiro. Carolina Merkle Brown, gerente comercial de armadores da TCP, disse que a escala confirmou a capacidade do terminal de atender embarcações de grande porte e tecnologia avançada e reforçou o compromisso com práticas sustentáveis.

**Fonte: Portal Portos e Navios RJ**

**Data: 18/11/2025**

## ABIOVE PREVÊ PRODUÇÃO DE 177,7 MILHÕES DE TONELADAS DE SOJA EM 2026

**Da Redação Portos e logística 18/11/2025 - 18:47**



A Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) divulgou, nesta terça-feira (18), nova projeção para o complexo da soja em 2026, com estimativa de produção de 177,7 milhões de toneladas para o grão, de 60,5 milhões de toneladas para o esmagamento e de 46,6 milhões de toneladas para o farelo de soja. Para o óleo de soja, a expectativa é de que o total chegue a 12,5 milhões de toneladas.

A entidade prevê que 111 milhões de toneladas de grãos e 24,6 milhões de toneladas serão exportadas. No caso do óleo, a estimativa de vendas para o exterior

é de 1,2 milhão de toneladas, o que representaria aumento de 20% em relação ao estimado para 2025. Nas importações, a expectativa fica em 125 mil toneladas, mesmo volume deste ano, enquanto para a soja em grão é de que cheguem a 500 mil toneladas.

Segundo a Abiove, até setembro de 2025 a produção de soja foi de 172,1 milhões de toneladas, enquanto o esmagamento projetado foi de 58,5 milhões de toneladas. Já para farelo, a expectativa é de 45,1 milhões de toneladas produzidos, enquanto para o óleo é 11,7 milhões de toneladas.

Em setembro de 2025, o volume processado foi de 4,1 milhões de toneladas, com redução de 9,1% em relação a agosto e de 1,2% na comparação com setembro de 2024. No acumulado do ano, o processamento cresceu 5,1% frente ao mesmo período de 2024, considerando ajustes, atingindo 39,3 milhões de toneladas.

**Fonte: Portal Portos e Navios RJ**

**Data: 18/11/2025**

### COM DIVERGÊNCIA, TCU ADIA DECISÃO SOBRE REGRAS DO LEILÃO DO NOVO TECON PARA 8 DE DEZEMBRO

Por Danilo Oliveira Portos e logística 18/11/2025 - 17:29



Relator propôs licitação em etapa única, com compromisso de desinvestimento caso vençam empresas que já operam no porto. Ministro revisor defendeu certame em duas fases com vedação a armadores para afastar aumento da verticalização no porto organizado

O Tribunal de Contas da União (TCU) adiou para o próximo dia 8 de dezembro a análise das regras do leilão do Tecon Santos 10. Em sessão plenária extraordinária nesta terça-feira (18), o ministro relator do processo, Antonio Anastasia, afirmou que a medida adequada

pressupõe a licitação em etapa única, sem restrição à participação de empresas que já operem contêineres no complexo portuário, com o compromisso de desinvestimento prévio à assinatura do contrato por parte desses incumbentes, caso eles saiam vencedores do certame.

Já o ministro revisor, Bruno Dantas, votou pela aprovação da realização do leilão em duas fases, com a substituição da vedação a incumbentes na primeira fase, conforme proposto pela Antaq, pela vedação a armadores. Dantas chamou a atenção que é preciso levar em conta que os armadores verticalizados, que possuem terminais em sua cadeia logística, ganham com as tarifas e com a exclusão de outros armadores que poderiam ter linhas marítimas para determinado porto.

Ele mencionou que, com a venda da Santos Brasil para a CMA CGM, hoje o porto organizado de Santos tem 100% das operações de contêineres verticalizadas, já que a BTP é uma joint venture entre TIL (MSC) e Maersk. "Os armadores comprem terminais de contêineres para ampliar a eficiência operacional e para adquirir poder de exclusão", afirmou.

O ministro Augusto Nardes pediu vista, pelo prazo regimental de 15 dias, para aprofundar a matéria. Durante a sessão, o ministro decano, Walton Alencar Rodrigues, e o ministro Jorge Oliveira sinalizaram que devem convergir com o posicionamento proposto por Dantas. O presidente do TCU, Vital do Rêgo, pediu para que a apresentação formal dos votos ocorra no dia 8, quando o plenário voltará a apreciar a matéria.

Procurado, o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) preferiu não dar uma previsão de data para a realização da licitação, enquanto aguarda a conclusão da análise do processo do Tecon Santos 10 no TCU para fazer uma avaliação da decisão final sobre o tema. "Aguardamos a votação definitiva do mérito para que seja dada continuidade ao processo do leilão o mais rapidamente possível", manifestou em nota.

Fonte: Portal Portos e Navios RJ

Data: 18/11/2025



### MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA [MERCOSHIPPING.COM](http://MERCOSHIPPING.COM) E NO [LINKEDIN.COM](http://LINKEDIN.COM)

Este conteúdo também está disponível na [www.mercosshipping.com](http://www.mercosshipping.com) e no [www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda](http://www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda)

Fonte : InforMS

Data: 19/11/2025